



Revista de Agricultura Urbana no. 18 – Julho de 2007

Edificando comunidades por meio da agricultura urbana



Sumário

2	Apresentação
5	Editorial
14	AIDS, agricultura urbana e mobilização comunitária no Zimbábue
19	Principais conclusões e recomendações da OFICINA 2004 sobre Agricultura Urbana e AIDS
22	Agricultura urbana de base comunitária em duas capitais da África Oriental
27	Visando os grupos socialmente excluídos: hortas comunitárias em KwaZulu-Natal, África do Sul
32	Promovendo uma Cidade sem Fome nem Indiferença: a agricultura urbana em Bogotá, Colômbia
36	A agricultura de base comunitária – a abordagem francesa
41	Promovendo a agricultura urbana por meio do modelo de “Centro Comunitário de Comida”
46	Novas comunidades de agricultores imigrantes na periferia de Beijing
50	O desenvolvimento de uma Cooperativa de Mulheres Produtoras em Istambul
54	Desenvolvimento comunitário com base nos recursos e na agricultura urbana nas Filipinas
58	Uma resposta para uma crise crescente: a horticultura urbana em assentamentos sul-africanos
64	Agricultores migrantes no nordeste dos Estados Unidos
68	O “Growing Home” (Casa Cultivante) e o surgimento da Agricultura Urbana em Chicago
72	A agricultura urbana como estratégia de sobrevivência entre os produtores urbanos no Zimbábue
77	Experiências de Agricultura Urbana na perspectiva da responsabilidade social
81	Legislação, políticas e a prática da agricultura urbana em Nakuru, Quênia: um adendo
83	Agricultura urbana e periurbana na cidade de Curitiba: da preocupação urbanística e com a qualidade de vida para a segurança alimentar e o direito ao alimento saudável
91	Publicações, DVD e sítios de interesse

Apresentação

Editorial- Edificando comunidades por meio da Agricultura Urbana

O número de pessoas ao redor do mundo que vive dentro e ao redor das cidades está aumentando rapidamente e os problemas associados com esse crescimento demandam abordagens criativas e multidimensionais. As autoridades urbanas enfrentam enormes desafios para criar suficientes postos de trabalho, oferecerem serviços básicos como água potável, saneamento, serviços de saúde e educação, gerir os resíduos urbanos e as águas servidas, criar economias locais eficientes, e facilitar a criação de comunidades saudáveis e sustentáveis dos pontos de vista ambiental e social em suas cidades.

AIDS, agricultura urbana e mobilização comunitária no Zimbábue

Takawira Mubvami e Milika Manyati

A disseminação da AIDS e do HIV tem afetado todas as comunidades – urbanas e rurais. Este artigo analisa como a agricultura urbana pode ser um meio para integrar as pessoas infectadas pelo HIV e as famílias afetadas pela doença de volta à comunidade. O artigo começa destacando algumas das questões relacionadas à AIDS e ao seu impacto, antes de apresentar estudos de casos que demonstram como a agricultura urbana tem sido usada para integrar as famílias afetadas às comunidades.

Principais conclusões e recomendações da OFICINA 2004 sobre Agricultura Urbana e AIDS

Em 2004, a Rede Internacional de Centros de Recursos para Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAF), o Centro Técnico para Cooperação Agrícola e Rural da União Européia – ACP, e a ONG sul-africana Abalimi Bezekhaya organizaram uma oficina e visitas de estudos ligados a projetos de agricultura urbana doméstica e comunitária, reunindo 30 participantes de 10 países da África meridional.

Agricultura urbana de base comunitária em duas capitais da África Oriental

Rebecca L. Rutt

A agricultura urbana é geralmente uma iniciativa solitária praticada por indivíduos ou famílias em busca de alimentos frescos. Os benefícios das atividades de agricultura urbana estão bem documentados, por isso a busca por modos de viabilizar as suas valiosas contribuições é uma questão vital, particularmente nos países em desenvolvimento, onde a agricultura urbana é freqüentemente a principal atividade de subsistência para muitos, e tem um altíssimo potencial para impactar suas vidas diárias.

Visando os grupos socialmente excluídos: hortas comunitárias em KwaZulu-Natal, África do Sul

Myles Oelofse, Raymond Auerbach e Andreas de Neergaard

A multifuncionalidade da agricultura urbana a torna uma atividade largamente praticada nos assentamentos em torno da cidade de Durban, na África do Sul (1). Em Mpumalanga, por causa da falta de terra apropriada a agricultura de pequena escala na área, a horticultura comunitária tornou-se uma atividade popular nos poucos terrenos disponíveis no assentamento, que fornece aos seus residentes uma variedade de serviços de interesse nutricional, ecológico e comunitário.

Promovendo uma Cidade sem Fome nem Indiferença: a agricultura urbana em Bogotá, Colômbia

Claudia Marcela Sánchez, Jairo Andrés Silva e Rolando Higueta

Exatamente como outras cidades no país e ao redor do mundo, Bogotá, a capital da Colômbia, está enfrentando um rápido aumento populacional que causa o agravamento das desigualdades sociais. Em 2005 essa cidade de aproximadamente 6,8 milhões de habitantes tinha uma taxa de pobreza correspondendo a 38,5% da população, e a maioria dos pobres sofria de deficiências nutricionais devidas à falta de acesso a alimentos na quantidade e qualidade necessárias.

A agricultura de base comunitária – a abordagem francesa

André Fleury

As primeiras formas de agricultura na Europa parecem ter sido de base comunitária, como ainda é o caso em muitas sociedades rurais em países em desenvolvimento.

Mas nas proximidades das cidades modernas, os agricultores têm encontrado dificuldades para resistir ao processo de individualização e de urbanização crescente. Este artigo irá destacar dois fenômenos recentes que estão ocorrendo na França, que respondem a esses processos e às vezes o contrabalançam. Ambos os fenômenos ilustram iniciativas que tentam restaurar as relações locais entre a cidade e o campo.

Promovendo a agricultura urbana por meio do modelo de “Centro Comunitário de Comida”

Rhonda Teitel-Payne

Por mais de 30 anos, o “Stop – Centro Comunitário de Comida” tem trabalhado para combater a fome e construir comunidades mais saudáveis e fortes no bairro de Davenport West, em Toronto. O Stop se esforça para aumentar o acesso a alimentos mais saudáveis de modo a manter a dignidade, edificar comunidades e desafiar a iniquidade.

Novas comunidades de agricultores imigrantes na periferia de Beijing

Zhang Feifei, Cai Jianming, Liu Gang

A migração para as cidades tem aumentado rapidamente desde o início das reformas econômicas na China. Calcula-se que durante os últimos 30 anos, mais de 300 milhões de pessoas transferiram-se com sucesso do campo para as cidades e encontraram um trabalho nos centros urbanos chineses em rápida expansão; e espera-se que essa tendência continue pelos próximos 15 a 20 anos (Feng, 1996). Muitos desses migrantes costumam estabelecer-se nas periferias e se dedicar à agricultura como meio de vida.

O desenvolvimento de uma Cooperativa de Mulheres Produtoras em Istambul

Yilmaz Korkmaz

Istambul é uma antiga cidade em fase de rápida modernização. A migração em larga escala, vinda de toda Turquia para a sua capital, e a integração do país no mercado regionalizado e globalizado mudaram os padrões metropolitanos de moradia, segurança alimentar e condições ambientais, principalmente desde os anos 1950s.

Desenvolvimento comunitário com base nos recursos e na agricultura urbana: a experiência do sul das Filipinas

Robert J. Holmer e Anselmo B. Mercado

Nos anos mais recentes, a “Abordagem do desenvolvimento comunitário baseada nos recursos” (Asset-Based Community Development Approach - ABCD) tem sido reconhecida como uma estratégia inovadora para viabilizar o desenvolvimento gerado pelas próprias comunidades em áreas urbanas e rurais, e como uma alternativa à abordagem tradicional, baseada nas necessidades, aplicada usualmente pelos governos nacionais, agências internacionais, ONGs e instituições como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Uma resposta para uma crise crescente: a horticultura urbana em assentamentos sul-africanos

Matthew Lief

Trinta anos depois do levante estudantil de 1976, que marcou o inevitável fim do “apartheid”, as vidas das crianças que crescem em Port Elizabeth continuam limitadas e ameaçadas pela extrema pobreza em meio a famílias instáveis ou rompidas. Hoje a grande barreira enfrentada pelas famílias para oferecer um ambiente harmonioso, estimulante e seguro para as suas crianças não é mais um governo opressivo e racista, mas o peso de uma população sitiada pela AIDS e pelo desemprego em grande escala.

Agricultores migrantes no nordeste dos Estados Unidos

Hugh Joseph

Em um terreno de cerca de 35.000 m², escondido atrás de um empreendimento que vende leite e laticínios, sete famílias de imigrantes e refugiados estão se preparando nesta primavera para mais um ciclo de plantios, como alguns dos mais recentes agricultores do estado de Massachusetts. Essa área em Dracut é um dos quatro sítios de treinamento para grupos de usuários patrocinados pelo programa “Novo começo na agricultura sustentável” (New Entry Sustainable Farming Project - (NESFP).

O “Growing Home” (Casa Cultivante) e o surgimento da Agricultura Urbana em Chicago

Orrin Williams

O programa “Growing Home”, em Chicago, Illinois, foi criado em 1992 por Les Brown, então Diretor de Políticas da “Coalizão dos Sem-Teto de Chicago”. O programa foi projetado para dar acesso ao mercado de trabalho por meio das experiências produtivas com agricultura urbana.

A efetividade da agricultura urbana como estratégia de sobrevivência entre os produtores urbanos no Zimbábue

Chipo Hungwe

A Declaração de Nyanga, assinada pelas autoridades municipais em 2002, representou um ponto de mudança no Zimbábue, na medida em que o reconhecimento oficial da agricultura urbana anunciou uma mudança na atitude das prefeituras. A agricultura urbana tem um grande potencial para melhorar a segurança alimentar e a sobrevivência das famílias, mas, na medida em que as iniciativas municipais apenas a acomodam oficialmente sem fornecer o apoio apropriado, incluindo o remanejamento de recursos, a atividade continuará a enfrentar muitos desafios.

Experiências de Agricultura Urbana na perspectiva da responsabilidade social

Departamento de Comunicação e Relações Públicas da Associação Atocongo Lima, Peru

A Associação Atocongo é uma organização que surgiu do programa de responsabilidade social corporativa da empresa Cimentos Lima SA. Ela está comprometida a desenvolver programas e projetos de capacitação e desenvolvimento humano que ajudem a criar novas oportunidades para grupos urbanos marginalizados que buscam melhorar sua qualidade de vida. Uma estratégia usada pela associação para alcançar seus objetivos é a agricultura urbana.

Legislação, políticas e a prática da agricultura urbana em Nakuru, Quênia: um adendo

Daniel Rubens Cenci

Agricultura urbana e periurbana na cidade de Curitiba: Da preocupação Urbanística e a qualidade de vida para a segurança alimentar e o direito ao alimento saudável.

Editorial

Edificando comunidades por meio da Agricultura Urbana

Martin Bailkey, Joanna Wilbers
e René van Veenhuizen

O número de pessoas ao redor do mundo que vive dentro e ao redor das cidades está aumentando rapidamente e os problemas associados com esse crescimento demandam abordagens criativas e multidimensionais. As autoridades urbanas enfrentam enormes desafios para criar suficientes postos de trabalho, oferecerem serviços básicos como água potável, saneamento, serviços de saúde e educação, gerir os resíduos urbanos e as águas servidas, criar economias locais eficientes, e facilitar a criação de comunidades saudáveis e sustentáveis dos pontos de vista ambiental e social em suas cidades.

Além dessa contribuição direta para a segurança alimentar urbana, a agricultura urbana afeta positivamente uma variedade de outras questões urbanas, contribuindo, em última análise, para a viabilização de cidades sustentáveis. Embora os promotores da agricultura urbana percebam o seu valor para todos os moradores das cidades, nesta edição iremos focalizá-la mais especificamente como uma estratégia direta para a redução da pobreza e a integração social de grupos em desvantagem (como os imigrantes, refugiados, asilados, infectados pelo vírus da AIDS, deficientes, mulheres chefes de família, idosos desamparados, jovens desempregados etc.), ao integrá-los mais fortemente na rede urbana e lhes fornecendo os meios para uma vida mais digna.

As intervenções nos sistemas urbanos devem reconhecer e refletir a interação complexa de fatores sociais, econômicos e sociais que dirigem o dia-a-dia da vida urbana. A agricultura urbana, quando concebida como uma intervenção em um contexto pré-existente, é, a princípio, multifuncional. Ela contata vários setores urbanos diferentes, por sua prática e produtos, especialmente a segurança alimentar e a nutrição, a saúde pública, o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a gestão ambiental urbana.

Excedentes produtivos inesperados de hortaliças podem ser fonte de renda e novas habilidades. Foto: Matthew Lief



Na América do Norte, essa multifuncionalidade está articulada pela Associação Americana de Horticultura Comunitária, que vê toda horta urbana como um “recurso para edificar e empoderar a comunidade, promover a justiça social e ambiental, combater a fome, demolir as barreiras raciais e étnicas, fornecer mais nutrição e saúde, reduzir a criminalidade, melhorar as moradias, promover e melhorar a educação, e criar, assim, comunidades mais sustentáveis.” (ASLA, 2006).

Portanto, um importante desafio na criação de qualquer projeto de agricultura urbana, como uma intervenção na comunidade, é a sua integração nos esforços de desenvolvimento local e de serviços sociais, e o direcionamento de seus múltiplos benefícios para os participantes do projeto.

Nesta edição, apresentamos vários exemplos do impacto social da agricultura urbana e as variedades desse impacto ao redor do mundo.

Em uma publicação recente da Fundação RUAF, “Cidades Cultivando para o Futuro” (notavelmente no capítulo 6), foram propostos vários parâmetros sobre como a agricultura urbana edifica comunidades ao promover e acumular mais capital social.

Essa edição irá reforçar o foco nesses aspectos, apresentando várias histórias detalhadas de projetos reais ao redor do mundo, para retratar fielmente as suas semelhanças e diferenças. Suas lições podem ser usadas para apoiar outras organizações e novos agricultores urbanos na construção de cidades mais sustentáveis.

Edificando comunidades

As cidades do século 21 contêm muitas e diversificadas “comunidades”. Podemos distinguir as comunidades baseadas em interesses em comum (incluindo crenças em comum, origens culturais, níveis de treinamento ou profissionalização), comunidades circunstanciais (baseadas nos fatores étnicos e raciais, deficiências etc.; também as prisões, orfanatos etc.), e comunidades baseadas no local (cidades, vilas, condomínios fechados, campos de refugiados, instituições financeiras de Wall Street etc.). Os membros de cada uma delas reconhecem os aspectos em comum que os unem como uma comunidade, mas não necessariamente se vêem como totalmente separados do resto da sociedade urbana.

Uma distinção pode ser feita entre a agricultura urbana comunitária, com seu objetivo de ter um impacto coletivo entre os participantes, e a agricultura urbana de subsistência, praticada individualmente ou por uma família buscando suprir suas necessidades. Essa última oferece benefícios ao produtor e à sua família, e portanto precisa ser encorajada pelo governo e ONGs. Mas a principal característica da agricultura urbana comunitária é que ela usa a implantação da atividade de agricultura urbana sustentável para espalhar seus benefícios (tanto advindos do processo quanto dos produtos) entre um grupo maior de indivíduos e famílias.

A agricultura urbana, seja praticada por necessidade ou por recreação, tem forte apelo para um grande número de moradores urbanos. “Para cada benefício em potencial (...) existe uma horta” escreveu Wang (2006), em sua análise das hortas comunitárias. Ela descreveu vários tipos de hortas criadas com alguma intenção específica: hortas educacionais ou escolares; hortas para alimentar e gerar renda; hortas para influenciar políticas (sociais e alimentares), e hortas especificamente implantadas para fortalecer comunidades.

Sua prática influencia a comunidade circundante em termos físicos, por meio da ordem estética de uma horta e da simples presença das plantas. E também influencia em termos sociais, só que muitas vezes de modo menos tangível.

É importante notar que a agricultura urbana e seus praticantes são diversificados em forma e tipo, e que nem toda agricultura urbana visa explicitamente o fortalecimento do tecido comunitário. Um grande segmento de produtores urbanos vem da camada mais pobre da população, mas também há produtores da classe média, funcionários públicos, professores e outros profissionais envolvidos com agricultura, ou pessoas mais ricas buscando oportunidades de investimento para seu capital. Porém todos que assumem o muitas vezes difícil desafio de começar um projeto de agricultura urbana o fazem reconhecendo que a vida diária de uma comunidade local se fortalece pelo cultivo organizado de alimentos.

Os artigos incluídos nesta edição mostram fortes evidências de como a agricultura urbana repetidas vezes promove a inclusão de comunidades discriminadas ou marginalizadas – mulheres, crianças, pobres, sem-teto, doentes e idosos – em atividades construtivas de produção de alimentos, fornecendo-lhes alimentos frescos, renda adicional, contatos sociais ampliados, maior capacidade organizacional e política, auto-respeito renovado, bem como ambientes mais verdes onde viver. Sendo assim, vários projetos baseados em atividades agrícolas comunitárias são planejados deliberadamente para atender necessidades nutricionais, sociais e econômicas de grupos sociais específicos.

Por exemplo, em Porto Elizabeth (atualmente “Metrópole Nelson Mandela), na África do Sul, a Fundação Ubuntu expandiu sua atividade de agricultura urbana, que começou com três hortas escolares bem sucedidas, para alcançar vários grupos marginalizados – crianças órfãs e vulneráveis, aidéticos e suas famílias, além de professores que transmitem as técnicas agrícolas que aprenderam para outras clientelas.

Mães e crianças trabalham juntas em hortas comunitárias em Port Elizabeth (África do Sul). Foto: Matthew Lief



Em Bogotá, o importante programa “Bogotá Sem Indiferença” estendeu seu alcance aos mais velhos, aos retardados mentais, às prisioneiras e aos aidéticos. Em especial, o programa de Bogotá incorporou os ex-combatentes dos conflitos internos colombianos, muitos dos quais já tinham considerável experiência agrícola, que trouxeram da área rural.

A criação de uma cooperativa de produção integrada só por mulheres em Istambul, os projetos conduzidos por mulheres em Lima, e os projetos de agricultura urbana baseados em ativos no sul das Filipinas são casos nos quais o início das operações agrícolas representou uma intervenção importante nas vidas de grupos marginalizados social e economicamente. O exemplo de Beijing, onde os agricultores migrantes são ativos nas áreas periurbanas da cidade, mostra como a agricultura urbana está fornecendo a um grupo de moradores excluídos uma fonte de renda e sobrevivência econômica além de novas conexões em uma sociedade urbana que lhes era estranha; em outras palavras, está lhes permitindo se integrarem na rede social urbana maior. Pode-se afirmar que, quando apoiada por outros atores com algum interesse em criar uma Beijing mais sustentável, a agricultura urbana pode ser um meio para aproximar os produtores migrantes com outros grupos mais enriquecidos da sociedade.

Construindo capital comunitário

O processo de construção de uma comunidade também pode ser expresso pelo aumento de seu capital social ou comunitário. O capital social refere-se a aspectos da organização social, como redes, normas e nível de confiança mútua. O capital social precisa ser construído nas comunidades urbanas, que, por causa da marginalização, discriminação, ou crescimento muito rápido (causado pela migração rural), muitas vezes não têm coesão social e exemplos bem-sucedidos de participação compartilhada em torno de uma visão em comum. A agricultura urbana praticada dentro ou ao redor de uma localidade promove a união dos moradores, gerando ações coletivas ligadas à organização, ao planejamento, e à implementação de um projeto e permitindo aos membros compartilharem do sucesso ou fracasso das iniciativas, criando assim coesão e redes de trabalho que antes não existiam.

No capítulo 6 do livro “Cidades cultivando para o futuro” (Cities Farming for the Future book, Bailkey and Smith) (2006), são identificadas sete dimensões de capital social construídas por meio da agricultura urbana de base comunitária. Idealmente, ao desenvolver projetos de agricultura urbana comunitários, pode-se intencionalmente enfatizar uma ou mais dessas dimensões entre os participantes – construção de capital humano por meio de níveis mais altos de nutrição, por exemplo. No processo de implementação do projeto, outras formas de capital comunitário são muitas vezes criadas de modos não previstos (que são difíceis de medir apropriadamente, como será explicado adiante). Um excedente imprevisto de hortaliças, por exemplo, pode revelar-se uma fonte não planejada de renda (ao ser vendido) e, além disso, reforçar a habilidade dos produtores para comercializar os seus produtos e aumentar o fornecimento de hortaliças frescas para outros cidadãos.

A Fundação Ubuntu expandiu suas atividades de agricultura urbana iniciadas em três escolas. Foto: Matthew Lief



Similarmente, um obstáculo inesperado, como uma regulamentação governamental pouco conhecida, pode forçar os participantes de um projeto a desenvolver um modo inovador para resolver o problema, desenvolvendo novos talentos durante o processo. Lidar de modo bem-sucedido com os obstáculos à agricultura urbana pode aumentar significativamente a capacidade individual e coletiva de seus participantes.

É importante notar que em um projeto de agricultura urbana que envolve um grupo de participantes com um objetivo em comum, essas dimensões do capital comunitário são conectadas e inter-relacionadas. Portanto, as experiências descritas nesta edição combinam a produção de alimentos com outros objetivos adicionais, como o empoderamento de mulheres, crianças e deficientes; a construção de capacidades entre os líderes comunitários; a criação de capital político em comunidades marginalizadas; a assimilação de migrantes e refugiados em uma nova cultura; o estabelecimento de produtos especiais para nichos existentes em mercados locais específicos; e o tratamento de pessoas infectadas pelo vírus da AIDS e vítimas de outras doenças.

Por exemplo, o artigo sobre projetos para aidéticos e famílias no Zimbábue, enviado por Mubvami e Manyati, descreve as mudanças sociais trazidas pela prática da agricultura urbana. Os produtores da comunidade construíram um centro onde eles podem se encontrar, conversar, discutir e aprender um com outro. A mera existência do centro estimulou muitas atividades, como dias no campo e discussões educativas sobre gestão ambiental e AIDS, treinamentos em empreendedorismo, organização de uma cozinha para órfãos, etc., permitindo aos agricultores afirmar: “somos produtores e cuidamos uns dos outros.”

O senso de posse comunitária dos sistemas alimentares locais leva a um senso coletivo de empoderamento, com os envolvidos se sentindo melhor, valorizando-se e aos seus vizinhos, e tornando-se orgulhosos de suas realizações em conjunto. Um fenômeno comum é a oportunidade para as mulheres iniciarem coletivamente, estruturarem e implementarem com sucesso seus projetos, planejados conforme as necessidades alimentícias identificadas em suas comunidades – apesar das limitações locais de recursos, ou da falta de controle por causa da discriminação baseada na dimensão de gênero.

Em seu artigo, Rutt descreve como as rendas geradas por uma operação de criação de “catfish” permitiram às mulheres ajudarem seus maridos nas despesas domésticas, levando a uma equidade maior dentro da família. E o artigo sobre os projetos desenvolvidos pela Associação Atocongo, em Lima, mostra como os obstáculos enfrentados pelas mulheres apenas serviram para fortalecer suas habilidades pessoais e coletivas para enfrentar a pobreza e o desemprego que dominam suas comunidades.

A este respeito, Oelofse e outros, em seu artigo sobre Durban, falam de “serviços ocultos” que são oferecidos para uma comunidade pelos projetos de agricultura, como lazer, atividades sociais e desenvolvimento de capacidade de trabalhar e planejar democraticamente em conjunto, e também “a criação de um grupo autoconfiante, talentoso e motivado de produtores”. Teitel-Payne descreve um efeito similar: “quando as pessoas se tornam ativamente envolvidas na criação de soluções para a insegurança alimentar em suas comunidades, sentem-se menos estigmatizados.”

E eles também aprendem a “... desenvolver sempre mais as suas habilidades e a ter mais influência para provocar mudanças”.

Os objetivos também podem mudar e/ou se expandir no decorrer do tempo. Isso é ilustrado no artigo sobre o “Growing Home”, um programa de Chicago, criado originalmente para introduzir os sem-teto (homens e mulheres) no mercado de trabalho por meio de experiências laborais adquiridas com a agricultura urbana. O programa começou com um objetivo socioeconômico focado no retorno dos desempregados para o mercado de trabalho (da comunidade de Englewood). Agora, juntamente com outras ONGs de Chicago, ele objetiva fortalecer o acesso à alimentação e a segurança alimentar por toda a cidade. Um aspecto interessante do Growing Home é que ele também busca combinar mecanismos financeiros diversos em seu plano de negócios, tais como doações, renda da comercialização de produtos, e subsídios governamentais, acrescentando assim, ao caráter multifuncional do projeto, a função de trazer apoio financeiro de várias fontes. Similarmente, o modelo social implementado pelo “Stop Community Food Centre”, de Toronto, foi desenvolvido considerando a inter-conectividade como um importante fundamento conceitual, ligando a alimentação à renda, à saúde e à agricultura. O artigo de Teitel-Payne afirma que as abordagens de segurança alimentar que focam apenas em uma ou duas dessas dimensões estão condenadas ao fracasso. Assim, o Centro de Toronto foi criado sobre essa premissa e une iniciativas de produção com questões ligadas à educação sobre questões ambientais e sociais, entre outras.

Avaliação a edificação da comunidade

O desafio reside em tornar mais explícitos estes serviços ocultos, mencionados acima, pois medir as transformações e impactos não é tarefa fácil. O sucesso da agricultura urbana de base comunitária pode muitas vezes ser avaliado pela simples observação dos locais de produção e dos participantes satisfeitos. Outros indicadores para o impacto das hortas no capital social da comunidade podem ser o aumento de capacidades e conhecimentos, o desenvolvimento de lideranças locais, a criação de relacionamentos entre as pessoas, a comunicação melhorada e as mudanças sociais positivas (Wang, 2006), que são percebidas nas reuniões e lideranças comunitárias, no ativismo comunitário, nas condições melhoradas de vida, na atividade econômica enriquecida. Aos poucos esses indicadores estão sendo desenvolvidos e incorporados nas políticas oficiais dos governos, como os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.

Mesmo assim, são esses “serviços ocultos” – os impactos sociais menos visíveis da agricultura urbana sobre as comunidades – os mais difíceis de traduzir em números. Isso pode ser um problema, já que a tendência dominante da “administração por resultados” força as agências doadoras e os especialistas em desenvolvimento, tanto no Norte como no Sul, a avaliar os resultados de seu trabalho principalmente por meio do monitoramento constante e de rigorosa avaliação.

Os dados quantitativos podem apreender a quantidade de alimentos produzidos, os níveis de saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades, e a melhoria no rendimento escolar das crianças até há pouco desnutridas. Mas como se pode medir o aumento da autoconfiança dos membros da comunidade causado pela agricultura urbana? Ou o aumento na motivação dos produtores urbanos para enfrentar as dificuldades da vida cotidiana? E com quais critérios podemos determinar quanto capital social foi construído em determinada comunidade? As técnicas de levantamento de dados qualitativos são instrumentos essenciais para determinar os efeitos da agricultura urbana com base comunitária, como um acompanhamento para as técnicas quantitativas, mas também como um meio para os produtores urbanos contarem suas histórias em suas próprias palavras. A importância de tornar a agricultura urbana comunitária sustentável por um longo período de tempo também sugere que a documentação e análise de um projeto individual devam ser transversais por princípio.



Tomando sopa de legumes produzidos na horta escolar. Foto: Matthew Lief

Monitoramento e avaliação na Fundação RUAF

A RUAF emprega vários métodos para monitorar e avaliar os impactos de seu programa “Cidades cultivando para o futuro”, entre os quais a metodologia de “Mapeamento de Impactos” (Outcome Mapping) desenvolvida pelo IDRC. A combinação de métodos usados, bem como a aferição dos resultados em diferentes níveis (produtos, resultados e impactos), assegura uma ampla perspectiva para avaliar as mudanças provocadas, mas ao mesmo tempo torna o sistema de monitoramento mais complexo. Mais informações sobre o monitoramento e a avaliação com relação à agricultura urbana podem ser encontradas em www.ruaf.org

Relação com as necessidades especificamente urbanas

Quando comparamos os possíveis papéis funcionais da agricultura urbana, ou as razões pelas quais ela é empregada na (re)construção de comunidades, podem-se constatar muitas semelhanças entre as cidades tanto do Norte quanto do Sul. O aumento na segurança alimentar e na renda, a melhoria nos índices de saúde, os melhoramentos ambientais e relações sociais mais harmoniosas são fortes motivações para se iniciar um projeto, seja em países desenvolvidas ou em desenvolvimento. As similaridades entre as cidades são evidentes quando comparamos os reais efeitos sociais de qualquer iniciativa sobre a comunidade urbana onde ela é implementada, como o empoderamento de grupos marginalizados e o aumento das redes de troca de informações e recursos entre os membros da comunidade.

O fluxo da migração rural para as cidades continua nos países do Sul, e penetra as fronteiras dos países mais desenvolvidos do Norte. O “New Entry Sustainable Farming Project”, em Massachusetts, EUA, por exemplo, busca facilitar a inclusão de imigrantes asiáticos e africanos e refugiados nos mercados agrícolas locais. Tal objetivo é ainda mais justificado pelo fato de a região da Nova Inglaterra vir perdendo os seus agricultores tradicionais, e serem necessários novos produtores para atender a demanda crescente por alimentos produzidos localmente.

Embora muitas similaridades possam ser encontradas, e embora seja difícil comparar em geral os modos de vida em cidades diferentes, algumas diferenças entre o Norte e o Sul podem ser percebidas. As iniciativas de agricultura urbana em cidades nos países em desenvolvimento tendem a ser caracterizadas pela busca da sobrevivência básica, como no projeto em Durban que fornece alimentação a crianças órfãs ou mais vulneráveis, ou os pobres urbanos de Gweru, no Zimbábue, que praticam agricultura para assegurar suas três refeições diárias. Na França e nos EUA, a agricultura urbana e periurbana é fortemente influenciada por padrões mais altos de vida, como é visto nos artigos que descrevem projetos ligando grupos de agricultores urbanos e periurbanos com consumidores locais mais ricos que querem se reconectar com a agricultura e suas práticas.

No geral, o desafio de desenvolver e apoiar abordagens inovadoras para o desenvolvimento urbano sustentável é muito pertinente em qualquer cidade que se observe de perto. Existem muitas razões para a existência da agricultura urbana e é importante mostrar seu impacto com relação a cada combinação de necessidades apresentada por cada cidade. Um governo local preocupado com o crescimento da insegurança alimentar ou com a exclusão de certas categorias da população pode focar mais na dimensão social da agricultura urbana, enquanto que uma cidade interessada principalmente no desenvolvimento econômico local talvez priorize a dimensão empresarial das atividades agrícolas na cidade, ou busque encorajar agricultores de subsistência a assumirem um caráter mais comercial. Outras autoridades locais podem se concentrar na dimensão ambiental da agricultura urbana, ou promover a mudança de uma agricultura comercial altamente intensiva e dependente de insumos para outra, mais sustentável e multifuncional. (Dubbeling e de Zeeuw, 2006). Ligar os projetos a essas necessidades e oportunidades específicas é importante, e pode ser melhor realizado em um ambiente multi-atorial, por uma entidade ou por um grupo de associações conscientes desses objetivos municipais.

Apoiando a edificação de comunidades

Os exemplos de agricultura urbana apresentados nesta edição oferecem um retrato da produção agrícola nas cidades que a distingue da agricultura rural além das óbvias diferenças ligadas ao ambiente e à localização. A agricultura urbana de base comunitária tira vantagem de uma característica significativa da vida na cidade: a proximidade e densidade dos residentes e as oportunidades para ação coletiva que isso oferece. As perspectivas ultrapassadas que viam a agricultura como uma atividade estritamente rural felizmente estão se modificando.

A agricultura em um contexto urbano enfrenta desafios diferentes dos enfrentados pela agricultura rural. Os desafios típicos do ambiente urbano incluem políticas restritivas ou proibitivas contra a atividade agrícola, a subsequente ausência de apoio institucional, uma densidade maior de produtores por área disponível, a heterogeneidade de origens e tradições, um grande número de produtores em tempo parcial (também envolvidos em uma variedade de outras atividades geradoras de renda e por isso difíceis de organizar – ver a edição no. 16 desta Revista de Agricultura Urbana), a grande insegurança com relação à posse da terra (aspecto realçado em vários artigos desta edição), a poluição do meio ambiente (ou o medo de que tal aconteça, e daí as medidas restritivas), e finalmente a falta de apoio externo (ver Oelofse e outros). Esses desafios são superados de vários modos inovadores: a falta de terrenos vazios nas cidades, por exemplo, está sendo resolvida com o uso de métodos mais intensivos de produção de alimentos, envolvendo plantios em terraços, terraços e balcões, contêineres e hidroponia. Os moradores das comunidades estão vendo o valor de gerir a imensa quantidade de resíduos urbanos, reciclando e compostando, com as áreas de produção urbana recebendo o produto dessas práticas (discussões mais específicas sobre modos inovadores de apoiar a agricultura urbana serão apresentadas no próximo número desta Revista).

Por outro lado, existem também as vantagens relativas específicas da agricultura urbana, como a proximidade dos mercados, as oportunidades de vendas diretas aos consumidores, a proximidade dos centros de conhecimento e das fontes de crédito.

O ambiente diferente da agricultura urbana também exige abordagens e modos de apoio diferentes dos requeridos pela agricultura rural. Nos EUA, embora a agricultura urbana não seja considerada uma atividade ilegal, como o é algumas cidades do hemisfério sul, ela é pouco apoiada pelos vários níveis de governo. Em algumas cidades, entretanto, as hortas comerciais recebem recursos federais encaminhados aos governos municipais para apoiar projetos de desenvolvimento comunitário. Esse uso do dinheiro público é um reconhecimento, por essas municipalidades, de que a horticultura urbana pode realmente satisfazer alguns objetivos comunitários, muitas vezes alcançados pelo re-desenvolvimento físico. E a crescente preocupação com o aquecimento global, tanto ao Norte quanto ao Sul, tornará os benefícios ambientais da agricultura urbana ainda mais evidentes para os formuladores de políticas públicas em todos os países.

Small (2006) discutiu o processo de transformação dos agricultores urbanos e de suas organizações, desde o nível de subsistência até níveis já profissionais e comerciais. Ele distinguiu quatro estágios sucessivos: sobrevivência, subsistência, meio de vida (re-investimentos e lucros) e comercial (criação de postos de trabalho). Ele concluiu que cada estágio tem necessidades estratégicas específicas no apoio ao seu desenvolvimento. Existem claramente diversas correlações e impactos sociais a serem considerados, que variarão em cada cidade.

Em seu artigo sobre o sul das Filipinas, Holmer e Mercado levam essa idéia mais adiante. Eles percebem que para a agricultura urbana representar um modelo bem-sucedido de intervenção, ela deve apoiar-se nos “existentes mas tantas vezes desprezados” recursos e ativos disponíveis junto aos vários atores interessados, que não são aproveitados devido a uma incapacidade preliminar – não ter acesso a recursos como a terra e as tecnologias apropriadas às suas condições.

Oelofse e outros ressaltam a importância vital do apoio externo para a sustentabilidade das hortas comunitárias, especialmente quando elas atendem grupos mais pobres e vulneráveis, e destacam a assistência dada por membros da comunidade mais bem-sucedidos (apoio inter e intra comunidades). Quanto mais vulneráveis são os membros da comunidade, maiores e mais difíceis serão os desafios.

O Bairro Tatuquara em Curitiba, estimula a produção doméstica.

Foto: Amador Joaquin Henrique Gatto



O apoio externo à agricultura urbana, na forma de assistência técnica, treinamento e insumos (p.ex.: relacionados com a fertilidade do solo ou a diversidade dos cultivos), ou orientação em aspectos sociais, como dinâmicas de grupos, ajuda esses moradores vulneráveis a utilizarem a agricultura urbana para melhorarem suas vidas. Outros critérios mencionados por Oelofse e outros são: a forte organização interna, a permanência dos membros, a coesão social (reuniões regulares), direção e coordenação firmes, a disponibilidade de recursos (inclusive financeiros), a capacidade de investimento e a habilidade para atrair novos membros.

Em muitos países em desenvolvimento falta apoio para a agricultura urbana de base comunitária. Em Durban, a atenção política dada à agricultura urbana foi estimulada pela crescente preocupação voltada para as questões de segurança alimentar. Porém ela ainda não se traduziu em atividades práticas. Em seu artigo sobre experiências em Kampala e Nairóbi, Rutt nota o importante papel que o apoio municipal à agricultura urbana em Kampala desempenha no sucesso de projetos naquela cidade, o oposto das dificuldades adicionais que a sua ilegalidade provoca em Nairóbi. O adendo ao artigo sobre Nakuru, na edição no. 16 da Revista de Agricultura Urbana, mostra o potencial de confusão sobre legislação, mas também indica que existe diálogo entre os formuladores de políticas e os pesquisadores sobre agricultura urbana.

Outros artigos nesta edição, porém, apresentam sinais positivos de mais apoio municipal. Em Bogotá, a agricultura urbana foi incluída no plano de desenvolvimento do município, para combater a pobreza e a exclusão social. Isso sugere uma estratégia valiosa e efetiva para obter mais apoio governamental para produção urbana e comunitária de alimentos. Em essência, a estratégia tira vantagem da multifuncionalidade identificada neste editorial e usa a agricultura urbana como um veículo para alcançar vários objetivos dos governos nacional e local, das associações comunitárias e das agências internacionais de desenvolvimento e cooperação. O exemplo de Lima mostra que as companhias privadas também têm um papel no processo.

Embora o apoio externo seja realmente crítico no início da atividade agrícola urbana com base comunitária, seus líderes devem procurar meios para a atividade tornar-se auto-suficiente com o decorrer do tempo. Conceitualmente, então, os projetos comunitários mais fortes são aqueles que dirigem a construção de capital comunitário através do desenvolvimento da agricultura urbana para estratégias apropriadas visando sua continuidade.

Um projeto de agricultura urbana empresarial, por exemplo, desenvolve a capacidade de seus participantes para comercializarem seus produtos de modo bem-sucedido, garantindo a geração de renda. Indo mais longe no processamento e na agregação de mais valor aos produtos, aumentam-se as habilidades desenvolvidas ao lidar-se com novos níveis de complexidade, mas também se aumenta a recompensa pelo trabalho aplicado.

Edificando cidades

De acordo com Wang (2006), uma comunidade saudável “... é aquela que tem um alto nível de capital social, ecológico, humano e econômico, podendo-se considerar a sua combinação como o “capital comunitário”. O desafio das comunidades no século 21 será aumentar todas as formas de capital simultaneamente. Isso significa trabalhar com parceiros viáveis do setor privado (ver artigo sobre Lima), fazendo do desenvolvimento humano o propósito principal da governança, e integrando mais de perto as políticas, sociais, ambientais e econômicas (como no caso das políticas ligadas à reciclagem de resíduos em Cagayan de Oro, Filipinas).

Esse editorial é um prelúdio para muitos exemplos de comunidades que adotaram a agricultura urbana visando melhorar a qualidade de suas próprias vidas e fortalecer os locais onde vivem. Independentemente de terem sido as atividades implementadas por iniciativa própria ou terem sido trazidas de fora, é evidente que a agricultura urbana enriquece as comunidades de várias maneiras, algumas delas não previstas inicialmente.

Entre outras lições, os exemplos nos contam que aquelas iniciativas que podem utilizar a multifuncionalidade inerente da agricultura urbana e a habilidade de construir simultaneamente diferentes dimensões de capital comunitário, beneficiando todos os envolvidos – direta e indiretamente – têm mais chance de serem sustentáveis e efetivas.

E aqueles projetos de agricultura urbana que são capazes de definir e apontar o impacto social que eles têm na comunidade – por meio de monitoramento e avaliação ou por outros meios – irão construir alianças mais valiosas com uma maior variedade de parceiros e atores, e mobilizar mais recursos para continuar operando.

Os governos municipais têm um claro papel a desempenhar no fortalecimento da agricultura urbana visando o desenvolvimento comunitário e seus benefícios (p.ex. ao estabelecer um marco normativo apoiador).

Mas ainda será preciso investir algum tempo e esforço para levar esses governos a reconhecerem que a agricultura urbana constrói capacidades para a vida, que permitem aos participantes edificarem comunidades e vizinhanças melhores - e cidades mais sustentáveis.



Jovens agricultores em oficina do projeto de horticultura comunitária em Chicago. Foto: Hugh Joseph

AIDS, agricultura urbana e mobilização comunitária no Zimbábue

Takawira Mubvami - tmubvami@mdpafrica.org.zw

MDP, Harare, Zimbábue

Milika Manyati - mmanyati@comone.co.zw

ZIPAM, Norton, Zimbábue

A disseminação da AIDS e do HIV tem afetado todas as comunidades – urbanas e rurais. Este artigo analisa como a agricultura urbana pode ser um meio para integrar as pessoas infectadas pelo HIV e as famílias afetadas pela doença de volta à comunidade. O artigo começa destacando algumas das questões relacionadas à AIDS e ao seu impacto, antes de apresentar estudos de casos que demonstram como a agricultura urbana tem sido usada para integrar as famílias afetadas às comunidades.

As famílias afetadas pela AIDS tendem a ter mais despesas devido aos custos com o tratamento das infecções. Ao mesmo tempo, essas famílias tendem a se empobrecer por causa do enfraquecimento provocado pela doença e da perda de status de seus membros, levando a uma espiral de deterioração socioeconômica.

Em seu esforço para lidar com essa situação, essas famílias freqüentemente adotam estratégias de sobrevivência que a longo prazo têm efeitos negativos na qualidade da vida familiar e aumenta a vulnerabilidade de seus membros.



Local food production contributes to mitigating the effects of HIV/Aids. Foto: Henk de Zeeuw

Embora a presença de pessoas infectadas pelo HIV requeira mais alimentos e dietas melhores, na prática as famílias afetadas tendem a economizar dinheiro reduzindo as despesas com alimentação (que chegam a constituir entre 50 e 70% das despesas das famílias pobres).

Outras estratégias prejudiciais adotadas incluem tirar as crianças da escola, a prostituição das mulheres, a mudança ou a separação de membros da família, o endividamento crescente etc. A consequência é o aprofundamento da pobreza e da desnutrição, que tornam os demais membros da família mais suscetíveis de se contaminarem também. As mulheres jovens são as mais suscetíveis de contraírem o HIV.

Na África do Sul, no Zimbábue e em Zâmbia, as jovens têm três a seis vezes mais chances de se contaminarem do que os homens jovens, em parte por sua situação subserviente em casa e na comunidade, em parte por muitas delas recorrerem à prostituição como forma de sobrevivência.

As crianças órfãs também estão particularmente em risco por estarem muitas vezes desnutridas e mais expostas a comportamentos sexuais arriscados.

A agricultura urbana como resposta à AIDS

Os projetos de agricultura urbana podem fazer importantes contribuições para reduzir os impactos da AIDS nos níveis pessoal, familiar e comunitário. Seus benefícios incluem a melhoria da nutrição das famílias afetadas, a economia nas despesas com alimentação, o acréscimo na renda graças à venda de excedentes, e a mobilização comunitária na prevenção à contaminação pelo HIV.

Nutrição

Existem várias razões pelas quais a produção local de alimentos contribui para reduzir os efeitos da pandemia da AIDS:

- Os adultos e crianças infectados têm mais necessidade de energia (mais 10 a 30%) e de proteína (até 15% a mais) (FANTA-AED, 2004) e precisam de uma quantidade de vitaminas e minerais suficiente para compensar as perdas e a crescente ineficiência de sua absorção pelo organismo. Entretanto a maioria das famílias pobres urbanas é incapaz de atender essas necessidades nutricionais de seus membros doentes e dos demais membros por causa do declínio na renda e da dificuldade de acesso a alimentos frescos e nutritivos.
- Uma pessoa com AIDS e desnutrida tem mais chance de ver a doença avançar para estágios mais letais, culminando com a sua morte. Uma nutrição mais adequada não pode curar a infecção pelo HIV, mas pode melhorar substancialmente a qualidade e a expectativa de vida dos aidéticos. Dietas balanceadas são essenciais para manter o peso corporal e a massa muscular, repor as vitaminas e os minerais perdidos, e fortalecer o sistema imunológico, reduzindo a suscetibilidade a novas infecções oportunistas, melhorando sua capacidade de superar infecções, diarreias, tuberculose e outras infecções respiratórias etc. e evitando o progresso da AIDS para estágios mais mórbidos.
- A nutrição adequada também melhora a resposta ao tratamento. As drogas antiretrovirais são muito mais efetivas se as pessoas tratadas estiverem bem nutridas, o que normalmente não acontece nas comunidades de baixa renda. “É como construir uma casa. Se você tem um teto mas não há paredes nem fundações, a casa não será muito útil... Se você incluir terapias químicas mas não tem alimentos adequados e nutritivos, você não conseguirá combater a infecção.” (UN-Aids, 2001).
- Sendo assim, maior atenção no melhoramento do acesso a alimentos nutritivos é uma atitude fundamental nos programas que visam combater e mitigar a doença. Os esforços da agricultura urbana oferecem uma ótima oportunidade para as famílias afetadas pela AIDS (ou outras pessoas que cuidem de aidéticos) produzirem bastantes alimentos para satisfazer as necessidades nutricionais dos doentes e familiares. Apenas oferecer educação alimentícia e nutricional não é suficiente, se não for possível garantir o acesso sustentável aos alimentos apropriados recomendados.

Economias/rendimentos

As famílias afetadas pela AIDS freqüentemente voltam-se para a agricultura urbana não apenas para obter alimentos, mas também para economizar os seus escassos recursos financeiros ao reduzirem despesas com a compra de comida e de remédios (ao cultivarem sua própria comida e ervas medicinais). Ela também lhes oferece uma oportunidade acessível de gerar alguma renda ao venderem os produtos que excedam o consumo familiar.

Exercícios, ar fresco e redução do estresse

Os exercícios ao ar livre, naturalmente executados nas atividades típicas do cultivo, ajudam a fortalecer o sistema imunológico para combater a AIDS, a tuberculose e os distúrbios mentais, entre outras doenças. Também os resíduos de agrotóxicos estressam o organismo e podem levar as pessoas com o sistema imunológico já deprimido a muitas infecções como diarreia e problemas intestinais. Por isso a produção local de alimentos orgânicos ajuda a reduzir o estresse nas pessoas afetadas pelo HIV e suas conseqüências.

Hortas comunitárias são um espaço pedagógico privilegiado. Foto: Henk de Zeeuw



Mobilização comunitária

- A agricultura urbana contribui de vários modos para a mobilização das comunidades contra o HIV e a AIDS, aumentando o apoio às famílias afetadas pela doença e promovendo a sua integração na comunidade;
- A agricultura urbana pode ser usada como uma estratégia para oferecer uma ocupação para grupos de alto risco reduzindo a sua vulnerabilidade (p.ex.: ela pode evitar que as jovens sejam levadas para a prostituição);
- A agricultura comunitária também é uma estratégia para organizar grupos comunitários, e oferece serviços para os lares afetados pelo HIV na comunidade (p.ex.: distribuição de sopas nutritivas para órfãos ou de alimentos frescos e ervas medicinais para as famílias mais necessitadas.
- As hortas comunitárias são um campo de aprendizado para as questões relacionadas com nutrição e saúde, e com os cuidados apropriados aos pacientes com AIDS.
- Os pacientes infectados pelo HIV, que muitas vezes estão isolados socialmente devido à sua baixa-estima e aos preconceitos, podem se reintegrar ao trabalharem em hortas comunitárias com outros participantes que não estão contaminados.

Estudos de caso

Os estudos de caso a seguir ressaltam alguns desses mecanismos de integração e de edificação comunitária envolvendo as famílias afetadas pela AIDS.

Hortas Comunitárias “Nova Aurora de Esperança”, Harare

As hortas do programa “Nova Aurora de Esperança” foram criadas por um grupo de membros de famílias afetadas pela AIDS, como um modo para produzir alimentos baratos porém nutritivos, e ao mesmo tempo tentar levantar fundos para a sua sobrevivência com a venda dos excedentes produzidos. As hortas começaram a operar em Mufakose, uma das áreas de baixa renda de Harare, no Zimbábue. O grupo foi capaz de mobilizar comunidades em Mufakose ao redor da agricultura urbana. Às famílias de aidéticos recentemente uniram-se também membros de outras comunidades de baixa renda que desejam produzir alimentos nutritivos para si e suas famílias. A participação de outros membros que não estão infectados ajuda a remover o estigma que costuma pairar sobre os aidéticos.

Outros membros da comunidade se beneficiam das lições gratuitas sobre nutrição oferecidas pelos participantes do programa.

O grupo também oferece serviços grátis para outras comunidades pobres de Mufakose e de Harare que estejam interessadas em iniciar hortas nutritivas envolvendo os aidéticos locais.

Por meio da agricultura urbana, as famílias afetadas ganham mais acesso a alimentos frescos, nutritivos e cultivados organicamente. Tais produtos estão agora disponíveis a preços mais baixos, já que os custos com transporte e manipulação são mínimos.

“Crescendo positivamente” (Growing Positively) – um manual sobre o desenvolvimento de hortas com baixo nível de insumos – Snow John International, 2005, New Dawn of Hope – Mufakose, Harare, Zimbábue

Hortas em parcelas, em Bulawayo

Em Bulawayo 12 hortas divididas em parcelas foram implantadas pelo Conselho Municipal em áreas escolhidas em comunidades de alta densidade e baixa renda, como West Park, Makoba, Mpopoma e Mabutweni.

Os beneficiários dessas hortas são os pacientes infectados pelo HIV e os seus familiares, os idosos, as viúvas, e os deserdados de tudo. Para evitar a estigmatização associada com a AIDS, as hortas incluem uma variedade de beneficiários como descrito acima.

O tamanho de cada parcela varia de 0,42 a 2 hectares. Para a irrigação, são usadas águas servidas tratadas. A disponibilidade dessa água tende ser errática por causa de vários motivos, incluindo a quebra de bombas, “gatos” que roubam parte da água e a vandalismo nos equipamentos. As hortas em parcelas, que produzem quantidades significativas de alimentos, vêm contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais. As famílias afetadas pela AIDS sentem-se menos discriminadas na medida em que trabalham nas hortas com outros membros da comunidade.

J.J. Ndebele, do Conselho Municipal de Bulawayo.

Hortas escolares em Harare e Bulawayo

Desde 2003, a Action Aid International (AAI) tem estimulado o estabelecimento de hortas escolares para melhorar e diversificar as dietas das famílias pobres vulneráveis afetadas pelo HIV. Voluntários e professores das comunidades locais são treinados com relação às necessidades nutricionais e aos cuidados específicos demandados pelas pessoas convivendo com o vírus da AIDS, bem como o estabelecimento e gestão de hortas com baixo nível de insumos para a produção de hortaliças folhosas verdes e ervas (alimentícias e medicinais), que são particularmente importantes para os doentes aidéticos. Os alimentos produzidos são fornecidos para as famílias carentes afetadas pela AIDS.

Um levantamento dos resultados do projeto revelou que os benefícios da abordagem incluem retornos econômicos, aumento da segurança alimentar e nutricional, além de benefícios psicológicos, como auto-estima reforçada, coesão comunitária melhorada, estigmas e preconceitos reduzidos, e maior apoio da comunidade às famílias afetadas pela doença. Além disso, as ervas produzidas nessas hortas têm sido usadas com propósitos medicinais, melhorando as condições gerais de saúde dos aidéticos e parentes. As hortas urbanas são uma parte essencial dos sistemas econômicos dessas comunidades, principalmente entre os pobres e os mais vulneráveis.

Hortas domésticas, Harare

O Fundo Zimbabuano de Projetos (The Zimbabwe Projects Trust - ZIMPRO) envolveu-se com as famílias de infectados pelo HIV em Mbare, Harare, por algum tempo. Inicialmente, o Fundo ajudava as famílias com conjuntos de artigos de higiene. Entretanto seus técnicos logo perceberam que a nutrição era um aspecto muito importante, com efeitos decisivos nos pacientes vítimas da AIDS. Por isso eles apoiaram a implantação de hortas em 200 moradias onde vivem pacientes aidéticos, em Mbare. Eles as chamam “hortas nutricionais”. Outras famílias (não afetadas pelo HIV) também se envolveram, ajudando a remover o estigma das famílias que trabalham nas hortas. As atividades agrícolas são uma plataforma para treinamento de habilidades para a vida e nela é difundida uma forte educação colaborativa.

zimpro@zpt.cp.zw

Integração de ex-“profissionais do sexo”, em Gweru

A cidade de Gweru iniciou um projeto de reciclagem e horticultura orgânica como um modo de reabilitar e integrar ex-prostitutas (incluindo aquelas infectadas pela AIDS e suas famílias) à sociedade. Algumas áreas agrícolas perto de um depósito de lixo foram cedidas ao grupo, onde cerca de 20 participantes podiam cultivar agricultura usando resíduos orgânicos disponíveis no lixão. Elas cultivam uma variedade de plantas incluindo hortaliças verdes, tomates, feijões e milho. Os excedentes são vendidos e a renda é dividida entre as participantes.

Gweru Municipality, 8th Street, Gweru Zimbabwe

Conclusão

A AIDS e o HIV colocam desafios para os indivíduos, comunidades e governos. As questões ligadas à doença são complexas e as respostas devem ser multifacetadas. Nutrição, controle do estresse, tratamento de infecções oportunistas e redução da pobreza contribuem para maior eficiência no combate a essa pandemia.

As hortas urbanas domiciliares e comunitárias, implantadas nos terrenos domésticos, em centros comunitários, nas escolas e igrejas e nos terrenos baldios, bem como nas áreas de instituições (centros de saúde, quartéis etc.), podem dar uma importante contribuição para mitigar os efeitos negativos da AIDS, ao habilitarem os participantes a melhorarem sua nutrição, reduzir o estresse, economizar dinheiro e melhorar sua renda. As hortas também mobilizam o apoio da comunidade, facilitam a integração e reduzem o estigma muitas vezes associado à infecção pelo HIV.

A Parceria pelo Desenvolvimento Municipal (Municipal Development Partnership - MDP) organizou um seminário regional de três dias (de 21 a 23 de março de 2007, em Harare, Zimbábue, com participantes da África oriental e meridional. Os participantes discutiram as conclusões de estudos sobre questões ligadas à AIDS e à dimensão de gênero com representantes das comissões da AMICAALL (Alliance of Mayors and Municipal Leaders on HIV/Aids – Aliança de Prefeitos e Líderes Municipais contra a AIDS) existentes nessas duas regiões africanas, especialmente para focar questões ligadas à doença.

Um relatório sobre esse seminário pode ser acessado em:
www.mdpafrica.org.zw/hivwrkshop2007.htm.

Referências

- FANTA 2004. HIV Aids, a guide for nutritional support. Washington DC
- UN-Aids 2001. Nutrition Policy Paper, Volume 20
- Snow John International 2005. Growing Positively – A Handbook on Developing Low-Input Gardens
- World Bank 2003. Local Government Responses to HIV/Aids: A Handbook

Principais conclusões e recomendações da OFICINA 2004 sobre Agricultura Urbana e AIDS

Em 2004, a Rede Internacional de Centros de Recursos para Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAF), o Centro Técnico para Cooperação Agrícola e Rural da União Européia – ACP, e a ONG sul-africana Abalimi Bezekhaya organizaram uma oficina e visitas de estudos ligados a projetos de agricultura urbana doméstica e comunitária, reunindo 30 participantes de 10 países da África meridional.

As principais conclusões dessa oficina, sobre a relação entre a agricultura urbana e a AIDS foram as seguintes:

1. A nutrição adequada não pode curar a AIDS, mas pode aumentar substancialmente a expectativa e a qualidade de vida das pessoas infectadas pelo HIV. A nutrição adequada também é essencial para otimizar os benefícios da terapia antiretroviral.
2. Muitas famílias afetadas pela AIDS consideram difícil seguir as recomendações médicas com relação à nutrição por causa da pobreza e da falta de acesso a alimentos frescos e nutritivos.
3. A doação de alimentos não é uma solução sustentável.
4. Os projetos de produção local de alimentos melhoram o acesso a uma alimentação nutritiva a baixo custo. Tais projetos são especialmente efetivos durante os primeiros estágios da infecção pelo HIV, antes de a doença se desenvolver e alcançar os estágios que exigem terapia antiretroviral.
5. Muitas comunidades estão desejosas de trabalhar para fornecer alimentos para os infectados e os afetados pela AIDS, desde que recebam um subsídio que viabilize os investimentos iniciais. Os participantes normalmente oferecem seu trabalho de graça, com a esperança de receber alimentos e renda no futuro.
6. Não são necessárias grandes áreas de terra para o sucesso de projetos de agricultura urbana (uma horta de 20 m² por família já melhora sua nutrição substancialmente, enquanto que uma de 150 m² pode fornecer-lhe a maior parte das hortaliças consumidas durante todo o ano). Muitos grupos comunitários obtiveram acesso à terra ao se aproximarem das autoridades municipais (obtendo áreas públicas) ou arrendando ou tomando emprestadas áreas pertencentes a hospitais, centros comunitários, igrejas etc.
7. Além do aumento na quantidade e qualidade dos alimentos consumidos, da economia na compra de comida, e da geração de renda complementar, os projetos de agricultura urbana também levam à edificação das comunidades, à redução do estigma social e à melhora na qualidade de vida (menos estresse, maior auto-estima, inclusão social, desenvolvimento de habilidades) para as pessoas infectadas pelo vírus da AIDS.

Recomendações: os participantes concluíram que os impactos sociais e nutricionais das iniciativas visando à produção local de alimentos podem ser significativamente melhorados dos seguintes modos:

1. Uma abordagem multi-atorial e participativa deve ser adotada, envolvendo ONGs e centros comunitários (divulgação da proposta, desenvolvimento de grupos e de lideranças, treinamento técnico e gerencial, monitoramento, resolução de conflitos etc.), o Ministério da Saúde (ligação com os programas convencionais de tratamento da AIDS), produção local de alimentos e de plantas medicinais com ajuda dos agentes de saúde, treinamento em nutrição e cuidados terapêuticos etc.); autoridades municipais (disponibilização de terra, composto, acesso à água etc.) e o Ministério/Secretaria de Agricultura (oferta de equipamentos para irrigação, sementes, mudas, acompanhamento técnico e treinamentos).

2. Também é importante aumentar o acesso às áreas públicas e privadas dentro ou próximas às áreas de baixa renda (sob linhas de energia, em áreas livres nos centros comunitários, postos de saúde, igrejas, fábricas etc.) para a horticultura comunitária pelas famílias afetadas pela AIDS e outras, vulneráveis.
3. Para prevenir o estigma e superar os problemas relacionados com as limitações das pessoas infectadas pela AIDS para trabalharem de forma regular, recomenda-se, quando possível, que os beneficiários trabalhem em grupos e compartilhem as tarefas e rotinas da produção com pessoas não infectadas. Os grupos de agricultura urbana devem ser abertos e acessíveis para todos as famílias pobres e vulneráveis da comunidade, e não restritos às pessoas e famílias afetadas pelo HIV. As hortas comunitárias oferecem benefícios mais significativos do que as hortas domésticas, já que contribuem para a edificação da comunidade e os produtores podem contar com a ajuda dos companheiros quando algum deles enfrenta as fases críticas da doença. O trabalho em grupo tem um alto valor terapêutico e instrucional para os participantes que convivem com a AIDS. A horta comunitária também facilita a compra em conjunto de ferramentas e insumos a preços mais baixos e a comercialização dos excedentes. Uma das desvantagens da horta comunitária (mesmo aquelas divididas em parcelas) para as residências infectadas pelo HIV pode ser o tempo e o dinheiro investidos em reuniões e na manutenção da estrutura em comum. Comparada com a horta doméstica, a comunitária pode exigir mais investimentos em cerca, irrigação, abrigos etc., tornando o início mais caro e difícil e aumenta a dependência com relação a fontes externas de financiamento.
4. As hortas comunitárias também podem ser usadas como lotes demonstrativos locais, centros de treinamento e unidades de produção de sementes para promover hortas domésticas em pequenos espaços disponíveis para as famílias vulneráveis (em quintais, contêineres, em lajes, em abrigos para pequenos animais, produção de cogumelos etc.). Conjuntos de ferramentas para iniciar os trabalhos também podem ser distribuídos aos participantes. Além do mencionado acima, as hortas domésticas também têm as seguintes vantagens: elas são mais fáceis para proteger de ladrões; requerem menos tempo para chegar ao local; as atividades agrícolas podem ser realizadas nos momentos mais convenientes, combinando-se mais facilmente com as tarefas e domésticas e o descanso; e cada família pode cultivar as plantas e criar os animais de sua preferência. As águas das chuvas podem ser coletadas e a reutilização dos resíduos orgânicos da cozinha e das águas cinzas pode ser facilmente praticada. Porém a quantidade de alimentos produzidos em hortas domésticas é frequentemente pequena por causa do espaço limitado para atividades agrícolas disponível em volta das casas nas comunidades de baixa renda. Embora, com técnicas como hortas com “canteiro-trincheira”, uso de espaços verticais, plantios em contêineres, hidroponia etc., é possível obter-se bons resultados. Desde que muitas pessoas urbanas, especialmente os rapazes, têm uma atitude negativa com relação ao trabalho agrícola, é importante não apenas promover a horticultura em canteiros (com forte associação com a agricultura tradicional no campo), mas envolver os jovens em tipos mais “modernos” de micro-agricultura urbana (p.ex.: produção de cogumelos, hidroponia orgânica, cultivo e processamento de plantas medicinais, minhocultura, aquíicultura, criação de pequenos animais etc.), bem como atividades não agrícolas mas relacionadas com a horta, como a produção de sopas, um serviço de restaurante ou lanches-saladas para visitantes, ajudando na comercialização e no transporte, na coleta e compostagem dos resíduos etc. A horta torna-se um centro vibrante de atividades ligadas à agricultura, à alimentação e à geração de renda para pessoas com os mais variados interesses.
5. Novos grupos de horticultura nas comunidades de baixa renda requerem assessoramento e treinamento voltados para o desenvolvimento do grupo, técnicas básicas de horticultura, orientação voltada para a nutrição, o preparo de alimentos, os cuidados terapêuticos e preventivos da AIDS, mas eles também precisam de ferramentas e insumos iniciais (especialmente sementes, composto e ferramentas simples), e ainda, de preferência, de um sistema de microcrédito. Visitas regulares durante um período prolongado de tempo mostraram-se de importância crítica (para resolver problemas e reforçar o treinamento inicial).

6. O apoio financeiro externo para investimentos em infra-estrutura de coleta de água da chuva (calhas para recolher a água dos telhados, drenos para dirigir as águas das enxurradas das ruas para um tanque, cisternas nas hortas etc.), ou um suprimento seguro de água de outras fontes a preço subsidiado, é necessário para reduzir os custos fixos da produção local de alimentos. Técnicas de irrigação que consomem pouca água (irrigação com tambores, garrafas e por gotejamento) e práticas de cultivo (cultivo em leiras, uso de mulch, cultivo mínimo, aplicação de compostos e preparados, etc.) podem reduzir substancialmente as necessidades de água.
7. Para superar a apatia e fraca auto-estima, freqüentes entre os pacientes de AIDS, e para criar um espírito de cooperação comunitária e de voluntariado, é importante estimular a mobilização dos recursos e da poupança do grupo. Isso irá desenvolver sentimentos de pertencimento e de disciplina de grupo, e acumular algum dinheiro para os investimentos necessários para a próxima estação (sementes, composto etc.). O treinamento nas áreas ligadas à tomada de decisões em conjunto, ao planejamento e monitoramento de ações, à resolução de conflitos e promoção de interesses e à mobilização de recursos também é importante. A inclusão de atividades do tipo “celebração” ajuda a aumentar a coesão do grupo. Também é muito importante desenvolver ligações entre os grupos de horticultores de modo que eles possam aprender uns com os outros (aprendizado horizontal), e possam estabelecer parcerias (comprando insumos e vendendo produtos de modo conjunto, promovendo juntos os seus interesses etc.). A formalização e o registro dos grupos comunitários podem aumentar o seu acesso a recursos (p.ex.: subsídios), mas isso não deve ser feito nos estágios iniciais, nem ser a preocupação principal no processo de formação do grupo.

Os anais completos dessa oficina e das visitas de estudo estão disponíveis em: www.ruaf.org/node/743.

Agricultura urbana de base comunitária em duas capitais da África Oriental

Rebecca L. Rutt - beckyrutt@hotmail.com

International School for Humanities and
Social Sciences, Universiteit of Amsterdam, Holanda
Fotos: Rebecca L. Rutt

A agricultura urbana é geralmente uma iniciativa solitária praticada por indivíduos ou famílias em busca de alimentos frescos. Os benefícios das atividades de agricultura urbana estão bem documentados, por isso a busca por modos de viabilizar as suas valiosas contribuições é uma questão vital, particularmente nos países em desenvolvimento, onde a agricultura urbana é freqüentemente a principal atividade de subsistência para muitos, e tem um altíssimo potencial para impactar suas vidas diárias.

As famílias afetadas pela AIDS tendem a ter mais despesas devido aos custos com o tratamento das infecções. Ao mesmo tempo, essas famílias tendem a se empobrecer por causa do enfraquecimento provocado pela doença e da perda de status de seus membros, levando a uma espiral de deterioração socioeconômica.

Um dos meios pelos quais a agricultura urbana pode contribuir exponencialmente para a sustentabilidade de um centro urbano em desenvolvimento é por meio da ação coletiva dos produtores. Freqüentemente os grupos são formados quando os membros de uma comunidade enfrentam crises sociais ou carências graves, percebidas por vários de seus moradores.

Os esforços compartilhados dão origem então ao trabalho em equipe e à cooperação. Em duas capitais da África Oriental, Kampala (em Uganda) e Nairóbi, (no Quênia), são inúmeras as evidências das realizações e benefícios alcançados por iniciativas agrícolas urbanas. Este artigo focaliza os agricultores criativos e suas realizações, que resultaram de trabalho duro e colaboração.

Além disso, irá elucidar algumas diferenças marcantes experimentadas pelos produtores e grupos de produtores das duas capitais, conforme a situação legal (ou ilegal) da agricultura urbana em suas respectivas cidades. A ilegalidade resulta muitas vezes da falta de confiança das autoridades nas atividades agrícolas, por causa dos riscos envolvidos para o ambiente urbano.

Este artigo apresenta várias iniciativas de agricultura urbana comunitária em Kampala e Nairóbi, como ocorriam em meados de 2006, durante pesquisa sobre inovações locais em agricultura urbana realizada pela autora. Envolvendo grupos marginalizados como mulheres, portadores de deficiências físicas ou mentais e jovens em situação de risco, esses projetos revitalizaram áreas empobrecidas e decadentes e melhoraram as condições de saúde das pessoas moradoras em muitas pequenas comunidades pobres.

Kampala, Uganda

Agora que foi legalizada (em 2005), a agricultura urbana em Kampala tornou-se um elemento valioso no mosaico de meios de vida urbanos, e tem se aperfeiçoado graças ao reconhecimento oficial e às políticas urbanas que passaram a apoiar a atividade.

Envolver, na agricultura urbana, as crianças com necessidades especiais é uma inovação.



Os produtores de Kampala estão agora mais aptos a se unirem e se organizarem para enfrentar juntos os problemas e necessidades em comum. Alice Tebyasa, de Kawempe, em Kampala, é uma liderança comunitária que organizou um dos grupos de moradores mais bem-sucedidos da cidade.

Em 1997 Alice foi eleita vereadora local. Nessa função, ela procurou um meio de envolver as mulheres suas vizinhas em algum tipo de atividade agrícola. Para tanto convidou agentes extensionistas, peritos em agricultura, criação de galinhas, de peixes etc. para participarem de uma oficina para treinar as mulheres da comunidade.

As mulheres, naturalmente, deram prioridade às suas necessidades e habilidade pessoais e daí surgiu a idéia de instalar um tanque para criar bagres (catfish). Essa idéia foi escolhida por que os peixes forneceriam uma complementação nutricional importante para as famílias do bairro e também a renda produzida com a venda dos peixes excedentes. O presidente do Conselho Local (1) doou a terra, e em seis meses as mulheres construíram o poço que desejavam.

Cerca de 900 peixes, cada um valendo 5.000 xelins (US\$ 3), são agora colhidos a cada sete meses. O capital para essa iniciativa foi levantado dentro da comunidade e os custos de manutenção são compartilhados, incluindo a manutenção, a ração e as ovas.

Se uma participante for incapaz de pagar integralmente as despesas relativas à sua cota, ela vai compensar recebendo menos dinheiro quando os lucros forem divididos.

Alice considera os melhoramentos comunitários e sociais como sendo os aspectos mais importantes do projeto. Quarenta mulheres e dois jovens (rapazes a quem se paga um salário por sua ajuda) mantêm em funcionamento a iniciativa. Alice percebeu uma mudança no “clima” da comunidade. As mulheres tornaram-se mais capazes de negociar com seus maridos e há um sentimento mais elevado de coesão social. Ela também percebe que as pessoas não estão mais deixando o bairro para buscar outras opções de vida, mas sim preferindo investir trabalho e recursos em seu crescimento e desenvolvimento a longo prazo.

As mulheres tornaram-se mais empoderadas em casa e na comunidade, capazes de contribuir para atender aos custos da subsistência doméstica e dos gastos escolares, e, no geral, estão mais organizadas e ativas. Uma pessoa pode imaginar o que pensam os maridos dessas mulheres sobre as suas atividades profissionais. Alice defende o projeto em suas discussões com os homens, e hoje ela nota que alguns deles são “feministas e adoram a idéia”. “Os homens agora vêem suas mulheres como recursos da família.” Algumas das famílias espantam-se com a sua maior capacidade para pagar as taxas escolares anuais de suas crianças. A renda gerada no tanque de peixes reduziu essa carga financeira, resultando em menor evasão escolar e mais chance para seus filhos.

As famílias também valorizam os aspectos de treinamento e de cooperação. Um outro benefício compartilhado, que não está diretamente ligado ao tanque de peixes, mas ao sucesso em geral do grupo, foi a doação de uma grande caixa d’água para várias finalidades; antes a comunidade não tinha acesso desse tipo à água, e agora ela pode ser distribuída para irrigação e para a manutenção do tanque piscícola.

Outros grupos locais e comunitários tentaram projetos similares na trilha do tanque bem-sucedido, mas ainda não alcançaram os mesmos resultados. O segredo do sucesso de Alice e de sua comunidade é a “abertura” (ou liberdade). Elas recusam, sempre que possível, os recursos vindos do governo, para manter a atmosfera não politizada. Isso também permite um senso mais elevado de propriedade, pelo qual cada mulher é uma “acionista” e tem um profundo compromisso com o sucesso do projeto.

O grupo até evita realizar reuniões em época de eleições, para permitir que cada participante possa ter suas próprias preferências políticas e evitar discussões quase sempre infrutíferas. O grupo prefere se reunir quando a única coisa na mente das participantes é o progresso mútuo e o desenvolvimento geral.

Os planos futuros de Alice incluem a expansão do mercado comprador e o aumento da capacidade do tanque, para aumentar a quantidade de peixe que cada família recebe a cada mês, conforme o objetivo maior do projeto: melhorar a nutrição. Atualmente cada família recebe um peixe por mês. Além disso, cada participante recebe 50.000 xelins (US\$ 30) das vendas a cada sete meses.

Atividades de horticultura numa escola para estudantes com deficiências em Kampala.



Outras cooperativas de agricultura urbana comunitária em Kampala podem ser encontradas dentro dos espaços escolares. Graças a um projeto que promoveu o plantio de batatas-doces-de-miolo-alaranjado, de 2004 a 2006, no qual as escolas foram usadas pelo programa FARM-AFRICA como centros de treinamento para alcançar os produtores locais, novas relações foram estabelecidas e idéias foram geradas para a continuação da cooperação. Em Lubaga, a escola de Kampala para deficientes físicos abriga cerca de 100 jovens com necessidades especiais físicas e mentais. A escola mantém uma horta produtiva que contribui para alimentar a comunidade escolar. A idade dos alunos varia de 6 a 24 anos e estão divididos em oito grupos. Todos os grupos participam de algum modo no cultivo das plantas e na manutenção das hortas. Os mais jovens aprendem sobre agricultura pela observação. Os mais velhos mantêm os canteiros e durante a época chuvosa cultivam repolho, cenoura, couve, milho, bredo e a popular batata-doce-de-miolo-alaranjado. As colheitas produzidas vão diretamente para o programa de nutrição da escola, onde os alunos residem de modo permanente.

O agente de extensão agrícola Pross Owino comentou, “só o fato de termos as crianças portadoras de necessidades especiais envolvidas com a agricultura, plantando e cultivando, já é uma inovação importante! E estarem aptos a produzirem sua própria comida significa que eles, no futuro, serão capazes de se manterem e gerarem renda, tudo graças a uma habilidade que aprenderam na escola. E o benefício deste programa para a comunidade deve ser visto na perspectiva do futuro dessas crianças.”

Hoje em Uganda, as pessoas com deficiência física ou mental têm pouquíssima chance para encontrar emprego no setor formal. Essas deficiências limitam severamente suas oportunidades de alcançar uma vida adulta segura e estável. Florence Tweyambe, uma professora dessa Escola, explicou que a agricultura urbana é parte importante do currículo escolar por que habilita os estudantes a se manterem e a se alimentarem no futuro. Eles podem eventualmente ter excedentes para vender, e por isso também praticam as técnicas de comercialização com os professores. Eles terão mais chance para se manterem saudáveis e menos propensos a dependerem de esmolas ou de atividades ainda piores para sobreviverem. Algumas das dificuldades que a escola experimenta incluem a área cultivável limitada e mão-de-obra insuficiente. Parte da manutenção da horta é muito pesada para as crianças; por isso os professores precisam ajudar. Quando esses não podem realizar alguma tarefa necessária, como capinar as plantas invasoras, contratam ajuda de fora e isso pode ser caro. Mesmo assim, os benefícios costumam ultrapassar os custos.

Nairóbi, Quênia

A agricultura urbana é uma atividade popular em muitas – se não todas – cidades quenianas, mas nem sempre é permitida. Mesmo assim, na capital, Nairóbi, iniciativas comunitárias de agricultura urbana não apenas produzem alimentos, mas também contribuem para dar emprego aos mais jovens, para garantir maior segurança local e, no geral, melhorar a capacidade produtiva dos moradores da cidade.

Por oito anos, a Mathare Youth Foundation Centre vem realizando um projeto de agricultura urbana comunitária nas favelas de Mathare.

O projeto inclui 15 rapazes com idade entre 20 e 30 anos, que costumavam cometer pequenos delitos e que agora são produtores prósperos que reconquistaram o respeito de seus vizinhos. A Fundação fornece uma renda estável para esses jovens por meio da venda dos produtos aos moradores locais. Esse dinheiro também lhes permite frequentar cursos noturnos na Mathare Hope Achiever Adult Education. Podendo pagar por sua educação, sua vida transformou-se completamente. “Nós costumávamos roubar as pessoas da comunidade. Mas nos juntamos para mudar essa vida e também para apoiar uns aos outros”, disse o coordenador do grupo, James Karaoke, de 26 anos.

O local, que inclui a criação de 10 caprinos (pela carne) e seis vacas leiteiras e a produção de couve, espinafre, e muitas outras hortaliças locais e exóticas, está localizado no que já foi um lixão regional. A terra agora está cuidada, fértil e produtiva, revitalizando essa parte de Mathare e oferecendo uma fonte de alimentos frescos para a comunidade. Além disso, a iniciativa eliminou a ociosidade (e o desemprego) de alguns jovens locais, ajudando-os a escaparem da marginalidade. Alguns dos problemas experimentados pela Fundação incluem atritos com as gangs locais. Alguns de seus programas de aconselhamento tiveram que ser fechados por causa da resistência das gangs às mudanças positivas. Esses grupos de jovens desorientados às vezes também roubam cabras e plantas produzidas. Outras questões surgem decorrentes da situação ilegal da agricultura urbana e da criação de gado em Nairóbi. Mas quando o Conselho da Cidade ameaçou confiscar as vacas do sítio, o grupo de jovens apelou com sucesso para os agentes públicos, dizendo-lhes “Nós não queremos voltar a roubar as pessoas!” O Conselho Municipal de Nairóbi então permitiu a manutenção das vacas em locais onde não “ficassem visíveis”, e o grupo tem buscado seguir essa regra.

Por fim, os horticultores do projeto temem perder suas terras. O padre Frederick, da Escola Católica de Santa Tereza, existente no bairro e voltada para meninas, deu-lhes a idéia e o apoio inicial (inclusive o primeiro terreno, de 0,5 ha), para ver o projeto deslanchar. Desde então o trabalho tem crescido aos poucos, e alguns vizinhos ficam enciumados com o seu sucesso, mesmo embora ele tenha sido conquistado onde era antes um lixão abandonado. Também sente-se a falta de vários insumos, como bombas d’água.

Conclusões

A incerteza enfrentada pelos produtores urbanos em Nairóbi está em contraste agudo com a confiança dominante nos grupos comunitários de Kampala. O projeto de criação de bagre e outros projetos agrícolas de base comunitária visitados pela pesquisadora em Kampala recebem recompensas objetivas, como recursos fornecidos pelas autoridades governamentais. As organizações privadas também frequentemente oferecem apoio aos agricultores urbanos que adotaram práticas sustentáveis. O Projeto Internacional Heifer, por exemplo, está ativo em Kampala oferecendo não apenas vacas leiteiras aos participantes, mas também promovendo treinamentos em criação higiênica de gado leiteiro em ambientes urbanos.

O apoio, o treinamento e as recompensas produzidas pelos projetos só podem ocorrer quando as autoridades reconhecem os benefícios da agricultura dentro da cidade e a legitimam. A legalidade é um elemento crucial para melhorar as iniciativas de agricultura comunitária, viabilizando políticas e mecanismos estratégicos e especializados de apoio. Com relação às políticas, de Zeeuw e outros (2006) comentam que “desse modo, os formuladores de políticas municipais e as instituições de apoio podem contribuir substancialmente para o desenvolvimento de uma agricultura urbana sustentável.”

Embora alguns dos produtores de Nairóbi tenham resistido à repressão das autoridades locais através dos anos com variados graus de sucesso, sempre é possível que tudo lhes seja tomado a qualquer momento. A legalização, acompanhada por políticas bem orientadas e implementadas, irá encorajar decididamente os produtores quenianos – quase sempre pobres – e ao mesmo tempo elevar significativamente sua renda.

A implantação de muitos grupos de produtores em Kampala e em Nairóbi tornou-se possível graças ao apoio das equipes de extensionistas do governo de ambas as cidades. Em Kampala, as atividades desses especialistas são claramente legais e oficiais, enquanto que em Nairóbi a existência de técnicos extensionistas do governo especializados em agricultura e pecuária é até paradoxal – em uma cidade que não reconhece a existência da agricultura urbana. Embora a agricultura urbana seja ilegal na cidade, ela recebe ajuda principalmente de funcionários dos Ministérios da Agricultura e Pecuária e de Pesca. Realmente, essas instituições, federais, mas baseadas em Nairóbi por ser ela a capital do Quênia, têm agentes extensionistas que colaboram com os agricultores, mas, como um deles explicou: “precisamos justificar nossa apoio aos produtores, por isso nós focalizamos principalmente nos aspectos ligados à segurança do consumidor.” Independentemente de suas razões, seu apoio ajuda diariamente os agricultores urbanos de Nairóbi a melhorarem suas tecnologias e práticas.

A agricultura urbana fornece meios excelentes para promover a inclusão social de setores hoje marginalizados da sociedade. Nas histórias descritas acima nós testemunhamos o empoderamento de mulheres pobres, um futuro melhor para crianças portadoras de necessidades especiais e para jovens em situação de risco – que trocaram um cotidiano de crimes por outro de cultivo e produção. Iniciativas coletivas não apenas oferecem uma via para vencer a pobreza, mas também constroem capital social no ambiente urbano. Exemplos mais fortes de agricultura urbana baseada na comunidade serão encontrados principalmente onde as suas contribuições para a cidade são reconhecidas e onde ela é autorizada pelo governo e apoiada por ONGs e outras instituições. Os exemplos descritos acima testificam as possibilidades dos projetos de agricultura urbana comunitária para transformar a vida de mulheres, de jovens e daqueles que sofrem de deficiências mentais e físicas.

Além disso, os grupos de agricultura urbana também podem oferecer uma contribuição maior para as famílias afetadas pelo HIV. Com uma comunidade mais saudável, vem a paz e a prosperidade. Esses exemplos podem fornecer inspiração para outras pessoas se unirem, recuperarem seu sentido de comunidade e melhorarem as suas vidas por meio do empoderamento e da ação cooperativa auto-dirigida.



Tanque de piscicultura de Tebyasa em Uganda.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer ao Dr. William Critchley, do Centro de Cooperação Internacional da Free University, Holanda, a Onyema Onwuka, perito associado do Centro de Desenvolvimento Regional das Nações Unidas em Nairóbi, a Ronald Lutalo e à equipe da Environmental Alert, de Kampala, e a PROLINNOVA, de Uganda, e aos agentes extensionistas Pross Owino, de Kampala, e Josephine Wandaho, de Nairóbi, por seu apoio.

Referências

- De Zeeuw, H., Dubbeling, M., Wilbers, J. e R. van Veenhuizen 2006. Courses of Action for Municipal Policies on Urban Agriculture. Revista de Agricultura Urbana no. 16. Leusden: RUAF.

Visando os grupos socialmente excluídos: hortas comunitárias em KwaZulu-Natal, África do Sul

Myles Oelofsea - myles@life.ku.dk

Raymond Auerbach^b e Andreas de Neergaard

Department of Agricultural Sciences, Faculty of Life Sciences,
Copenhagen University, Dinamarca –

Rainman Landcare Foundation, África do Sul

A multifuncionalidade da agricultura urbana a torna uma atividade largamente praticada nos assentamentos em torno da cidade de Durban, na África do Sul (1). Em Mpumalanga, por causa da falta de terra apropriada a agricultura de pequena escala na área, a horticultura comunitária tornou-se uma atividade popular nos poucos terrenos disponíveis no assentamento, que fornece aos seus residentes uma variedade de serviços de interesse nutricional, ecológico e comunitário.

Desde a sua criação, na década de 1960s, o assentamento de Mpumalanga foi muito influenciado pela situação política que prevalecia então na África do Sul. No início dos anos 1980s, muitas organizações existiam no assentamento. Porém no final daquela década e no início da seguinte, a escalada da violência política antes da transição para a democracia na África do Sul teve um efeito marcante no ambiente socioeconômico e na infra-estrutura do assentamento (Mosoetsa 2004).



Cultivos na periferia de Sizamimpilo. Foto: Andreas de Neergaard

Seguindo a transição para a democracia na África do Sul, e um período de estagnação da economia nacional, os desafios enfrentados pela comunidade foram, e ainda são, bastante difíceis de serem vencidos.

Em resposta a esta situação crítica, uma ONG local que opera no assentamento desde a década passada facilitou o estabelecimento de uma série de hortas comunitárias na área nos últimos anos da década de 1990. As hortas comunitárias – uma atividade típica da agricultura nas cidades – eram vistas como uma abordagem multifacetada para melhorar a qualidade de vida dos moradores.

O primeiro objetivo das hortas era ajudar a desenvolver comunidades muito carentes de recursos, focando nas questões da segurança alimentar, sustentabilidade e redução da pobreza. Além disso, o próprio processo de estabelecer e manter uma horta comunitária já era considerado como um veículo para reconstruir a autoconfiança e as relações comunitárias, e implantar as hortas era visto também como um exercício participativo enriquecedor (Auerbach 1999).

Um estudo das hortas comunitárias foi realizado em 2004/5 para avaliar os impactos do projeto, com relação tanto à sustentabilidade das práticas agrícolas quanto ao impacto nas famílias. O estudo incluiu cinco das 28 hortas que foram criadas nos cinco a sete anos anteriores. O principal foco foi nas práticas agrícolas das hortas comunitárias, porém percebeu-se, conforme o estudo progredia, que acima dos aspectos agrícolas as hortas preenchiam outras funções úteis para a comunidade.

Sendo assim, de acordo com o tópico desta edição, esse artigo irá elaborar sobre alguns dos desafios enfrentados pelos agricultores periurbanos no assentamento de Mpumalanga.

As cinco hortas comunitárias investigadas alcançaram diferentes graus de sucesso. A continuação de algumas delas está em risco, enquanto que outras progrediram até se tornarem entidades bem estabelecidas que oferecem aos seus membros instalações apropriadas para a produção de hortaliças além de outros “serviços ocultos”, tais como lazer, atividades sociais e de aprendizado relacionado com a estrutura e gestão democrática de um comitê (trabalho em grupo). A que podemos atribuir esses resultados tão disparatados?

Vamos explorar alguns dos critérios que foram fundamentais para assegurar a funcionamento contínuo de algumas dessas hortas. Desde a sua implantação, quando elas receberam orientação, ferramentas, cerca e adubo, elas receberam pouquíssimo auxílio externo. De fato, embora a segurança alimentar, entre outras questões, tenha merecido ultimamente um crescente interesse político, incluindo a defesa da agricultura urbana nos níveis local e estadual; ainda assim as boas intenções políticas ainda precisam produzir resultados no campo prático da realidade.

A ONG que ajudou a estabelecer as hortas tentou sempre torná-las auto-suficientes, mas foi incapaz de lhes fornecer suficiente apoio material para atingirem esse estágio. Agora ela se concentra mais no treinamento dos produtores em práticas orgânicas. Sendo assim, diante do limitado apoio externo, somente as hortas comunitárias que contam com forte organização estrutural (um comitê comunitário), dirigidas freqüentemente por membros com mais recursos (que asseguram o funcionamento das atividades cotidianas), são no geral as mais sustentáveis – na medida em que são capazes de oferecer aos membros uma base para a produção de hortaliças e de preencher sua função de fornecer outros serviços de interesse da comunidade.

Falando em geral, os membros das hortas comunitárias podem ser classificados em vários grupos sociais com variável grau de segurança de subsistência, indo desde os mais vulneráveis até um pequeno grupo de participantes com muito mais recursos. Primeiramente, existe um grupo bem carente de recursos, constituído principalmente por mulheres chefes de família que dependem da ajuda governamental, para quem a produção de hortaliças de suas hortas fornece uma importante contribuição para a segurança alimentar sua e de seus familiares. Os horticultores desse grupo são ou desempregados (buscando emprego) ou pessoas mais idosas, aposentados, cuja sobrevivência depende de pensões do governo ou doações sociais.

No outro extremo da escala, a maior parte das hortas têm alguns membros mais ricos, muitos deles aposentados mais velhos com recursos suficientes e famílias mais estruturadas. Os exemplos de maior sucesso entre as hortas comunitárias foram tipificados conforme a presença desses membros com mais recursos, que podem ser considerados como a força motriz por trás das hortas comunitárias (um deles, em entrevista, descreveu-se a si mesmo como um altruísta!).

Sendo assim, um elemento central para a sustentabilidade das hortas comunitárias é a influência de tais membros, que juntos com outros membros mais velhos também garantem maior constância na participação. Esses membros são importantes por que, em contraste com outros membros mais oportunistas, eles fornecem a estabilidade necessária para a horta comunitária.

Isso pode ser ilustrado com o exemplo de uma horta comunitária em Mpumalanga, chamada de Sizamimpilo Community Garden, onde os 36 membros cultivam uma área total de aproximadamente 7.500 m².

A horta é popular, e mesmo áreas situadas fora da sua cerca são cultivadas. Ela está estruturada como uma organização oficial, que possui uma comissão responsável pelo funcionamento do dia-a-dia. A comissão se reúne semanalmente e assegura que os insumos, como adubos, sejam comprados regularmente.

Ela também promove o uso de composto e mulch (cobertura morta). Um fator importante a ser notado é que dois dos membros da comissão da horta de Sizamimpilo estão atualmente fazendo um curso de agricultura orgânica no colégio local (operado pela mesma ONG). O conhecimento tradicional de práticas agrícolas está limitado à produção de cereais e de hortaliças não intensivas; sendo assim, a disseminação de conhecimento é um aspecto muito importante para melhorar as práticas agrícolas no futuro.

Inverno na horta de Sizamimpilo perto da Escola. Foto: Andreas de Neergaard



Em ambientes periurbanos, a disponibilidade de terra é uma limitação típica que determina o desenvolvimento das atividades agrícolas.

No assentamento de Mpumalanga essa limitação é parcialmente superada ao se usarem os pátios de escolas como hortas comunitárias. A horta de Sizamimpilo está localizada dentro dos limites de uma escola e tem um bom relacionamento de cooperação e trabalho com a comunidade escolar. A escola tem algumas parcelas próprias na horta, que além de fornecer alimentos são usadas integradas ao currículo escolar. O trabalho na horta pode ser usado para ilustrar vários aspectos do currículo, como matemática ou ciência, e também pode ajudar a melhorar a imagem da agricultura entre as gerações mais jovens. Nas palavras do diretor, os professores não mandam mais os alunos irem capinar a horta como um castigo, mas para educá-los e encorajá-los nas atividades hortícolas.

As hortas comunitárias que não têm uma comissão forte (ou nenhuma comissão), enfrentam uma série de desafios, e falham em oferecer os serviços comunitários que se espera possam oferecer. Uma outra das hortas estudadas, também localizada em uma escola, reúne principalmente famílias pobres. Embora os membros se reúnam uma vez por semana, a horta não tem uma comissão oficial por que não há quem possa ou queira dirigi-la.

Sendo assim, devido à falta de coordenação, ou talvez da falta de recursos ou de facilitação, o que foi originalmente uma horta comunitária tornou-se um campo onde várias pessoas cultivam suas plantas de modo independente. Elas até se reúnem em pequenos grupos para discutir questões pertinentes, mas os benefícios típicos de uma horta comunitária estão perdidos. Entre os benefícios de funcionar como uma entidade comunitária, os horticultores poderiam assegurar vários aspectos estruturais e funcionais importantes, como a ligação de água e uma cerca.

Os produtos das hortas, principalmente hortaliças folhosas verdes, fornecem uma complementação saudável para a dieta diária dos moradores da comunidade. As hortaliças são consumidas pelos próprios horticultores ou doadas a seus vizinhos. Sendo assim, a geração de renda produzida pela venda de hortaliças é mínima. O maior desafio que os produtores locais enfrentam é de natureza financeira – pelo menos a curto prazo. Como é comum, quando se lida com grupos marginalizados, a sua capacidade de investimento é muito baixa. Por exemplo, a taxa de uso que os membros devem pagar para utilizar o espaço da horta e ter direito a sementes e água, por exemplo, freqüentemente não é paga.

A falta de sementes que daí resulta pode impedir o plantio, enquanto que a falta de água vai inviabilizar a produção de hortaliças. Em tais casos, o apoio de membros com mais recursos seria vital. Embora o pagamento pela ligação de água na área de estudo nem sempre seja efetivamente cobrado, a sua disponibilidade também depende da tolerância das autoridades e de sua incapacidade para punir os inadimplentes.

Para algumas hortas comunitárias, outro desafio importante é a adesão de novos membros. Para muitos, cultivar uma horta é uma atividade que revela a incapacidade da pessoa para obter renda por outros meios. Quando uma outra oportunidade de emprego surge, muitos logo negligenciam seus canteiros – o que é compreensível; porém isso afeta negativamente os outros membros e o moral de todo o grupo.

Durante um treinamento, testa-se um uso alternativo para cascas de ovos. Foto: Jardín Botánico de Bogotá



O investimento em capital natural, como a fertilidade do solo, também é mínimo – por isso a baixa fertilidade inerente do solo apresenta um desafio ainda maior para os horticultores.

Análises da fertilidade do solo revelaram que nos terrenos das hortas a fertilidade estava fortemente influenciada pela falta de recursos dos agricultores individualmente; alguns produtores estavam esgotando rapidamente o seu solo, enquanto que outros estavam sabendo conservá-lo ou mesmo, em alguns casos, melhorá-lo.

As análises também revelaram que alguns parâmetros, como o pH e a presença de fósforo estavam fortemente influenciados pela calagem e adubação iniciais realizadas pela Secretaria de Agricultura há anos, na época de implantação da horta.

O declínio geral da capacidade produtiva do solo demonstrou a falta de conhecimento da comunidade com relação à manutenção de sua fertilidade e a sua incapacidade para realizar operações que exijam maiores investimentos.

Como as hortas comunitárias podem se manter? As hortas comunitárias mais sustentáveis foram aquelas que contavam com membros dotados de mais recursos e condições para assegurar o seu funcionamento.

Assim, se as hortas são destinadas para oferecer serviços para grupos mais vulneráveis e carentes, o algum apoio externo será indispensável.

Isso ficou evidente, por exemplo, em análises sobre a fertilidade dos solos, nas quais os sinais da intervenção inicial (traços de fósforo e de cálcio) ainda podiam ser detectados anos depois.

Além disso, a diversidade das colheitas era muito maior em hortas irrigadas e mais equipadas, demonstrando a importância e a necessidade de infra-estrutura adequada e formalização.

A formalização é particularmente importante para propiciar o reconhecimento da posse da terra, e assegurar que ambos – horticultores e as instituições públicas – estejam interessados em investir recursos nas hortas.

Cultivar uma horta perde sua prioridade quando outras oportunidades de ganhar a vida surgem; por isso criar uma horta produtiva, auto-suficiente e economicamente viável é tão difícil – além do fato de competir com os supermercados não ser tarefa fácil.

Os critérios para o sucesso das hortas devem, portanto, incluir os aspectos da edificação comunitária e de outros serviços oferecidos à comunidade – elementos que não costumam estar prontamente à disposição em qualquer comunidade que se esforce por prosperar.

A criação de um grupo autoconfiante, capacitado e motivado de produtores é indispensável para realizar todo o potencial de uma horta comunitária. A ONG que ajudou a iniciar as hortas continua a ser um importante recurso com relação a apoio e treinamento.

Considerando a atual conjuntura institucional, o apoio de ONGs locais é fundamental. Infelizmente, como ficou demonstrado aqui, a dependência dos grupos mais fracos com relação a ONGs não é, em si, uma estratégia viável para assegurar a sustentabilidade das hortas comunitárias.

Nota

1. Ver, por exemplo, o artigo de Marshall Smith (2005), que descreve a horticultura comunitária no assentamento de Umlazi, ao sul de Durban.

Referências

- Auerbach, R. 1999. Design for participation in ecologically sound management of South Africa's Mlazi River catchment, PhD Thesis. Wageningen Agricultural University, Holanda.
- Marshall Smith, P., Yusuf M.J., Bob U., & de Neergaard A. 2005. Urban farming in the south Durban Basin. Revista de Agricultura Urbana, no. 15. Leusden: Fundação RUAF
- Mosoetsa, S. 2004. The legacies of apartheid and implications of economic liberalisation: A post-apartheid township, Working Paper No. 49. Crisis States Programme Development Research Centre.

Promovendo uma Cidade sem Fome nem Indiferença: a agricultura urbana em Bogotá, Colômbia

Claudia Marcela Sánchez - marcesanchez1@yahoo.es

Jairo Andrés Silva e Rolando Higueta

José Celestino Mutis Botanic Garden

Exatamente como outras cidades no país e ao redor do mundo, Bogotá, a capital da Colômbia, está enfrentando um rápido aumento populacional que causa o agravamento das desigualdades sociais. Em 2005 essa cidade de aproximadamente 6,8 milhões de habitantes tinha uma taxa de pobreza correspondendo a 38,5% da população, e a maioria dos pobres sofria de deficiências nutricionais devidas à falta de acesso a alimentos na quantidade e qualidade necessárias.

Em um esforço para melhorar as condições de vida da população, e como parte de suas políticas sociais, a atual administração municipal – liderada pelo prefeito Luis Eduardo Garzon – implementou um plano chamado “Bogotá sem indiferença – um compromisso social contra a pobreza e a exclusão”.

O plano inclui vários programas, inclusive o “Bogotá sem fome”, que envolve várias atividades para melhorar a situação nutricional dos grupos mais vulneráveis da capital colombiana.

Uma de suas principais iniciativas é o projeto de agricultura urbana conduzido pelo Jardim Botânico Jose Celestino Mutis.

Essa iniciativa reconhece as práticas dos moradores e encoraja o cultivo de alimentos nas áreas urbanas como uma fonte alternativa de comida para o auto-consumo, além de promover a conservação ambiental, o fortalecimento do tecido social e a apropriação de terras por meio da participação cidadã.

Em termos gerais, as atividades do projeto objetivam:

- complementar a pesquisa biológica básica e aplicada em contextos urbanos, para viabilizar o uso sustentável de algumas espécies de plantas nativas com alto valor nutritivo;
- promover intercâmbios de conhecimentos agrícolas e de técnicas limpas de produção em espaços criados – os “Núcleos Educativos”, em várias comunidades de Bogotá;
- promover iniciativas de educação ambiental para aumentar a consciência e os hábitos saudáveis, e encorajar o consumo de alimentos com maior valor nutricional;
- promover alianças participativas comunitárias que possam fortalecer as atividades de agricultura urbana e os laços de vizinhança, contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida.



Sempre há espaço para as plantas.

A agricultura urbana em Bogotá

O projeto de agricultura urbana em Bogotá começou no final de 2004 e tornou possível implementar diversas atividades de pesquisa aplicada, desenvolvendo o conhecimento e sua aplicação na prática, e melhorando a qualidade de vida das comunidades vulneráveis que existem no distrito federal colombiano.

Pesquisa aplicada: Essa é uma das atividades do Jardim Botânico, que desenvolve pesquisas básicas e as transforma em pesquisa aplicada, focando nas espécies nativas (quinua, amaranto, cubios, hibias, chugas, etc.) com alto valor nutritivo e que estão sendo re-introduzidas na dieta da população, bem como espécies exóticas tradicionalmente consumidas (alface, espinafre, cenoura, cereja etc.). A pesquisa inclui o uso de diversos tipos de contêineres e de substratos alternativos, que são muito necessários no contexto urbano. Atualmente 60 espécies comestíveis estão sendo estudadas.

Núcleos Educacionais e intercâmbio de conhecimentos. Os cultivos em contêineres e no solo, conforme são indicados pelas pesquisas, são transferidos para o grupo-alvo do projeto por meio dos Núcleos Educacionais que existem espalhados pela cidade. Isso é importante para destacar que, além do treinamento, um rico intercâmbio de conhecimentos e práticas tem lugar entre os participantes, pois muitos deles trazem ricas experiências acumuladas em sua região rural de origem. Até essa data, existem 124 Núcleos Educacionais operando em Bogotá, e mais de 31.000 pessoas já foram treinadas, incluindo 1.000 agricultores urbanos instalados na cidade e muitas outras pessoas com grande potencial e interesse em se envolverem na atividade.

Os Núcleos também colaboram (tanto do ponto de vista teórico quanto prático) em várias questões relacionadas com a gestão ambiental, social e agrônômica: a aplicação de tecnologias limpas (gestão dos resíduos orgânicos, coleta da água da chuva, uso de tecnologias alternativas – como energia solar), a participação cidadã e a construção de redes.

Essas duas últimas questões são organizadas de modo a permitir a troca de experiências entre os vizinhos e pessoas de outros bairros mais distantes da cidade, bem como viabilizar visitas a outros produtores, que oferecem novas idéias sobre como melhorar a produção e o intercâmbio local. Até hoje, mais de 50 visitas e intercâmbios já foram promovidos, considerados muito úteis para os beneficiários.

Bogotá é uma das cidades-piloto do programa “Cidades Cultivando para o Futuro” (Cities Farming for the Future Programme - CFF), da Fundação RUAF, implementado em várias cidades da América Latina e do Caribe pelo IPES - Promoção de Desenvolvimento Sustentável.

Como parte de suas atividades, uma equipe local formada por técnicos do Jardim Botânico e da Universidade de Rosário está desenvolvendo um levantamento/diagnóstico participativo sobre agricultura urbana, de modo a identificar e analisar os atores envolvidos, descrever o marco legal e regulatório, identificar os espaços disponíveis e preparar uma análise situacional da agricultura urbana e seus praticantes. A área estudada, denominada Bosa Central, localiza-se em Bosa, um dos distritos mais pobres de Bogotá. No fim de 2007 espera-se que esteja formada uma aliança reunindo os diversos atores envolvidos, incluindo várias instituições e organizações da sociedade civil interessadas em agricultura urbana, e que estejam definidas as diretrizes políticas que promovam a agricultura urbana como uma atividade permanente na capital colombiana.

Quem são os beneficiários?

Uma vida vulnerável é caracterizada por um ou mais dos seguintes fatores: um alto nível de dependência econômica; habitação inadequada; má-nutrição; falta de educação e treinamento; acesso inviável aos serviços de saúde; e moradias em áreas de risco. A vulnerabilidade rapidamente leva à pobreza, e por essa razão, as atividades do projeto buscam influenciar as causas da pobreza e não os seus efeitos.

Como uma estratégia de médio prazo, o treinamento em agricultura urbana é planejado e realizado em comunidades vulneráveis. Incluídos nessa população vulnerável encontram-se as mulheres chefes-de-família, os presidiários, as pessoas com AIDS, os desalojados (1) e os re-incorporados (2), e os estudantes.

Apesar do baixo nível de participação registrado em muitos vários programas sociais e projetos setoriais específicos, o projeto de agricultura urbana é um dos que apresenta um alto nível de permanência e replicação das atividades aprendidas nos treinamentos. A metodologia de intervenção é simples. Inicialmente o projeto identifica os recursos locais disponíveis entre a população e então encoraja a adoção de estratégias inovadoras que buscam resolver ou reduzir as necessidades nutricionais existentes. As atividades do projeto promovem a produção alternativa de alimentos de mais qualidade ao unir os conhecimentos tradicionais com os científicos – o que é um fator chave da abordagem do projeto. Isso permite à comunidade ganhar o reconhecimento na cidade e ter o seu conhecimento valorizado.

Entre as várias experiências com grupos específicos da população, uma que se destaca é o trabalho feito por ONGs que treinaram pessoas com leve retardo mental, surdos-mudos e pessoas com síndrome de Tourette, com idade entre 26 e 61 anos. Com esses grupos, os treinamentos incluíram o plantio de várias espécies de hortaliças para se compor uma grande, rica e saudável salada diária. A intenção também era estimular os participantes a criarem novos relacionamentos e redes por meio de atividades e a não esquecerem o que foi aprendido – o que se revelou uma tarefa difícil e desafiadora.

Em Buen Pastor – um presídio do Instituto Nacional de Penitenciárias da Colômbia (INPEC) – o trabalho foi realizado com diferentes grupos de mulheres, incluindo internas no setor de segurança máxima e outras prestes a serem libertadas. Ao trabalhar com elas, foi possível abaixar sua ansiedade e os níveis de agressividade e conflitos que existem normalmente entre pessoas confinadas, condenadas a conviverem em uma penitenciária. Em alguns casos foi mesmo possível conseguir que o tempo dedicado ao trabalho nos plantios fosse descontado da pena a cumprir. Muitas mulheres expressaram o desejo de replicar a experiência em suas casas após serem soltas. As práticas de agricultura urbana ofereceram a elas a opção de refletir sobre suas vidas e sobre o que elas poderiam fazer quando estiverem fora da prisão. Experiências semelhantes ocorreram nas penitenciárias de La Picota e de La Modelo.

Atividades com cidadãos mais idosos (acima de 60 anos) também ocorreram em quase todos os lugares, e levaram a melhoras na saúde graças à auto-estima fortalecida e ao sentimento de serem úteis e reconhecidos por sua experiência com agricultura, “trabalhar na horta me faz sentir vivo e valendo alguma coisa...” – disse um dos agricultores urbanos.

Um outro grupo do projeto de agricultura urbana em Bogotá reúne pessoas portadoras do vírus da AIDS. Sob o protocolo terapêutico tradicional, os aidéticos apenas recebem o tratamento, e são tratados como objetos passivos mais do que como sujeitos de seu próprio crescimento e mudança. Entretanto, por meio da Ação Participativa e das práticas de agricultura urbana, eles tornam-se mais capazes de desenvolver seus potenciais como protagonistas de suas próprias vidas, onde a co-responsabilidade e a execução de tarefas em conjunto são conquistas muito importantes.

“Um amigo meu do grupo de infectados pelo HIV convidou-me para participar de um curso de agricultura urbana, e eu gostei. Minha irmã me ajuda a cuidar das plantas; ela tem uma deficiência física e esse trabalho é uma distração para ela. Quando a família ganha mais renda, nós todos decidimos o que será feito com o dinheiro; não há discriminação aqui. Eu sou de Tunja (uma pequena cidade); eu sempre vivi na cidade e nunca tive nada a ver com agricultura. Eu era cabeleireiro, mas agora o salão está fechado. Eu não pertenço a nenhum outro grupo na área, pois neles podem surgir complicações e eu prefiro viver minha vida pacificamente.”

Manuel, agricultor urbano – portador do vírus da Aids.

A população reincorporada (pessoas que participaram como combatentes nos conflitos armados internos do país,) recebeu uma especial atenção do projeto. O trabalho realizado com pessoas jovens, com idade entre 12 e 19 anos, que experimentaram os horrores da guerra pessoalmente, foi um dos desafios mais difíceis no projeto. Suas memórias de seus lugares de origem – principalmente áreas rurais – são trazidas de volta à memória por meio das práticas agrícolas na cidade. A pessoa que coordenava o trabalho com eles precisou modificar o plano de treinamento para adaptar-se a suas necessidades específicas. Os participantes agora vivem na cidade grande e estão sendo treinados juntos com pessoas locais, o que lhes dão mais apoio para se reintegrarem à vida civil.

A grande parcela da população desalojada pela guerra civil e pela pobreza rural, que vive hoje em várias áreas urbanas da Colômbia, possui uma riqueza de conhecimentos e experiências agrícolas que muitas vezes é bem aproveitada quando eles chegam à cidade. Essa atividade lhe dá uma ligação com seu local de origem. Por essa razão, muitas das pessoas que estiveram cultivando na cidade por anos se sentem tão bem quando os técnicos do projeto falam com eles sobre assuntos sobre os quais eles têm grande experiência. Essa afirmação leva-os a reconsiderar suas idéias sobre a área na cidade onde eles vivem (muitas vezes em péssimas condições de vida), onde a agricultura já não é vista como “andar para trás”, mas como um meio para melhorar a sua qualidade de vida. A agricultura urbana promove assim ligações sociais mais fortes entre os ambientes rurais e urbanos.

“A agricultura urbana é uma atividade que me dá muita satisfação. Os técnicos do projeto nos ensinaram um bocadinho de coisas. Nós não fazíamos nada, e eu estava aborrecido, mas agora os plantios me deixam feliz. Quando eu não tinha nada para fazer, eu ficava triste, por que antes eu estava acostumado a trabalhar. Agora, com meus colegas de plantio, planejamos o que vamos fazer em nosso pequeno terreno. Eu penso que com isso posso avançar na vida e ainda ensinar a mais pessoas o que aprendi. Parece-me uma ótima idéia plantar alimentos na cidade, por que assim o local de trabalho está em minha própria casa ou muito perto dela. Eu gostaria que todos pudessem cultivar alimentos, por que então muita comida seria produzida. Eu, pelo menos, produzi muitas coisas para vender, inclusive composto e minhocas, e com a renda pude comprar que precisava em casa. Eu estou feliz em plantar com um grupo de amigos, pois uma pessoa trabalha melhor quando em equipe.”

Ruben, agricultor urbano – deslocado desde 2002.

Um dos resultados do programa é que a população começou a aplicar em suas comunidades o conhecimento compartilhado nos Núcleos Educacionais. Os frutos de suas ações começaram a influenciar seu modo de ver a cidade, de construí-la e viver nela – apesar das difíceis condições econômicas que elas enfrentam.

Notas

1. Uma pessoa desalojada é a que foi forçada a se mudar dentro do território colombiano, abandonando sua residência e/ou atividades econômicas habituais, por que suas vidas, sua segurança pessoal, ou seus direitos fundamentais estavam ameaçados pelo conflito interno e pela violência. O projeto também atua junto a pessoas que foram economicamente desalojadas de sua região.
2. Uma pessoa reincorporada é a que foi desmobilizada e anistiada conforme previsto em acordos feitos com os grupos armados ilegais que atuam na Colômbia (paramilitares e guerrilheiros), com quem o governo nacional se engajou em um processo de pacificação e que estão desejosos de retomar a vida civil.

A agricultura de base comunitária – a abordagem francesa

André Fleury - a.fleury@versailles.ecole-paysage.fr

Equipe de Agricultura Urbana ENSP Versailles, France (1)

Foto: C. Stacchetti

As primeiras formas de agricultura na Europa parecem ter sido de base comunitária, como ainda é o caso em muitas sociedades rurais em países em desenvolvimento. Mas nas proximidades das cidades modernas, os agricultores têm encontrado dificuldades para resistir ao processo de individualização e de urbanização crescente. Este artigo irá destacar dois fenômenos recentes que estão ocorrendo na França, que respondem a esses processos e às vezes o contrabalançam. Ambos os fenômenos ilustram iniciativas que tentam restaurar as relações locais entre a cidade e o campo.

O crescimento do mercado alimentício criou uma situação na qual apenas as grandes empresas permaneceram no negócio, desde grandes fazendas e cooperativas até os mercados atacadistas e as companhias e indústrias de processamento e distribuição de alimentos. Ao mesmo tempo, os consumidores urbanos e rurais ficaram mais distanciados dos sistemas de produção de alimentos, perdendo sua capacidade para influenciá-los.



Crianças ajudam a limpar uma área; os galhos serão triturados e usados como "mulch" pelos produtores.

Esses dois processos têm provocado a discussão sobre os “quilômetros-alimentos”: a crescente distância física entre produtores e consumidores aumenta a necessidade de mais transporte e energia e de sistemas mais sofisticados de processamento e conservação, resultando, em última análise, em mais emissão de gases do efeito estufa.

Relações renovadas

Como uma resposta e contrapeso a esses desenvolvimentos, os consumidores e pequenos produtores começaram a se dar as mãos novamente de várias maneiras, sendo uma delas por meio da Agricultura Apoiada pela Comunidade (AAC). Na França, isto está acontecendo na forma das Associações pela Manutenção de uma Agricultura Camponesa (Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne - AMAPs). O objetivo dessas associações é recriar uma parceria comunitária unindo os produtores e os consumidores. Isso vai além de um relacionamento meramente comercial entre eles, na medida em que os consumidores concordam, antecipadamente, em comprar uma certa quantidade de produtos agrícolas, na forma, por exemplo, de cestas de hortaliças.

Assim o produtor garante uma renda mais estável e aumenta sua capacidade para lidar com riscos, como quebras na colheita. Neste sistema, produtores e consumidores compartilham os riscos da atividade agrícola. Em algumas situações, o apoio da comunidade também pode resultar em maior segurança na posse do terreno pelo agricultor.

Os benefícios para o consumidor, nas AMAPs, incluem o acesso imediato a alimentos frescos e de alta qualidade e a percepção aumentada com relação ao sistema de produção utilizado (quase sempre orgânico), graças à maior proximidade em relação aos produtores.

Nas discussões em torno das AMAPs, considera-se que elas contribuem para o desenvolvimento de uma economia mais unida e integral, e promovem formas mais justas de comércio local. Os consumidores participam e demonstram sua solidariedade e ao mesmo tempo recuperam sua importância para definir os métodos usados na produção dos alimentos que comprarão.

Os produtores são religados a suas comunidades, o que também os torna pessoalmente mais responsáveis pela qualidade dos seus produtos. Em última análise, o sistema promove melhor qualidade de vida para ambos os grupos.

O principal desafio para as AMAPs na França é incluir mais produtores. Muitos agricultores estão relutantes em participar por que temem que os moradores urbanos logo percam o interesse, pouco familiarizados que estão com os processos agrícolas.

Na região da Ile-de-France, existem mais de 200 AMAPs, mas ainda não incluem nenhum produtor local. Isso leva os consumidores a procurarem produtores mais distantes para poderem encher suas cestas, e para isso precisaram adaptar o conceito de AMAP. Esse desafio poderia ser superado tentando-se convencer os agricultores que também já vendem seus produtos no varejo a ingressarem em alguma AMAP. Esses produtores – já acostumados a interagir de perto com seus consumidores, nas feirinhas de produtores por exemplo – apenas precisariam passar a embalar seus produtos de uma forma diferente (ou seja, em cestas). Outra forma deles participarem das AMAPs seria organizando grupos de produtores mais especializados de modo a abastecer os consumidores com uma variedade maior de produtos diferenciados.

Um exemplo de AMAP: ‘Lapereaux des Thermopyles’

Essa AMAP foi criada em Paris no final de 2006 por um grupo liderado por Jérôme Dehondt e é apoiada por uma rede regional.

O produtor da AMAP é Jacques Frings, cujo sítio localiza-se a 50 km a leste de Paris. Semanalmente Jacques entrega os alimentos organizados em cestas separadas no Château Ouvrier, um antigo prédio utilizado para atividades sociais. Os 90 membros da AMAP são na maioria pessoas com educação superior, fortemente motivadas a apoiarem o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento dos laços sociais. O nome do grupo, que pode ser traduzido como “Coelhos das Termópilas” – é altamente simbólico: do mesmo modo como 300 soldados gregos gloriosamente resistiram ao exército persa em 480 AC, permitindo a sobrevivência da civilização grega, os pequenos coelhos dessa AMAP irão lutar para viabilizar um futuro sustentável!

O Jacques é um fruticultor que adotou a agricultura orgânica em 1975. Ele foi o primeiro agricultor a vender seus produtos orgânicos no mercado atacadista de Rungis, o maior da Europa. Entretanto, gradualmente ele foi preferindo vender seus produtos mais localmente. Ele aumentou a variedade de seus produtos (incluindo hortaliças, ovos etc.) e introduziu novos canais de venda, como o “colha você mesmo” e vendendo produtos de outros produtores orgânicos da região da Ile-de-France (carne de boi) e de outras áreas da França (nozes de Grenoble, vinhos do sul do país). Na verdade ele vende dois tipos de produtos: (1) produtos locais, cultivados na região da Ile-de-France, com baixo custo ambiental, frescos e altamente nutritivos; e (2) produtos típicos de outras regiões, vindos de várias partes da França e da Europa, fortemente ligados a identidades locais e regionais e com alto valor cultural.

Jacques começou vendendo seus produtos na AMAP dos “Lapereaux” há apenas 2 anos, mas foi tão bem-sucedido que agora abastece mais outras duas.

Um outro desafio a ser vencido pelas AMAPs é que os produtores se sentem questionados muitas vezes questionados com relação a seus métodos e produtos por consumidores muitas vezes motivados por idéias nostálgicas e pouco realistas. Os produtores precisam de habilidades de comunicação adequadas para defender suas escolhas técnicas, cuja complexidade é ignorada pelos moradores urbanos.

Também é fundamental o estabelecimento de preços justos para os produtos, que realmente atenda os custos e o trabalho envolvido.



Um horticultor comercial recebe visitantes e lhes mostra seus cultivos.

Diferentemente de acessar processos de produção mais automatizados, para os quais existem várias referências, determinar a priori a remuneração dos produtores é um processo delicado por ser um resultado direto da relação social existente com a comunidade. Isso na verdade põe os produtores em uma relação “salarial”, que não é familiar para a maioria deles. De fato, o sistema de AACs irá se enfraquecer se for definido apenas seguindo a perspectiva dos consumidores urbanos. Sua verdadeira força revela-se quando as comunidades são recriadas de modo que os consumidores estabeleçam uma verdadeira parceria com os agricultores, reconhecendo sua competência profissional, sua liberdade econômica e sua escolha de sistema produtivo que inclua aspectos modernos para maior eficiência.

Reajustando a agricultura para o contexto urbano

Um outro desenvolvimento recente na agricultura periurbana tem sido o desaparecimento das funções agrícolas das cidades, motivado pela pressão imobiliária. Esse desenvolvimento foi testemunhado não apenas na França, mas em muitas regiões urbanas da Europa. Porém cada vez mais os moradores urbanos conscientizam-se dos benefícios de contarem com áreas agrícolas nas proximidades, que lhes permitam desfrutar das amenidades rurais e observar e compreender o processo de produção dos alimentos. Cada vez mais eles reconhecem que as plantações representam uma infra-estrutura essencial para a qualidade de seu próprio ambiente urbano. Conseqüentemente eles adotaram iniciativas para restaurar a agricultura periurbana, integrando-a no planejamento de seu território. Na França, isso resultou em uma iniciativa denominada “Projeto Agro-Urbano - PAU”.

O PAU originou-se de uma iniciativa cívica consciente com objetivo de manter áreas abertas (cerca de 1.000 a 2.000 ha), de produção agrícola (reunindo geralmente de 10 a 30 agricultores) e espaços naturais nos ambientes urbanos. Para alcançar seu objetivo, o crescimento demográfico deve estar sob controle (a cidade não deve crescer além de algumas dezenas de milhares de habitantes).

A iniciativa traz grande semelhança com as Cidades-Hortas propostas por E. Howard, nas quais a agricultura era parte do cinturão verde que circundava espaço “rurbano”, assegurando-lhe autonomia alimentar. A agricultura é mantida perto da cidade também por seu valor estético e histórico.

Outros benefícios para a cidade incluem a disponibilidade de produtos frescos, as possibilidades de atividades de aprendizado, lazer e sociais, e a criação de uma zona de amortecimento que controla os impactos negativos de influências externas como enchentes, auto-estradas, e assentamentos humanos ilegais.

Para assegurar projetos de desenvolvimento sustentável como o PAU, é necessário um marco legal claro e coerente. Até há pouco, a conservação da natureza era o principal argumento na França, mas este, em sua forma mais autêntica, revelou-se inadequado para áreas livres localizadas muito perto das cidades.

Isso resultou em periferias que não se enquadravam em nenhum programa de gestão, e das quais os agricultores foram se transferindo. Por sorte, apareceram então cidadãos ambientalmente conscientes propondo uma política pública que apoiasse a agricultura local.

Planejando a ação

A política pública de agricultura local foi iniciada com a formulação de uma “Declaração Agrícola”, baseada em uma abordagem participativa. A Declaração está assinada pelos vários participantes envolvidos e destaca o papel de cada um deles; por exemplo: o governo municipal está encarregado do planejamento urbano, enquanto que os produtores devem se esforçar para garantir que suas atividades sejam desenvolvidas de modo sustentável e não prejudiquem o ambiente. A Declaração Agrícola foi concretizada em um programa de ação que mostra que a agricultura é realmente apoiada pelas comunidades envolvidas. Este programa define as várias ações a serem executadas e facilita a sua implementação.

Neste estágio do processo de planejamento, o foco estava mais concentrado nos produtores e em capacitá-los e estimulá-los a desempenharem suas atividades apesar dos problemas trazidos pela proximidade da cidade (p.ex.: dificuldades de transporte e distribuição devidas ao trânsito urbano, insegurança na posse da terra etc.). Na etapa seguinte, toda a comunidade (inclusive os agricultores) deve estabelecer uma nova política, que aumente a capacidade dos produtores para criar benefícios econômicos, p.ex.: melhorando suas relações com os mercados locais. Isso poderia contribuir para identificar mais pessoas dispostas a adotar a agricultura como profissão.

Desafios atuais

Atualmente o Projeto Agro-Urbano enfrenta vários desafios, sendo um deles a instabilidade das políticas fundiárias locais. Essa instabilidade coloca uma séria ameaça para a agricultura local, pois os agricultores precisam trabalhar com horizontes de mais longo prazo. Até agora, o PAU permanece muito à mercê das preferências eleitorais locais; sua sustentabilidade aumentaria muito se um marco geral, que incluísse os aspectos regulatórios e financeiros, fosse criado pelas entidades políticas de nível mais alto (desde as câmaras e governos municipais até os governos nacionais e a Comissão Européia – ver caixa abaixo).

Uma outra necessidade enfrentada pelo PAU é a busca contínua por mais apoio público, e conseqüentemente por mais recursos públicos. Neste esforço é importante que a multifuncionalidade da agricultura periurbana para as comunidades próximas seja destacada: não apenas aumenta-se a produção local de alimentos, mas também se melhora a organização do espaço, criando oportunidades de lazer etc. Para se desenvolver de modo sustentável, cada comunidade local precisa ter sua própria agricultura, isto é, uma agricultura dirigida por um novo sistema de governança que reconheça as áreas cultivadas como um bem comum usado pelos produtores em sua atividade econômica e pelos moradores urbanos para melhorar seu estilo de vida urbana. Portanto, também é responsabilidade de cada comunidade defender os seus interesses agrícolas e assegurar o desenvolvimento de espaços para a prática da agricultura sustentável. O quadro mais abaixo descreve o exemplo do Triângulo Verde (Triangle Verte) de Hurepoix.

Fortalecendo ligações, fortalecendo as comunidades

Os exemplos descritos neste artigo demonstram como as comunidades estão se fortalecendo ao aumentar a consciência e a responsabilidade dos cidadãos no nível local.

Os membros da comunidade unem suas forças e, assim fazendo, afetam positivamente seu ambiente e a sua sustentabilidade. As AMAPs restauram os relacionamentos entre produtores e consumidores apesar de seus diferentes papéis na comunidade, e melhoram a sua compreensão mútua. O PAU acrescenta um novo conceito de pertencimento em comum à terra local: dois grupos compartilham do mesmo e único território.

O Triângulo Verde das Cidades-Hortas Comerciais de Hurepoix

www.trianglevert.com

Cinco comunidades ao sul de Orly, na França, se organizaram para defender seu espaço agrícola por seus benefícios ao meio ambiente. O projeto deve seu nome a:

- sua localização: dentro de um triângulo formado por três auto-estradas, somando 4.000 hectares, 40% deles ocupados por agricultura ou por florestas.
- sua história: a atividade de horticultura comercial data do século XIX, e essa área costumava ser vista como os arredores rurais de Paris.
- sua prática agrícola mantém-se constante até hoje.

Os produtores foram incluídos na direção dessa iniciativa desde o início do projeto em 2001. Nessa época, cinco representantes dos agricultores foram eleitos com mais dez representantes. Sua eleição lhes garantiu o direito de veto. A Declaração Agrícola agora já está pronta e será assinada no início de 2007. As comunidades pagam o salário a uma técnica especializada, Christel Stacchetti, treinada em urbanismo e agricultura urbana no ENSP.

As ações em andamento incluem:

- Demarcação estrita do uso do solo (zonas de atividade agrícola)
- Eventos (Festival do Morango, etc.)
- Estabelecimento ou aprimoramento de cadeias agrícolas mais curtas.
- Atividades educativas.



Essa placa mostra aos visitantes e moradores urbanos que estão ingressando em área agrícola.

Por meio do conceito do PAU, a agricultura nas cidades e arredores está produzindo mais do que apenas comida, pois além da infra-estrutura para o desenvolvimento dos cultivos, atende-se também a outras funções urbanas e periurbanas.

Nota

1. Ecole Nationale Supérieure du Paysage,
10 rue Maréchal Joffre, F.78000 Versailles
Tel. 33 1 39 24 62 73. Equipe agriculture urbaine
(André Fleury, Roland Vidal), member of LAREP.

Promovendo a agricultura urbana por meio do modelo de “Centro Comunitário de Comida”

Rhonda Teitel-Payne - rhonda@thestop.org
 The Stop Community Food Centre - www.thestop.org
 Fotos: The Stop

Por mais de 30 anos, o “Stop – Centro Comunitário de Comida” tem trabalhado para combater a fome e construir comunidades mais saudáveis e fortes no bairro de Davenport West, em Toronto. O Stop se esforça para aumentar o acesso a alimentos mais saudáveis de modo a manter a dignidade, edificar comunidades e desafiar a iniquidade.

Como uma organização de base, sem fins lucrativos, o Centro Stop está comprometido em atender a necessidade de apoio emergencial em alimentação enquanto desenvolve programas inovadores de combate à fome e os compartilha com outros parceiros. Os programas e serviços do Stop focalizam nos modos como a comida pode fazer as pessoas se aproximarem e quebrarem as barreiras do isolamento social ao mesmo tempo em que melhora as suas condições de vida em geral. Os esforços do Stop estão baseados na convicção de que a comida é um direito humano básico. Os programas em andamento incluem cozinhas e refeitórios comunitários, agricultura urbana, um banco de alimentos, desenvolvimento social e apoio e nutrição pré e pós-natal.

Uma das hortas comunitárias urbanas do projeto Stop.



O contexto

O bairro atendido diretamente pelo Centro Stop, conhecido como Davenport West, é uma das comunidades mais pobres de Toronto. De acordo com dados do censo e pesquisas conduzidas pelo Stop, mais de 66% dos participantes de seus programas gastam bem mais de 1/3 de sua renda com aluguel, bem diferente da média calculada para a população de Toronto em geral, que é de 29%.

Isso se deve em grande parte à renda estagnada ou decrescente entre os moradores (causada pelos subsídios dos programas de assistência social que não refletem o custo de vida, um salário mínimo insuficiente e pela perda de empregos bem pagos). Embora exista uma presença significativamente maior de desempregados (37%) entre os usuários dos serviços do Stop do que na população em geral (7%), 38% dos usuários do banco de alimentos têm algum emprego.

O impacto do acesso insuficiente à comida é inegável na degeneração da saúde. Na comunidade, bem como em todo o Canadá, existem muitas evidências de que a obesidade está crescendo entre as crianças, bem como outras patologias relacionadas com a alimentação.

De acordo com os dados da Saúde Pública de Toronto, 71% das mortes na província de Ontário estão “fortemente associadas com a dieta diária” e 1/3 dos moradores de Ontário não podem pagar por uma alimentação mais saudável. Crescentemente as pesquisas estão ligando os aditivos alimentícios com a incidência crescente de cânceres.

A renda insuficiente afeta o acesso das pessoas a alimentos mais saudáveis de duas maneiras: a individual (incapacidade de comprar alimentos mais saudáveis) e a comunitária (redução do número de mercearias e quitandas, da variedade de alimentos e da disponibilidade de alimentos frescos, não industrializados). Isto está ocorrendo em meio a um contexto de ameaças para a produção local de alimentos, que inclui desde a crise financeira dos fazendeiros até a redução das melhores terras agrícolas ao redor de Toronto, urbanizadas pela expansão imobiliária.



Plantio de girassóis em bairro de Toronto.

Muitos dos imigrantes recentes que participam de nossos programas expressam a sua frustração por não mais poderem encontrar ou comprar alimentos frescos, sem pesticidas ou aditivos, como estavam acostumados a comer em suas regiões de origem. Tradicionalmente habitada por italianos e portugueses, Davenport West hoje abriga uma mistura de pessoas vindas da América Latina, do Caribe e de países do sul e do sudeste asiático.

Os membros de baixa renda da comunidade também são mais impactados pelos contaminantes ambientais do que as pessoas que vivem em bairros mais estáveis economicamente. Os moradores dos bairros pobres (como Davenport West), com instalações industriais e uma alta proporção de casas decadentes e mal conservadas, têm uma alta taxa de exposição a toxinas ambientais, e maior suscetibilidade a seus efeitos negativos, já que a nutrição deficiente associada à pobreza é um fator de risco para uma maior absorção desses contaminantes. Por exemplo, uma dieta pobre em cálcio e ferro resulta em absorção mais acentuada do chumbo (Cooper, 2005).

A saída de muitas das fábricas que antes funcionavam no bairro, substituídas agora por mais moradias, está se revelando uma bênção e um estorvo. Embora haja esperanças de que o nível de poluição caia, o efeito imediato foi o aumento do desemprego (com a extinção dos postos de trabalho) acompanhado pelo aumento nos preços das novas moradias, para além da capacidade de pagamento da maioria dos moradores. Davenport West permanece um bairro dividido geograficamente por uma linha ferroviária e por um trânsito complicado.

O modelo de “centro comunitário de comida”

O Centro Stop reconhece que, para enfrentar a fome, devemos ir além de distribuir comida para as pessoas se debatendo na pobreza e encontrar soluções de longo prazo e sustentáveis. Nosso modelo de “Centro Comunitário de Comida” reúne um número de abordagens no campo da segurança alimentar, fundindo a distribuição emergencial de alimentos com o desenvolvimento comunitário, a justiça social, e a sustentabilidade ambiental. No núcleo desse projeto está a promoção da segurança alimentar da comunidade.

Isso se refere a uma estratégia onde todos os membros da comunidade, sem distinção de gênero, raça ou classe social, têm acesso a quantidades adequadas de alimentos saudáveis, nutritivos e culturalmente apropriados, produzidos de modo ecologicamente sustentável e fornecidos de maneira a promover a dignidade humana.

A fome tem sido tradicionalmente tratada como uma questão de caridade. O Stop está trabalhando para revelar as causas sistêmicas da insegurança alimentar que marginaliza muitos indivíduos e grupos, e pretende reduzir essa marginalização por meio do desenvolvimento comunitário, de programas de alimentação e defesa (advocacia) sistemática dos direitos da comunidade.

Muitos relatos pessoais mostram que receber alimentos passivamente não apenas aliena quem os recebe, mas também perpetua a iniquidade estrutural. Quando as pessoas se tornam ativamente envolvidas na criação de soluções para a insegurança alimentar de suas comunidades, elas se sentem menos estigmatizadas. Elas também desenvolvem mais os seus talentos, sentem-se menos isoladas, constroem redes de apoio e aprendem como ter mais influência para promover mudanças.

No modelo de “Centro Comunitário de Comida”, os esforços pela segurança alimentar voltam-se para três áreas interconectadas: alimentação e renda (renda insuficiente leva à fome e à insegurança alimentar), alimentação e saúde (a falta de acesso a alimentos saudáveis e adequados leva a doenças ligadas à dieta, inclusive problemas mentais) e alimentação e agricultura (o modo como a comida é produzida, manufaturada e distribuída tem um impacto enorme na segurança alimentar e no meio ambiente). As soluções para a insegurança alimentar devem ser amplas e levar todas essas três áreas em consideração. Essa atitude é vital, já que muitas das abordagens de segurança alimentar fracassadas falharam justamente por abordar apenas uma ou duas destas questões, deixando de perceber os importantes modos como todas as três se inter-relacionam.

Agricultura urbana – o modelo em ação

O programa de agricultura urbana tem sido um meio efetivo para alcançar vários objetivos integrados e que se reforçam mutuamente, incluindo a produção de alimentos saudáveis na cidade, a proteção ambiental, a educação em questões ambientais e culturais, o engajamento dos vários membros da comunidade e o desenvolvimento de fortes redes sociais dentro da comunidade.

Em 1998, por sugestão do supervisor de um parque local, o Stop uniu-se com algumas escolas e com o Departamento de Saúde Pública de Toronto para implantar uma horta no Parque Earls court, a apenas 10 minutos andando desde a sua sede. Situado em um platô que já foi a praia do Lago Iroquois há milhares de anos, o local do Parque Earls court nunca foi usado com fins industriais, oferecendo, portanto, um solo muito propício para o plantio de alimentos. Agora ele abriga uma horta com 1000 m², onde se plantam hortaliças de origem européia e plantas nativas comestíveis, produzindo aproximadamente 1.100 quilogramas de produtos frescos para os programas do Stop.

O Centro Stop calcula que mais de 2.500 pessoas entram em contato anualmente com os seus programas, como voluntários, visitantes ou participantes em encontros ligados a questões sociais e ao desenvolvimento comunitário.

Este número não inclui as pessoas que levam para casa os produtos que buscam no banco de alimentos ou que comem as refeições preparadas em nossas cozinhas comunitárias! Os voluntários incluem os vizinhos, pessoas que usam os serviços do Stop e crianças das escolas locais. No inverno, os voluntários continuam a cultivar hortaliças e ervas em uma estufa cedida por uma escola pública local.

Embora todas as formas de hortas comunitárias (divididas em parcelas individuais/familiares) ofereçam oportunidades agrícolas às pessoas marginalizadas, nossa abordagem coletiva à atividade (todos ajudam na horta toda) é particularmente efetiva para pessoas que não podem se comprometer em cuidar de um pedaço de terra sozinhos durante toda a estação de plantio. Existem muitas barreiras que dificultam o cultivo eficaz de uma parcela de horta comunitária, incluindo o fato de os beneficiários precisarem trabalhar em outras ocupações para garantir sua subsistência, a insegurança com a moradia (que força as pessoas a terem que mudar de endereço constantemente) e os problemas físicos e mentais, de idade etc..



No modelo Stop de “centro comunitário de comida”, os participantes valorizam a possibilidade de participar da horta conforme o seu tempo, saúde e outros compromissos permitam, e aprender sobre métodos ecológicos de cultivo com a equipe e outros horticultores.

Os programas são estruturados de modo que os voluntários e os beneficiários possam desenvolver redes que os ligam a fontes de informações, recursos e apoio social. O Stop promove ativamente o compartilhamento dos conhecimentos e experiências entre os participantes, onde todos encontram muitas coisas em comum e podem afirmar suas culturas de origem. O simples plantio de callaloo (uma hortaliça caribenha também usada na culinária do sul da Ásia) em um parque público de Toronto deu oportunidade para desmanchar estereótipos ao demonstrar o potencial positivo das contribuições e dos conhecimentos trazidos pelos imigrantes. Para muitos imigrantes recentes com experiência agrícola mas sem acesso à terra, a horta comunitária do Stop é uma oportunidade para aprender sobre agricultura nas condições climáticas do Canadá e experimentar a introdução de hortaliças que lhes são familiares.

Sessões de trabalho, atividades educacionais focadas e celebrações públicas são sempre oportunidades para falar sobre a sustentabilidade dos sistemas alimentares com as crianças, os jovens e os adultos que estão marginalizados por questões econômicas, sociais ou de saúde. Por meio de atividades educacionais integradas no programa de agricultura urbana, o Centro Stop pode:

- mostrar como as preocupações ambientais (redução do lixo, dos contaminantes e do uso de combustíveis fósseis) podem estar ligadas à saúde das pessoas por meio da produção local de alimentos saudáveis (graças à compostagem, às práticas orgânicas, aos microorganismos benéficos e à redução das distâncias percorridas pelos alimentos).
- conscientizar os participantes sobre a importância de manter ecossistemas saudáveis com ajuda de um tema que já é bem conhecido e apreciado por todos: a comida.
- incorporar informações sobre todos os aspectos envolvidos no modo como os alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos.
- oferecer aprendizado de primeira-mão que leve ao engajamento ativo na criação de alternativas locais para o sistema alimentar atual.

O desafio do programa de educação do Stop é revelar, a cada momento didático, as poderosas interconexões que resultam das várias dimensões da saúde, da produção, do meio ambiente e da geração de renda, e fazer isso de modo a inspirar ações positivas e desenvolver nos participantes as capacidades e os recursos para transformarem as suas comunidades.

Desbravando o solo virgem – o Celeiro Verde

O programa de agricultura urbana do Stop irá alcançar um novo nível em 2008 com a abertura de seu “Celeiro Verde”, um centro de educação em sistemas sustentáveis de produção de alimentos que irá engajar ativamente as pessoas para cultivar, comer, celebrar, aprender e lutar por alimentos mais saudáveis produzidos localmente.

O Celeiro Verde fará parte de uma ampla iniciativa de re-desenvolvimento de uma antiga garagem de bondes da Toronto Transit Commission, que está sendo realizada pela Artscape (uma organização sem fins lucrativos especializada em criar moradias acessíveis para artistas locais). O que antes era um prédio industrial abandonado, em local vizinho a Davenport West, em breve irá se tornar um vibrante espaço comunitário com estúdios de artistas, espaços para grupos ambientais e artísticos, e um parque público. A Artscape pretende tornar o local um dos primeiros prédios de valor histórico no Canadá a ser certificado pela Leadership in Energy and Environmental Design (LEED). O Stop será uma parte vital desse centro criativo, com uma estufa para produção de hortaliças orgânicas, uma cozinha comercial, um centro demonstrativo de compostagem, uma horta coberta para permitir cultivos no inverno e uma padaria com forno a lenha.

O Celeiro Verde será um local onde todos, desde as crianças até os idosos, poderão aprender sobre agricultura orgânica em sua comunidade, bem como sobre políticas alimentares e idéias inovadoras adotadas ou discutidas em sua cidade e no mundo. Esses novos espaços de cultivo tornarão possível explorar melhor o que pode ser cultivado localmente, e aumentar o período de produção no inverno de hortaliças e frutas cultivadas em canteiros protegidos. Um mercado de produtores funcionando durante todo o ano oferecerá alimentos de qualidade cultivados em outros locais, aumentando as conexões entre os produtores rurais e os consumidores urbanos. Os vários níveis de renda que convivem nas vizinhanças bairro tornarão o mercado financeiramente viável para os produtores ao mesmo tempo em que tornará inúmeros produtos frescos mais prontamente disponíveis para os moradores de baixa renda. O mercado de produtores está situado em uma área coberta, permitindo-lhe funcionar durante todo o ano (mesmo quando estiver nevando) e demonstrar na prática aspectos importantes ligados à sazonalidade e à conservação dos produtos locais.

Do mesmo modo como acontece no Centro Comunitário de Comida do Stop, uma cozinha comercial e uma padaria com forno a lenha irão atrair e reunir pessoas de variadas origens para prepararem e consumirem refeições e aprenderem umas com as outras. Empresas sociais, como um café, vendas de produtos para restaurantes, e taxas cobradas pelos materiais educacionais e visitas guiadas darão suporte para a sustentabilidade a longo prazo dos programas do Celeiro Verde.

O Celeiro Verde será um centro difusor local de idéias e ações ligadas ao acesso à comida e à redução da pobreza e onde os participantes poderão se informar e se engajar em iniciativas de promoção de seus direitos nos níveis local, nacional e internacional. Nós todos estamos excitados com as possibilidades de sinergias que surgirão da combinação, naquele espaço, entre comida, educação, comunidade, ambiente, justiça social, arte e patrimônio histórico-cultural que esse projeto único irá propiciar.

O projeto do Celeiro Verde está gerando muita expectativa interna e externamente, pois há muitos desafios interessantes a serem superados. Obter recursos para essa ampliação tão significativa de seu trabalho exigiu mudanças na estratégia de captação de recursos do Stop. Até então, a entidade havia sido bem-sucedida em financiar seus programas por meio de uma combinação de doações individuais, recursos e de fundações e a renda de eventos especiais. Para levantar o dinheiro necessário para implantar e operar o Celeiro Verde, o Stop irá, pela primeira vez, realizar uma campanha sistemática para levantar recursos. A expectativa é que a natureza inovadora e estimulante do Celeiro Verde irá atrair todo o apoio necessário.

Como uma organização local de base comunitária, o Centro Stop precisa considerar cuidadosamente o que significa passar a operar também em outro bairro – bastante diferente de Davenport West.

A área de St.Clair/Christie, onde o Celeiro Verde está localizado, parece bem mais afluyente do que a comunidade onde o Stop surgiu e vinha operando, embora lá também haja muitas pessoas vivendo em habitações coletivas, abrigos e projetos habitacionais de baixa renda. O desafio será equilibrar nosso foco naqueles marginalizados pela pobreza e pelas iniquidades sociais, mas ao mesmo tempo manter o Celeiro Verde como um recurso útil para toda a comunidade. Com essa equilibrada combinação de justiça social, produção de alimentos saudáveis e inovação, o Celeiro Verde será um poderoso dínamo ativando a comunidade e a cidade. Nós esperamos que ele atraia uma grande variedade de pessoas para trabalharem juntas em soluções para a fome e a pobreza e para criar um sistema alimentar mais sustentável e justo – uma extensão ideal de nosso “Centro Comunitário de Comida” atual.

Referências

- Cooper, K. 2005. Child Health and the Environment – A Primer. Toronto: Canadian Partnership for Children’s Health & Environment.
- Hancock, T., Labonte, R. and Edwards, R. 1999. Indicators that Count! – Measuring Population Health at the Communities Level. Ontario: University of Toronto.
- The Stop Community Food Centre 2005. The Community Food Centre Model. Toronto: In-house publication.,

Novas comunidades de agricultores imigrantes na periferia de Beijing

Zhang Feifei, Liu Gang - zhangff.04s@igsnr.ac.cn

Cai Jianming - caijm@igsnr.ac.cn

Institute of Geographical Sciences and Natural Resources Research
Chinese Academy of Sciences, Beijing

A migração para as cidades tem aumentado rapidamente desde o início das reformas econômicas na China. Calcula-se que durante os últimos 30 anos, mais de 300 milhões de pessoas transferiram-se com sucesso do campo para as cidades e encontraram um trabalho nos centros urbanos chineses em rápida expansão; e espera-se que essa tendência continue pelos próximos 15 a 20 anos (Feng, 1996). Um grande número desses migrantes se costuma estabelecer-se nas áreas periurbanas e se dedica à agricultura como meio de vida.

Por ser a capital da China e uma de suas maiores cidades, Beijing é um dos destinos favoritos dos migrantes. Uma pesquisa abordando 1% da população, em 2005, descobriu que havia cerca de 3,6 milhões de migrantes em Beijing, 80.000 dos quais estavam diretamente envolvidos com atividades agrícolas, enquanto que cerca de 524.000 estavam engajados em outras atividades relacionadas com elas.

Para conhecer mais a realidade desses agricultores migrantes pobres, foi realizada uma pesquisa em quatro vilas nos distritos de Chaoyang e Shunyi, como parte do programa “Cidades Cultivando para o Futuro”, da Fundação RUAF. O distrito de Chaoyang fica perto de áreas construídas de Beijing, e tem vários tipos de uso do solo. O distrito de Shunyi está localizado a 40 km do centro da cidade. É uma área tradicionalmente agrícola, com uso do solo relativamente estabilizado. O número de agricultores migrantes é mais alto em Chaoyang do que em Shunyi.

Meios de vida

Os agricultores migrantes encontram uma série de dificuldades e desafios depois que chegam, como a construção de uma moradia ou o ingresso na cadeia produtiva. O primeiro e mais importante problema que eles encontram é conseguir acesso à terra. As áreas cultiváveis na periferia de Beijing são de propriedade dos comitês locais das vilas. O único modo de um agricultor migrante conseguir acesso à terra é arrendá-la do comitê local da vila, diretamente ou por meio de algum agricultor local. Desde junho de 2004, o governo de Beijing tem promovido “a transferência do direito contratual da terra” para tornar mais fácil, para os migrantes, arrendar a terra onde produzir. Na verdade, porém, o direito dos agricultores migrantes às terras não está claro, e na maioria das vezes o seu controle real permanece com o seu proprietário. Muitas vezes são as irregularidades presentes nos contratos que criam os problemas, que limitam a flexibilidade dos agricultores migrantes para planejar e, conseqüentemente, desenvolver suas operações (e capacidade competitiva). Além disso, a água para irrigação ainda é fornecida por canais, modo pouco eficiente e que promove um grande desperdício. O acesso a financiamentos também é mais difícil para os agricultores migrantes.



Jovens migrantes podem ficar confusos com a mudança de vida. Foto: Feifei Zhang

A maior parte dos agricultores depende de empréstimos privados informais, que foram afetados pela reforma do sistema bancário rural da China (que enfraqueceu ainda mais a já frágil posição dos produtores migrantes). Tanto para comprar insumos quanto para vender seus produtos, os produtores migrantes estão quase sempre em desvantagem, pela falta de recursos financeiros e de informação. Até pouco tempo a cidade tinha uma política de registro de migrantes muito restritiva, mas agora essa situação tem melhorado bastante.

Outros grandes problemas que os agricultores migrantes (e outros migrantes, não agricultores) enfrentam incluem o alto custo da educação e a qualidade relativamente baixa das escolas. As condições de vida dos produtores migrantes também são sofríveis. Eles comumente precisam construir suas humildes moradias ao lado dos cultivos e estufas nas áreas que arrendam. Suas casas são pequenas, com área variando de apenas 20 a 40 m², e quase sem mobiliário. As cozinhas e banheiros são muito simples e se localizam usualmente fora das moradias.

As casas não têm calefação, e muitos moradores usam lenha e carvão para se aquecerem (por causa da tradição ou dos custos menores).

A pesquisa revelou que uma das razões para essas condições de vida empobrecidas é o fato de muitos produtores migrantes inicialmente não verem esse “estilo de vida urbano” como uma situação permanente. Mas conforme sua renda aumenta, eles percebem a importância de investir em suas moradias (acrescentando, por exemplo, luz elétrica e fogão a gás liquefeito de petróleo).

Cooperativas agrícolas

Os produtores migrantes vendem seus cereais, hortaliças e frutas dos seguintes modos: (A) diretamente aos consumidores (o meio mais usual); (B) diretamente a mercados atacadistas; (C) para pequenos comerciantes ou restaurantes; (D) por meio de organizações de produtores; e (E) por meio de programas e parcerias com relação ao agro-turismo (atividades do tipo “colha você mesmo”, diretamente no campo). Por exemplo, os produtores migrantes em Dongjiangying, em Shunyi, vendem seus grãos diretamente para o atacadista cerealista da região. Em alguns casos, os produtores migrantes organizam-se em cooperativas, como em Xiaodian, em Chaoyang, onde eles, em conjunto, adquiriram o acesso a áreas agrícolas e as distribuíram entre si. Tais cooperativas também organizam a produção de seus membros e se dedicam a identificar novos canais de comercialização.

Existe uma tendência crescente entre os produtores migrantes no sentido de se desenvolverem e se organizarem a partir do primeiro estágio (venda direta aos consumidores), para depois alcançar o estágio seguinte (de usar um intermediário), e finalmente ao estágio onde vendem por meio de cooperativas, aumentando seus lucros e economizando tempo. Desse modo, os produtores migrantes vão se conectando à cidade e contribuindo para o desenvolvimento das comunidades.

As redes sociais dos produtores migrantes

Embora trabalhem e vivam na cidade, os produtores migrantes não costumam ter conexões formais com ela. Os laços com suas terras natais são mais fortes, e muitos deles visitam suas origens uma ou duas vezes por ano, têm contato regular com parentes que lá ficaram, e enviam ajuda financeira para seus lares de origem. Por causa dos custos mais altos da educação na cidade, muitas crianças dos migrantes freqüentam as escolas em suas áreas de origem, sob os cuidados dos avós.

A renda da maioria dos produtores aumenta depois que eles migram para as cidades (crescendo, em média, de 350 para 500 euros por pessoa por ano), mas ainda abaixo da média dos agricultores locais (800 euros). O custo de vida na cidade é mais alto do que nas áreas rurais, e além disso os agricultores migrantes devem manter casas e terrenos em seu lugar de origem e também na cidade para onde se mudaram. Os gastos cotidianos por ano chegam a 400 euros, bem menos do que as despesas médias com atividades produtivas (1.500 euros) e com poupança e remessas (1.000 euros) diretamente.

Usualmente os produtores migrantes remetem uma grande parte de sua renda para suas famílias em sua área de origem (ficando limitados a reservar muito pouco para suas próprias despesas na cidade). Essa falta de recursos torna mais difícil a compra de insumos na época de plantio, forçando-os a recorrer a três tipos principais de fonte de financiamento:

- Pessoas que vieram da mesma região mas vivem em Beijing há mais tempo: hábito muito comum, já que as redes sociais dos migrantes (como é definida na tradição rural chinesa) baseiam-se nas ligações familiares e locais.
- Outros produtores migrantes: essa possibilidade resulta do fato de os produtores viverem em comunidades restritas a eles (muitas vezes bastante isoladas da comunidade onde se inserem).
- Produtores locais: opção que só ocorre quando há confiança mútua entre quem concede e quem toma o empréstimo, ou seja, depois de o agricultor migrante já ter vários anos morando em Beijing, sendo mais conhecido e integrado.

Os produtores migrantes mantêm fortes laços com as regiões de origem, e apenas muito lentamente vão desenvolvendo conexões com outros migrantes e com a comunidade urbana local para onde se mudaram. Alguns produtores migrantes mais velhos retornam para suas regiões natais, mas as pessoas jovens entrevistadas na pesquisa afirmaram que pretendem continuar cultivando na cidade.

Os produtores migrantes desenvolvem seu relacionamento com as comunidades locais a princípio apenas nas transações comerciais, no mercado, já que é difícil para eles iniciarem outros tipos de contato social. Embora os migrantes compartilhem algumas das mesmas necessidades dos demais residentes, o ambiente algumas vezes hostil os mantém isolados da comunidade local.

Também pode ser difícil construir relacionamentos com outros produtores migrantes, pois podem acabar discutindo seriamente sobre a prioridade na irrigação de seus plantios, por exemplo.

Porém, em muitas áreas os produtores já cooperam bastante entre si, freqüentemente vendendo seus produtos em conjunto.

Construindo novas comunidades

Depois de se mudar para a cidade, os produtores migrantes enfrentam o desafio de construir uma nova rede social. Eles muitas vezes já estão aptos para as práticas agrícolas, onde vão substituindo os produtores locais que agora estão mais interessados em aproveitar as novas oportunidades de empregos que a cidade oferece.

Essa substituição de certo modo alivia a tensão entre os produtores locais e os migrantes, que vão gradualmente se adaptando à vida urbana. A maioria deles vem para Beijing com a ajuda de parentes ou conterrâneos que já vivem na cidade há mais tempo. Logo depois de chegar à cidade, os produtores precisam construir uma rede que os proteja, e se esforçar para gerar renda em um ambiente desconhecido. Isso inclui unir-se com outros produtores migrantes vindos de diferentes províncias, adaptar-se para satisfazer outros atores locais, e fortalecer sua rede social original.

A educação é uma questão importante para os migrantes. Os produtores migrantes alcançam uma renda mais elevada na cidade, mas enfrentam uma perda na qualidade de vida.

Alguns deles não permanecem por muito tempo, mas as crianças daqueles que continuam por mais tempo crescem no ambiente urbano e seus sentimentos de comunidade e identidade são baseados na cidade.

Porém é difícil para essas crianças terem acesso à educação de melhor qualidade. Elas correm um grande risco de se decepcionarem, e os níveis de problemas psicológicos e de atitudes negativas são relativamente altos nesse grupo.

O papel da agricultura urbana

Desde meados dos anos 1980s, inúmeras empresas instalaram-se rapidamente nas vilas e aldeias ao redor de Beijing, conforme os agricultores de sua periferia se voltaram para atividades não agrícolas. Esse processo resultou na escassez de mão de obra agrícola e na perda de áreas cultiváveis nos arredores da cidade. As vilas periurbanas se viram assim na necessidade de importar agricultores de outras províncias, como Hebei, Henan, Shandong etc., que eram então recebidos na área por seus parentes e amigos. Atualmente a agricultura periurbana em Beijing é praticada principalmente por produtores migrados de outras áreas da China. Esse fenômeno tem beneficiado tanto os migrantes quanto a população local.

Assim gradualmente vão mudando as experiências e o estilo de vida e de produção dos migrantes, ou seja, da agricultura rural para a agricultura urbana. Isso não apenas melhora seu nível de renda, mas também garante o uso produtivo de áreas periurbanas, o fornecimento de produtos voltados para nichos específicos do mercado, o desenvolvimento de outras funções para o solo agrícola (recreação e lazer), e a construção de novas comunidades. O desenvolvimento da agricultura urbana multi-funcional poderia ser um modo de desenvolver as terras urbanas, manter os espaços verdes, promover atividades recreativas e educativas para as crianças. Se os produtores migrantes souberem atender a essas necessidades, organizando-se em cooperativas, eles alcançarão uma posição mais forte para negociar com os formuladores das políticas públicas e para se integrar às comunidades onde operam.

Cada vez mais, os produtores migrantes desempenham um papel valioso no desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana na China, e novas comunidades formadas por eles continuam a surgir na periferia de Beijing. Com as atuais políticas do governo, é possível para os migrantes inovadores, em cooperação com as cooperativas já existentes, transformarem os laços relativamente frágeis em cooperativas organizadas para fortalecer o processo de integração e facilitar a migração de mais produtores para a periferia de Beijing.

Referências

- Feng Xiaoying. 1996. Investigation and analysis of farmer issues among Beijing's migrants.
- Economy Research Reference..
- Zhang, F. Wang, G. e Cai, J. 2007.
- Migrants' Access to Land in Periurban Beijing. Urban Agriculture Magazine No.11:6-8.
- Website of Beijing rural work committee:
- the investigation on the transfer of the contractual right of land.
- http://www.bjnw.gov.cn/jqdt/tzggjzcx/ncjtjccqzd/200607/t20060706_27816.html

O desenvolvimento de uma Cooperativa de Mulheres Produtoras em Istambul

Yılmaz Korkmaz - TKGD - ykorkmaz@gmail.com

Istambul é uma antiga cidade em fase de rápida modernização. A migração em larga escala, vinda de toda Turquia para a sua capital, e a integração do país no mercado regionalizado e globalizado mudaram os padrões metropolitanos de moradia, segurança alimentar e condições ambientais, principalmente desde os anos 1950s.

Conforme a imigração empurra a população total de Istambul para além de 15 milhões (oficialmente já são 12 milhões), torna-se progressivamente mais difícil para as pessoas encontrar trabalho, receber serviços de saúde e educação, e atender suas necessidades de alimentação. Sua área metropolitana, sempre em expansão, já excede 1.500 km² e ameaça os mananciais d'água dos quais a cidade depende para abastecer sua população. De acordo com pesquisas recentes, Istambul tem cerca de um milhão de adultos desempregados.



Mulheres preparando a terra em Gürpınar. Foto: Yılmaz Korkmaz

Muitas pessoas, entre elas os migrantes mais recém chegados, trabalham por um salário mínimo (US\$ 250 por mês) ou menos, insuficiente para satisfazer minimamente as necessidades de nutrição para uma família de quatro pessoas (cerca de US\$ 350 mensais). Com 300.000 novos migrantes rurais chegando à cidade por ano, as pressões sociais e ambientais estão crescendo e já excedem a capacidade do setor formal para absorver, empregar e gerenciar esse crescimento.

As autoridades municipais estão pesquisando novos modos para lidar com o crescimento da urbanização e da pobreza, e buscam integrar programas econômicos, sociais, espaciais e ambientais com o planejamento do uso do solo e as políticas públicas nacionais e regionais. Na apresentação do Plano Diretor, a cidade mostrou interesse na multifuncionalidade da agricultura urbana como um uso produtivo de espaços livres e cinturões verdes ao redor da cidade. Parcerias estão sendo criadas para identificar modos funcionais e significativos para alcançar os objetivos e compromissos da cidade, reduzindo a pobreza e integrando a atividade no planejamento do desenvolvimento sustentável da cidade e na formulação de políticas públicas.

Projeto piloto em Gürpınar

Com o nome de “Contribuição para melhorar as oportunidades de trabalho e aumentar a segurança alimentar de grupos em situação de risco por meio da agricultura urbana”, o projeto foi iniciado em Gürpınar, Istambul, em 2005.

O projeto, que foi executado pelo grupo de agricultura urbana de UYD (ver caixa abaixo), focou como público-alvo as mulheres pobres, objetivando ajudá-las a alcançarem mais educação, empoderamento e renda. O projeto foi financiado pela União Européia (escritório em Ankara), por meio de uma instituição governamental (ISKUR).

A ONG “Toplumsal Kalkınma Gönüllüleri Derneği” (TKGD) pretende mostrar às autoridades urbanas que a produção agrícola nas cidades tem dimensões ambientais, econômicas e sociais relacionadas com questões como segurança alimentar, pobreza, saúde, desemprego, desenvolvimento de micro-empresas, reciclagem de resíduos e a edificação das comunidades. Até 2005, a TKGD era parte da “Ulaşılabilir Yaşam Derneği” (UYD). Na UYD, a equipe da TKGD era responsável pelo projeto em Gürpınar e contava com o apoio da ETC-UA.

O objetivo do projeto era desenvolver e utilizar um modelo orientado para a geração de trabalho e renda e segurança alimentar de grupos vulneráveis nas áreas urbanas, usando a agricultura urbana. O projeto decidiu trabalhar com mulheres imigrantes desempregadas, de famílias de baixa renda e que demonstraram interesse em trabalhar com agricultura. Vinte e cinco participantes foram escolhidas de um grande grupo de mulheres interessadas. A maior parte delas reside nos municípios de Esenyurt, Kiraç e Gürpınar, na parte europeia de Istambul. Essas mulheres não podem participar do mercado de trabalho formal da cidade por que não têm educação suficiente, habilidades, e o tempo necessário para a adaptação cultural. A agricultura era sua principal ocupação nas áreas rurais, e praticar a agricultura na cidade lhes dá oportunidade para usar a experiência e as habilidades previamente adquiridas, enquanto aprendem sobre a vida urbana e a se adaptarem a ela.

Além disso, sua auto-estima aumenta, bem como crescem as suas redes sociais e suas chances de emprego.

Desenvolvimento de capacidades

O grupo de 25 mulheres foi treinado por uma equipe de treinadores do UYD e de várias universidades em uma grande variedade de assuntos, os cultivos das várias hortaliças, compostagem e processamento e comercialização de alimentos, além de técnicas de gerenciamento e organização. As mulheres recebiam US\$ 10 por dia de treinamento. Doze delas trabalhavam permanentemente nas hortas e ganhavam US\$ 250 mensais pagos com parte dos lucros aferidos com as vendas de hortaliças. Dessa maneira elas melhoraram a alimentação de suas famílias, aumentando o volume em 30%, principalmente com hortaliças e legumes frescos e nutritivos. Para algumas dessas famílias, a quantia total de dinheiro ganho por cada uma delas equivalia à média nacional de renda familiar. Além disso, todas as 25 mulheres atendiam suas necessidades de hortaliças durante o verão com a produção de suas hortas, que permitia uma economia direta de 25% nos custos com alimentação.

No projeto, que durou um ano (2005/2006), foram cultivados dois ciclos de plantio. O foco no primeiro período foi na produção de uma larga variedade de plantas e usando-se várias práticas. A maior parte da produção foi consumida pelas mulheres e suas famílias, mas algumas das plantas produzidas em excesso, como tomate e salsa, foram vendidas nas quitandas locais. O segundo período focou mais especificamente no processamento e comercialização de alguns cultivos selecionados (novamente principalmente tomate e salsa) e na formação de uma cooperativa. Também foi organizado um treinamento adicional em micro-empendedorismo com apoio da Universidade de Ankara (Faculdade de Agricultura). Nesse treinamento, foram discutidos os papéis das mulheres na cooperativa de produtoras, a questão do financiamento e o desenvolvimento de uma instituição eficiente e transparente. Informações básicas de administração de negócios, incluindo análise de custo, análise de receitas e despesas e cálculo do lucro, também foram passadas para as produtoras.



Preparando o primeiro cultivo. Foto: Yilmaz Korkmaz

Agora em seu segundo ano, o projeto Gürpınar já é auto-sustentável e emprega atualmente seis mulheres do grupo original (três em tempo integral, três em tempo parcial). As funcionárias de tempo integral ganham cerca de US\$ 300 a 375 por mês, com um adicional para despesas de transporte e alimentação. Os trabalhadores de tempo parcial recebem cerca de US\$ 15 por dia. A cooperativa nunca se formalizou por causa do baixo nível de renda de suas integrantes, mas a produção hortícola é operada pela pequena equipe de três mulheres e apoiada por um voluntário da TKGD, também em horário integral. Os produtos também são vendidos duas vezes por semana no mercado local de Gürpınar.

O projeto conseguiu mudar as vidas das mulheres que participam dele, e deu um bom exemplo à vizinhança, além de mostrar à prefeitura de Gürpınar e a outras instituições de Istambul um modo alternativo de usar os espaços livres disponíveis.

Apoio municipal

A prefeitura de Gürpınar disponibilizou o acesso à terra e à água para o projeto, e também ajudou de outras maneiras, quando necessário, como emprestando locais e equipamentos para reuniões.

O projeto foi atraente para a prefeitura por que além de viabilizar um uso temporário das áreas livres, em áreas recentemente incorporadas, e de oferecer oportunidades de trabalho e renda, o projeto incluiu a reutilização do lixo orgânico coletado em áreas urbanas. O composto não apenas representa uma fonte de nutrientes para o plantio orgânico como também colabora para a conscientização dos vizinhos. A edificação da coesão comunitária é outro aspecto do projeto muito valorizado. A criação de oportunidades para cooperativas reunindo cidadãos de baixa renda e desempregados, e o desenvolvimento de alianças com as autoridades locais foram considerados iniciativas de enorme importância.

O projeto piloto manteve contato regular com a prefeitura e outros atores, e usou a mídia tanto quanto possível para mostrar que a agricultura urbana contribui para gerar trabalho e renda e produzir alimentação e saúde. Isso se revelou uma vantagem muito importante.

Além disso, o projeto organizou várias visitas ao local de plantio e um seminário em Istambul, em agosto de 2005, para divulgar suas experiências. Juntamente com várias prefeituras da área metropolitana de Istambul e de outras regiões da Turquia, a prefeitura de Büyükçekmece revelou interesse pelo projeto e solicitou à TKGD o desenvolvimento de uma iniciativa semelhante.

Büyükçekmece

Baseado nas experiências obtidas em Gürpınar e com apoio de uma pequena contribuição do PNUD, em meados de 2006 a TKGD começou um projeto semelhante em cooperação com o governo municipal de Büyükçekmece. Neste novo projeto, agora em uma área de 60 hectares, 50 mulheres foram selecionadas pela TKGD para iniciativas de combate à pobreza apoiadas na agricultura urbana e em informações e sugestões dos líderes das comunidades locais.

Novamente elas receberam uma variedade de treinamentos sobre agricultura e administração de microempresas.

As mulheres indicaram que gostariam de participar do trabalho em tempo parcial. Várias hortaliças de inverno foram semeadas no final do verão com finalidades de treinamento, mas no início de 2007 decidiu-se manter o foco na produção de hortaliças e ervas medicinais orgânicas para o mercado de Istambul.

O significado desse projeto vai além da iniciativa em Gürpınar, já que a área agora fica no cinturão verde que cerca o Lago Buyuk Cekmece – que fornece 17% da água potável consumida em Istambul e que está ameaçado pelo avanço dos assentamentos irregulares. Atualmente nessa região já não são permitidas a agricultura convencional (com alto nível de insumos químicos) e edificações.

Além de estabelecer um importante exemplo ligado a técnicas de agricultura urbana e ao bem estar das famílias e das comunidades, o projeto inclui intensivas negociações e planejamento em conjunto com agentes do governo local e autoridades metropolitanas no desenvolvimento das diversas funções da agricultura urbana orgânica. Esses cenários mostram uma necessidade de planejamento multi-atorial, com a participação ativa de vários interessados e envolvidos, para desenvolver uma visão em conjunto, elaborar critérios e decisões, implementar atividades e levantar os resultados e impactos.

O desafio é estabelecer uma área agrícola urbana viável, que gere renda com a venda de produtos agrícolas orgânicos. Mas tanto a TKGD quanto a prefeitura vêem o potencial dessa área para desenvolver atividades e instalações ligadas à educação, recreação e treinamento de capacidades, incluindo técnicas para reciclar os resíduos orgânicos e economizar água nos cultivos. Alternativamente, ciclovias e trilhas, por exemplo, podem fazer parte dos corredores verdes agrícolas urbanos, e oferecer sistemas alternativos de transporte e oportunidades de prática de exercícios para os moradores da cidade. O que é necessário, atualmente, é maior compromisso das partes envolvidas, o desenvolvimento de um plano de negócios apropriado, e mais apoio para projetar um sítio produtivo que seja adaptado para a situação urbana (com seus fatores ambiental, econômico e estético específicos).

Ambas as experiências de Gürpınar e de Büyükçekmece demonstram que os espaços abertos da cidade podem ser transformados em áreas produtivas e oferecer uma grande variedade de benefícios públicos, como lazer, recreação, educação e mesmo servir como espaço comunitário de reunião em casos de emergências como terremotos. Criando-se um contexto onde a agricultora urbana pode prosperar, os benefícios se multiplicam.

Desenvolvimento comunitário com base nos recursos e na agricultura urbana: a experiência do sul das Filipinas

Robert J. Holmer — rholmer@xu.edu.ph

Periurban Vegetable Project

Xavier University College of Agriculture, Filipinas

Anselmo B. Mercado – boym@xu.edu.ph

Southeast Asia Rural Social Leadership Institute (SEARSOLIN),

Xavier University College of Agriculture, Filipinas

Nos anos mais recentes, a “Abordagem do desenvolvimento comunitário baseada nos recursos” (Asset-Based Community Development Approach - ABCD) tem sido reconhecida como uma estratégia inovadora para viabilizar o desenvolvimento gerado pelas próprias comunidades em áreas urbanas e rurais, e como uma alternativa à abordagem tradicional, baseada nas necessidades, aplicada usualmente pelos governos nacionais, agências internacionais, ONGs e instituições como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (O’Leary, 2007).

Normalmente um projeto de desenvolvimento comunitário começa com o processo de identificar as necessidades e carências dentro dela, e na maioria dos casos, a lista tende a ser muito longa. Porém o foco nos problemas constrói imagens negativas da comunidade, e os seus moradores começam a aceitar essas imagens como as únicas que ditam a realidade de suas vidas.

Como resultado, as comunidades freqüentemente acreditam que sua situação só poderá ser melhorada com ajuda de fora, e por isso permanecem passivos. Em contraste, a abordagem ABCD busca descobrir e destacar as forças existentes na própria comunidade como um meio para o desenvolvimento sustentável. A ABCD está sendo aplicada com sucesso no desenvolvimento de comunidades nos vários continentes e em diversas culturas, indo desde o desenvolvimento de bairros em Seattle (Diers, 2004) e o trabalho com jovens no Egito (El Hadidy & Mathie, 2005), até projetos de microcrédito na Índia (Lee, 2004). O princípio básico é que, embora haja capacidades e deficiências em toda comunidade, a abordagem baseada nas capacidades é mais capaz de empoderar os moradores e mobilizá-los para efetuarem mudanças positivas e significativas de dentro para fora (Kretzmann & McKnight, 1993). O apelo da ABCD reside em sua premissa de que as comunidades podem dirigir elas mesmas o seu processo de desenvolvimento, ao identificarem e mobilizarem os seus próprios recursos (existentes mas muitas vezes negligenciados), e assim criando novas oportunidades econômicas locais.

Em particular, a ABCD volta a atenção para os “ativos” sociais: os talentos e capacidades dos indivíduos, as relações sociais que mantêm as associações locais e as redes informais (Mathie & Cunningham, 2003). Focar nesses ativos ajudará a edificar a comunidade e a dar aos moradores uma visão positiva de si mesmos, reconhecendo que toda a comunidade, incluindo as pessoas, as empresas, as organizações etc., têm talentos, habilidades, capacidades e experiências que podem ser utilizadas para torna-la um lugar melhor para viver. Adicionalmente, as comunidades também costumam ter recursos naturais e físicos que podem ser melhor aproveitados.



Criação em conjunto de porcos na horta em parcelas de Mount Carmel. Foto: Robert Holmer

O processo começa com o que está mais presente na comunidade e não sobre o que é problemático ou ausente. A ABCD é uma estratégia positiva, que vê o “copo” que representa os indivíduos e a comunidade como meio cheio, e não meio vazio, ou – em outras palavras – um lugar cheio pela metade por pessoas com capacidades, talentos e recursos para compartilhar, mais do que um lugar vazio pela metade com moradores com necessidades ou deficiências que esperam sejam preenchidas por fontes externas (Central Coast Community Congress Working Party, 2003).

A tabela abaixo resume as principais diferenças entre a abordagem tradicional baseada nas necessidades e a abordagem ABCD, focada nas capacidades.

Desenvolvimento tradicional - (paradigma baseado nas necessidades)	ABCD (paradigma baseado nas capacidades)
Abordagem de cima para baixo e de fora para dentro (as soluções vêm de fora, dependendo de agências etc.). Foca nas necessidades, deficiências e problemas e projeta um mapa mental negativo. Cria uma mentalidade clientelista, enfraquece as lideranças locais, cria dependência e divide a comunidade.	Abordagem de baixo para cima e de dentro para fora (as soluções vêm de dentro, fortalecendo o tecido comunitário). Focaliza nas capacidades, recursos, desejos e potencial e projeta um mapa mental otimista. Estimula a participação cidadã, constrói lideranças locais e mais confiança, aumenta o empoderamento e estimula conexões.

A experiência de Cagayan de Oro

Os projetos comunitários de agricultura urbana que usam a abordagem ABCD foram introduzidos nos últimos quatro anos em cinco comunidades pobres urbanas e em duas escolas elementares em Cagayan de Oro, ao sul das Filipinas. Esses projetos-piloto foram iniciados a partir dos estudos agrônômicos, de saúde e socioeconômicos realizados em cooperação com universidades, governos locais e parceiros da Europa e do sudeste asiático (Holmer & Monse, 2006). Localizados em loteamentos e em escolas, os projetos focaram no saneamento ecológico e nas práticas básicas de higiene em combinação com a promoção da saúde, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental – dentro dos marcos da Organização Mundial da Saúde intitulados “Cidades saudáveis” e “Escolas e comunidades que promovem a saúde”.

Os recursos internos e externos das comunidades-piloto são primeiramente definidos (e conseqüentemente aproveitados) do seguinte modo:

- (1) Muitos dos pobres urbanos têm talentos e conhecimentos relacionados com agricultura, carpintaria, construção civil, trabalho com metais e muitas outras atividades. Porém freqüentemente esses “recursos” não são aproveitados por falta de acesso a outros recursos como terra e tecnologias apropriadas. Durante a implantação das hortas em parcelas, esses membros mais capacitados da comunidade tornaram-se a força maior das mudanças. Famílias inteiras começaram a preparar suas parcelas, trazendo materiais, cavando cisternas, e construindo abrigos para ferramentas, viveiros de mudas e banheiros ecológicos (com reciclagem dos dejetos).
- (2) Embora Cagayan de Oro esteja conhecendo um surto econômico, muitos lotes de terra ainda estão vazios e improdutivos em sua área urbana e na periferia. Os representantes do governo local contataram os proprietários privados de terras para negociar o uso temporário dos lotes para produção de hortaliças por grupos de moradores pobres. O medo dos proprietários de que sua terra fosse ilegalmente ocupada foi eliminado por um memorando de acordo assinado por todos os interessados, que estipulava que a terra seria usada apenas para finalidades agrícolas por prazo estipulados de acordo entre as partes. Por outro lado, o memorando também habilitava os pobres a terem acesso a esses terrenos pelos prazos especificados nos contratos (Holmer et al., 2003).

Para assegurar maior segurança no uso da terra, um decreto municipal está sendo finalizado para permitir descontos no IPTU e outros incentivos para mais proprietários tornarem seus terrenos disponíveis para as hortas comunitárias.

- (3) Conhecimentos sobre práticas de manejo agrícola integrado, compostagem e saneamento ecológico estão disponíveis em publicações científicas e são frequentemente apresentadas em conferências internacionais, mas não costumam estar acessíveis para as comunidades pobres. Ao ligar a comunidade acadêmica com os moradores e com o governo local, todo esse conhecimento pode ser efetivamente usado, adaptado e melhorado pela contínua troca de experiências entre os interessados (Guanzon & Holmer, 2003).
- (4) Os resíduos biodegradáveis sólidos e líquidos oriundos das residências da comunidade (incluindo o excreta humano) podem causar impactos negativos na saúde e no ambiente se não forem tratados devidamente. Com o acesso a tecnologias como a compostagem e o saneamento ecológico, esses “recursos mal colocados” tornam-se imediatamente recursos ativos, pois podem ser usados como fertilizante rico em nutrientes e como corretivo da estrutura física e biológica do solo, permitindo manter e melhorar a produção de alimentos.

Cada horta comunitária está agora, portanto, equipada com uma mini-central de compostagem onde os resíduos biodegradáveis da horta e das residências vizinhas são compostados, contribuindo para o programa de gestão integrada do lixo mantido pelo governo. Além disso, todas as hortas estão equipadas com banheiros onde a urina e as fezes não se misturam (Holmer & Miso, 2006), permitindo sua reciclagem local e prática e melhorando as condições sanitárias gerais na comunidade.

Em resumo, as atividades de agricultura urbana em Cagayan de Oro que estão usando a abordagem ABCD estimularam a edificação e o fortalecimento das comunidades pela melhoria no abastecimento de alimentos, pelo aumento da renda e pelo reforço do espírito comunitário entre os grupos marginalizados, permitindo-lhes se reconectarem com outros setores da sociedade. O papel do governo da cidade é facilitar a organização da comunidade, incluindo a formação de associações com os respectivos estatutos, enquanto que as entidades acadêmicas compartilham seus conhecimentos técnicos e práticos e os moradores oferecem sua experiência e mão de obra. Essa abordagem contribuiu fortemente para o sentimento de propriedade da comunidade com relação ao projeto, em contraste com os tradicionais projetos do tipo “caridade”, onde o governo ou o doador traz os recursos. Esse tipo de projeto ainda é muito popular nas Filipinas, onde as comunidades pobres recebem bens e serviços de políticos em troca de nada – exceto talvez seus votos nas próximas eleições. Porém a maior parte desses projetos tem vida curta. A abordagem ABCD, portanto, foi a princípio uma “cultura de choque” para alguns membros das comunidades, acostumados com o outro modelo, mas a sustentabilidade das atividades por um período que já passa de quatro anos provou que esse é o caminho certo a ser seguido.

Conclusão

Como foi demonstrado pelos projetos-piloto em Cagayan de Oro, o desenvolvimento comunitário é muito favorecido quando se baseia nos recursos locais, focado internamente e orientado pelos relacionamentos. Embora alguns recursos externos à comunidade sejam muitas vezes necessários, a chave para as soluções sustentáveis vem geralmente de dentro.

Os dons e talentos dos moradores e os recursos físicos da comunidade devem ser sempre o ponto inicial. O desenvolvimento comunitário baseado nos recursos locais busca encontrar meios pelos criar mais conexões e relacionamentos entre as pessoas.

Criar essas conexões e construir os relacionamentos são o coração e a alma da edificação comunitária. A horticultura, em particular, oferece um importante nicho em um mundo que se urbaniza aceleradamente, ao “promover o zelo pela terra, nutrindo as relações humanas e apoiando uma visão de um futuro mais vivível” (Wang, 2006).

Agradecimentos

Os autores agradecem a Dra. Bella Monse (City Schools Division of Cagayan de Oro), e à equipe do PUVeP (Yvette B. Guanzon, Clarito A. Santos, Glenda Y. Sol, Stephen O. Lee, Angelito A. Montes e Rafael A. Oclarit) por suas valiosas contribuições.

Referências

- Central Coast Community Congress Working Party, 2003. Building Your Community: an Asset Based Community Development Toolkit. Gosford NSW, Australia.
http://www.communitybuilders.nsw.gov.au/download/Making_Headway_ToolKit.pdf
- El Hadidy, W., Mathie, A., 2005. Asset-based development: Success stories from Egyptian communities: A manual for practitioners. Center for Development Services & Coady International Institute.
http://www.coady.stfx.ca/resources/abcd/CDS_manual.pdf.
- Diers, J., 2004. Neighbor Power: Building Community the Seattle Way. University of Washington Press. 208 pp.
- Guanzon, Y.B., and Holmer, R.J., 2003. Basic cultural management practices for vegetable production in urban areas of the Philippines. Urban Agriculture Magazine, 10: 14-15.
- Holmer, R.J., Clavejo, M.T., Dongus, S., Drescher, A., 2003. Allotment Gardens for Philippine Cities. Urban Agriculture Magazine, 11: 29-31.
- Holmer, R.J., Monse, B., 2006. School health programmes pay dividends. Appropriate Technology, 33 (4): 56-59.
- Holmer, R.J., Miso, A.U., 2006. A City-Wide Ecosan Concept for Cagayan de Oro, Philippines. Proceedings of the GTZ/BMZ/DWA Conference "New Sanitation Concepts - International Project Experiences and Dissemination Strategies, Eschborn , Germany , October 25-26, 2006.
- Kretzmann, J. and McKnight, J., 1993. Building Communities from the Inside Out: A Path Toward Finding and Mobilizing a Community's Assets. ACTA Publications, Chicago.
- Lee, N., 2004. A gold thread: Building assets and courage among SEWA's microfinance members. Critical Half, 2 (1), pp. 21-26.
- Mathie A., Cunningham, G., 2003. From clients to citizens: Asset-based Community Development as a strategy for community-driven development. Development in Practice 13 (5): 474-486.
- O'Leary, T. 2007. Asset based approaches to rural community development: Literature review and resources. International Association for Community Development (IACD), Edinburgh, Scotland, UK.
- Wang, D., 2006. A Study of Community Gardens as Catalysts for Positive Social Change. Senior Thesis in Environmental Studies, University of Chicago.
http://environment.uchicago.edu/studies/thesis/papers/Wang_Community_Gardens.pdf

Sítios web:

Periurban Vegetable Project:

<http://www.puvep.com>

Southeast Asia Rural Social Leadership Institute:

<http://searsolin.xu.edu.ph>

Uma resposta para uma crise crescente: a horticultura urbana em assentamentos sul-africanos

Matthew Lief - matthew@ubuntufund.org

Ubuntu Foundation, Port Elizabeth, África do Sul

Fotos: Matthew Lief

Trinta anos depois do levante estudantil de 1976, que marcou o inevitável fim do “apartheid”, as vidas das crianças que crescem em Port Elizabeth continuam limitadas e ameaçadas pela extrema pobreza em meio a famílias instáveis ou rompidas. Hoje a grande barreira enfrentada pelas famílias para oferecer um ambiente harmonioso, estimulante e seguro para as suas crianças não é mais um governo opressivo e racista, mas o peso de uma população sitiada pela AIDS e pelo desemprego em grande escala.

Hortas escolares

Em resposta às necessidades dessas comunidades, a Fundação Ubuntu lançou um projeto de hortas para enfrentar os efeitos da pobreza. Em janeiro 2004 a Ubuntu iniciou um programa piloto de horticultura intensiva com baixos insumos e alto rendimento em três escolas primárias.

O projeto começou com oficinas práticas de treinamento de cinco dias, onde os grupos de pais desempregados, professores e estudantes eram capacitados com as habilidades necessárias para estabelecer e manter hortas orgânicas produtivas. O vírus HIV está tão presente na comunidade que, na realidade, a maior parte dos responsáveis pelas crianças em nossas escolas são na verdade os seus avós, já que aproximadamente uma geração inteira foi eliminada pelo vírus da AIDS (1).



Mães e crianças trabalhando juntas na horta.

Os horticultores começaram a colher seus produtos aproximadamente três meses após a implantação das hortas, que medem entre 2.500 e 5.000 m² e estão localizadas em áreas pertencentes às escolas primárias. Logo depois da primeira colheita, com apoio de professores e da Ubuntu, os pais (ou na maioria das vezes, as mães ou as avós) começaram a servir diariamente uma refeição quente para cerca de 300 crianças mais vulneráveis em cada escola. Esses estudantes são em sua maioria órfãos vivendo em famílias sem fonte de renda definida, e alguns deles estão infectados pelo vírus da AIDS. Eles foram selecionados usando-se os dados coletados por técnicos da Ubuntu (conselheiros, acompanhantes de casos e educadores de habilidades fundamentais). As refeições costumam conter feijão, alho, cardo suíço, cenoura, batata doce, cebola e ervas aromáticas da horta, acrescentada de outros produtos vegetais e animais doados por microempresários locais. Para isso, um bom relacionamento vem sendo estabelecido ao longo do tempo com comerciantes atacadistas, açougueiros e supermercados. A equipe da Ubuntu visita sistematicamente os proprietários ou os gerentes desses negócios e lhes explica o trabalho desenvolvido de modo a obter o seu apoio.

Um argumento importante para levar esses negociantes a se associarem ao projeto com a Ubuntu é que muitos de seus próprios funcionários vivem nesses assentamentos.

A Ubuntu logo percebeu que, ao alimentar apenas as 300 crianças mais vulneráveis de cada escola, estava criando um estigma em volta delas e do seu programa de alimentação, com as outras crianças humilhando as que se beneficiavam dele e chamando a refeição servida de “sopão da AIDS”. Nesse ponto o programa foi ampliado de modo a alimentar todos os alunos de cada escola. Duas delas são escolas menores, com aproximadamente 500 alunos cada; sendo a outra maior, com 1.200 estudantes. O cardápio também foi enriquecido, e passou a incluir arroz e outros alimentos ricos em amido. Essas estratégias eliminaram o estigma completamente, e se tornou uma política que está sendo adotada em muitas outras escolas. A Ubuntu investe no futuro: após seis meses de criado o programa de almoço generalizado nessas escolas, os professores relataram que os alunos não passavam mais fome e que a frequência havia melhorado sensivelmente.

Hortas terapêuticas

A expansão seguinte do programa de hortas ocorreu em uma clínica local, para apoiar uma parceria clínica mais ampla que a Ubuntu estava articulando. Em 2005, ela começou a prover “aconselhamento e testes voluntários” (ATV) com relação à AIDS, e acesso a serviços de “terapia e tratamento antiretroviral” (TTA) no KwaZakhele Day Hospital, uma clínica que atende pacientes (não internados) no meio de um grande assentamento informal. A partir do modelo desenvolvido nas escolas primárias, um curso de treinamento intensivo foi realizado e uma grande horta comunitária (5.000 m²) foi criada. Nessa iniciativa, a Ubuntu trabalhou com a comunidade local e membros de um grupo de apoio para pessoas infectadas pelo HIV. Enquanto que nas escolas as hortas beneficiavam prioritariamente as crianças mais vulneráveis, na clínica de saúde a horta oferece apoio nutricional e econômico para indivíduos sob cuidados terapêuticos no nível TTA. O Ubuntu percebeu que servir uma refeição quente nas reuniões dos grupos de apoio mútuo é uma boa prática que assegura maior frequência, bem como oferece os benefícios psicossociais associados que ocorrem quando um grupo come em conjunto. Os membros dos grupos de apoio que mantêm a horta também se tornaram capazes de criar uma renda para si próprios por meio de vendas locais, para a equipe do hospital e para os moradores da comunidade em geral.

Aproximadamente 60% da produção da horta é consumida diretamente pelos pacientes da clínica ou levada para casa por membros dos grupos de apoio, enquanto que os restantes 40% são produzidos individualmente por agricultores que trabalharam na horta para consumo próprio ou para vender. Juntos, os agricultores geraram cerca de mil dólares desde o início do projeto, dois anos atrás. Desse montante, 15% foi reaplicado no projeto, e o restante dividido entre as pessoas que cultivam a horta.

Hortas de quintal

Em 2006, a Ubuntu iniciou uma nova fase de atividades de horticultura focando na clientela incluída em seu “sistema de gestão de casos”, que lida com “crianças órfãs e vulneráveis” (COV) e nas pessoas portadoras de AIDS com um programa de cuidados abrangentes e serviços de apoio incluindo aconselhamento, acesso a serviços de tratamento e saúde, e advocacia e apoio para solicitação de pensões e obtenção de ajuda financeira. Seguindo o sucesso das hortas nas escolas e nas clínicas, decidiu-se que apoiar os clientes dessas clínicas a criarem hortas também nos quintais de suas casas. Na fase piloto, três famílias vivendo perto umas das outras foram escolhidas e começaram a treinar e a desenvolver hortas em seus quintais. Essas famílias foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios:

- Um ou mais membros da família estava contaminado pelo vírus da AIDS.
- a família era liderada por um órfão, ou havia mais de um órfão sendo cuidado pela família.
- Havia bastante espaço, solo e cerca para tornar possível a implantação de uma horta.
- A família tinha o desejo e a capacidade para criar e manter uma horta.

Todas as três famílias se ajudaram nos trabalhos para implantar cada uma das hortas, criando assim uma rede de cooperação entre os vizinhos. Desde setembro de 2006 os horticultores domésticos colheram com sucesso diversos alimentos, incluindo brócolis, feijões, cenoura e diversas ervas comestíveis e medicinais. Das três casas envolvidas no projeto, duas são lideradas por órfãos, e outra por um adotivo que cuida de várias crianças órfãs. Essas famílias agora colhem hortaliças e ervas frescas diariamente, para seu próprio consumo e venda aos vizinhos. Por meio de repetidas pesquisas realizadas pela equipe da Ubuntu, verificou-se que, em média, cada casa havia faturado cerca de US\$ 50 mensais com a venda de produtos, e a mais produtiva delas havia chegado a US\$ 100 por mês. Para ajudar na subsistência, as famílias colhem diariamente folhas de cardo suíço (muito popular na África do Sul, onde é conhecido como “spinach”) e ervas culinárias, além de colherem, a cada dois meses, outras plantas como feijões, ervilha, cenoura, brócolis e couve-flor.

Mais recentemente, a Ubuntu expandiu seu programa de hortas de quintal a mais uma casa, onde vive um grupo de apoio formado por 15 portadores do HIV. A Ubuntu ajudou essas pessoas a implantarem uma horta no quintal da casa onde estão abrigadas. Elas usam a horta para complementar a alimentação que lhes é oferecida por uma clínica local. Esse esquema fornece sopa e pão para os pacientes TTA. Atualmente o programa de alimentação do grupo é financiado pela Ubuntu, porém o próprio grupo está solicitando recursos do Ministério da Saúde, que tem fundos disponíveis para esse tipo de projeto.

Maiores desafios

Trabalhando nas escolas

O sistema de escolas públicas da África do Sul, especialmente nos assentamentos onde a Ubuntu atua, está dramaticamente carente, tanto em termos de recursos financeiros quanto humanos. Os poucos professores que ainda estão altamente motivados e capazes tornaram-se sobrecarregados e prestes a desistirem. Os professores que seriam os ideais para trabalhar em um projeto como as hortas da Ubuntu são os mesmos já envolvidos em todas as outras atividades extracurriculares. A Ubuntu percebeu que trabalhar com as escolas era um grande desafio, principalmente nas seguintes áreas:

- conseguir que os professores tráfuxessem os alunos para a horta com propósitos didáticos, e ajudassem os pais que mantêm os plantios.
- supervisionar os alunos enquanto eles recebem seu almoço.
- manter um nível adequado de comunicação com os professores.

O meio mais efetivo de enfrentar os desafios que cercam o trabalho nas escolas é se comunicando com os professores e administradores de um modo bem aberto e transparente, deixando bem claro exatamente o que a Ubuntu espera deles em termos de parceria. A Ubuntu começou a focar seus esforços nas escolas cujos professores e diretoria demonstraram um desejo maior para estabelecer um compromisso significativo com ela. Em cada escola a Ubuntu colocou um especialista em lidar com crianças órfãs e vulneráveis. Esses especialistas em COV estão nas escolas o tempo todo disponíveis para oferecer aconselhamento e apoio às crianças vulneráveis. Eles também ajudam a melhorar a comunicação entre as escolas e a Ubuntu, permitindo um nível mais alto de controle e eficiência nos projetos de horticultura e distribuição de refeições. O objetivo é utilizar as escolas como “núcleos de cuidado e apoio” (NCA) para os alunos vulneráveis e suas comunidades. Isso significa a criação de um pacote completo de cuidados e apoio, incluindo programas de horticultura, alimentação e aconselhamento e referencial.

A Ubuntu está atualmente criando centros NCA em cinco escolas, enquanto trabalha em um total de 22 escolas onde oferece lições de habilidades vivenciais, aconselhamento, aulas de informática e biblioteca.

Orgulho de sua colheita de tomates.

Essas escolas, como todos os programas da Ubuntu, estão localizadas em assentamentos na periferia de Port Elizabeth conhecidos como Ibhayi.

Os recursos para os especialistas COV e com a equipe própria de 50 técnicos em horário integral da Ubuntu são levantados em várias fontes, incluindo doadores individuais e institucionais, fundações, programas sociais corporativos, a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional e o programa PEPFAR, dos Estados Unidos.



O estigma colocado nas pessoas vivendo afetadas pela AIDS

No início da implantação da horta na clínica de saúde, houve problemas com os membros da comunidade que participavam do projeto, que criticavam e se comportavam indevidamente com relação aos membros do grupo de apoio mútuo de infectados pelo HIV. Esse problema foi resolvido com a realização de reuniões onde todos podiam expor abertamente as suas opiniões. Vários dias de mutirão envolvendo mais pessoas também foram organizados, com o objetivo de fortalecer a equipe reunindo os voluntários da comunidade e o grupo de apoio mútuo. Conforme os vários integrantes do projeto da horta passaram a trabalhar juntos e a conviver mais tempo, os casos de preconceito e estigmatização se reduziram significativamente.

Maiores impactos

Segurança alimentar e geração de renda

O impacto mais óbvio e tangível desse projeto é que agora os indivíduos mais vulneráveis estão tomando sua saúde e segurança alimentar em suas próprias mãos. Os pais desempregados estão ganhando algum dinheiro e preparando refeições melhores para seus filhos vulneráveis. As famílias lideradas por crianças estão pondo mais alimentos em suas mesas e dinheiro em seus bolsos cultivando alimentos em seus quintais. Os horticultores sob terapia TTA estão alimentando a si próprios e a seus companheiros nos grupos de apoio.

Inclusão social

Embora alimentação e renda sejam fatores essenciais para a sobrevivência humana, as pessoas também precisam de satisfação no trabalho e de uma forte rede social para alcançar um bem estar duradouro.

Hortas escolares

Como já foi mencionado, a maior parte dos adultos desempregados que trabalham nas hortas escolares é constituída por avós que cuidam de seus netos órfãos. Desde que o projeto foi iniciado, essas mulheres de mais idade gastam seus dias fazendo valiosas contribuições para a saúde de seus netos e das demais crianças da comunidade. Seu trabalho nas hortas as mantém fisicamente ativas e fortemente ligadas social e afetivamente às outras avós envolvidas nos trabalhos hortícolas.

Freqüentemente, nos dias livres ou depois do horário de trabalho, elas colaboram na horta juntamente com as crianças, oferecendo-lhes orientação e aconselhamento. Além de empoderar essas crianças, com valiosas habilidades na produção de alimentos, essas mulheres estão oferecendo a crianças extremamente vulneráveis o tipo de carinho e atenção apoiadora que tantas vezes faltam em suas vidas. Os benefícios desses grupos de trabalho são verdadeiramente recíprocos, já que as avós naturalmente se fortalecem afetiva e psicologicamente com esse tipo de relacionamento.

Crianças órfãs e vulneráveis

Para a maioria das crianças que se beneficiam do programa de alimentação, a refeição feita na escola é a mais rica e equilibrada em nutrientes que elas terão durante todo o dia. Antes que esse programa tivesse sido criado, muitas dessas crianças não freqüentavam a escola regularmente; elas passavam os dias tentando conseguir comida de qualquer modo ou simplesmente estavam fracas demais para cumprir a jornada até a escola.

Os registros de freqüência escolar revelam que desde o início do projeto, a presença dos estudantes aumentou em 25% nas três escolas-piloto. Ficou bem evidente que uma refeição quente é um forte incentivo para essas crianças freqüentarem a escola.

Membros dos grupos de apoio

Desde a implantação da horta e das refeições quentes na clínica, o número de pessoas que participam dos grupos de apoio mútuo da Ubuntu para portadores do HIV cresceu significativamente. Como no caso das escolas, a refeição age como um fator motivador para as pessoas aparecerem mais regularmente. Além de aumentar a freqüência, a refeição em comum cria uma forte coesão social no grupo, conforme regularmente seus membros se sentam juntos e compartilham de uma refeição saudável e gostosa. Os estudos mostram que comer junto pode realmente melhorar a saúde em geral e o bem estar dos pacientes (Eisenberg, 2004). Muitos dos membros do grupo de apoio trabalham juntos na horta com pessoas que não participam dele. Depois que as questões relacionadas com a eventual estigmatização foram superadas, todo o grupo começou a trabalhar junto como uma unidade coesa.

Agora, quando um novo membro ingressa na equipe da horta, é indicada outra pessoa mais antiga que o acompanhará nos serviços e o orientará sobre as atividades. Esse tipo de relação de orientação permite que os membros se sintam verdadeiramente orgulhosos e donos do projeto, além de conscientes do valor das capacidades agrícolas e de liderança que desenvolveram, aumentando sua dignidade e auto-estima.

A inclusão social na estratégia geral da Ubuntu

Além da horticultura, a Ubuntu incorporou a inclusão social em sua estratégia mais geral, criando, apoiando e estimulando o crescimento e a independência em vários grupos de apoio. Nas escolas e em sua sede no assentamento, a Fundação Ubuntu criou simultaneamente vários grupos de apoio para mães adolescentes, rapazes agressivos e vítimas de abuso sexual que estão sendo amparadas por especialistas COV. Nesses grupos de apoio, os membros são empoderados com habilidades e capacidades para melhorarem a sua vida, enquanto que, ao mesmo tempo, tornam-se capazes de estabelecer relações significativas com outras pessoas em situações semelhantes em um ambiente seguro.

Trabalhar em grupo em uma horta e depois compartilhar de uma refeição quente provou ser um meio muito efetivo para promover a socialização entre os membros dos grupos de apoio mútuo. À luz dessas conclusões, a Ubuntu continuará incluindo a horticultura como um elemento essencial nas atividades dos membros de seus grupos de apoio, tanto nas escolas quanto nas clínicas.

O futuro

No próximo ano, a Ubuntu estará acrescentando mais 12 novas famílias em seu programa de hortas domésticas, incluindo uma onde vive um grupo de apoio mútuo formado por 20 aidéticos. Duas novas escolas também se tornarão núcleos de cuidados e apoio completos, com suas hortas e programas de alimentação, beneficiando diariamente mais de 2000 estudantes.

A Ubuntu está criando novas parcerias com outra clínica local, onde a horticultura e a alimentação irão integrar um conjunto abrangente de serviços voltados para os pacientes com AIDS.

A Ubuntu atualmente está trabalhando em estreita parceria com o Ministério da Saúde, que lhe deu um mandato para trabalhar nas clínicas e recentemente contribuiu com recursos e infra-estrutura.

Espera-se também que os grupos de apoio irão receber recursos do Ministério da Saúde para continuar com os programas de alimentação nas clínicas. Isso seria uma grande ajuda para a sustentabilidade financeira dos grupos de apoio mútuo.

Surge uma fazenda urbana surge...

Além das escolas, clínicas e quintais domésticos, a Ubuntu conseguiu um terreno de 1,5 hectare que será desenvolvido em parceria com a prefeitura local como uma microfazenda urbana. A prefeitura fornecerá a água, tratores quando necessário, e alguns insumos como esterco, sementes e mudas.

A Ubuntu irá prover o treinamento, os recursos para empregar um gerente e um ajudante e a maior parte dos insumos. A fazendinha, cujo principal foco será a produção de hortaliças para venda e de mudas hortícolas para serem usadas em outras iniciativas da Ubuntu, será cultivada por uma equipe de sete membros cooperativados que já estão trabalhando no local. A cooperativa irá treinar e empregar, quando necessário, muitos outros indivíduos que participam do “sistema de gestão de casos” da Ubuntu. A médio prazo está previsto o desenvolvimento de uma padaria com forno a lenha na fazenda para fornecer, para os programas de refeições escolares, pão fresco e nutritivo para o café da manhã e para aumentar as vendas locais.



Estudantes trabalhando na horta escolar.

A fazenda prepara-se agora para oferecer hortaliças, ervas e mudas a preços acessíveis aos demais moradores dos assentamentos próximos. O local também servirá como um centro de desenvolvimento de capacidades em agricultura sustentável.

Nota

Pesquisas realizadas com as crianças que participam de vários programas de apoio e de atividades extracurriculares verificaram que pelo menos 40% delas haviam perdido um ou ambos os pais vitimados pela AIDS.

Referências

- Eisenberg. 2004. Arch Pediatr Adolesc Med.: 158:792-796

Agricultores migrantes no nordeste dos Estados Unidos

Hugh Joseph - hugh.joseph@tufts.edu

Friedman School of Nutrition, Tufts University

Fotos: Hugh Joseph

Em um terreno de cerca de 35.000 m², escondido atrás de um empreendimento que vende leite e laticínios, sete famílias de imigrantes e refugiados estão se preparando nesta primavera para mais um ciclo de plantios, como alguns dos mais recentes agricultores do estado de Massachusetts. Essa área em Dracut é um dos quatro sítios de treinamento para grupos de usuários patrocinados pelo programa “Novo começo na agricultura sustentável” (New Entry Sustainable Farming Project - (NESFP)).

Os Estados Unidos são um país de imigrantes, e historicamente eles sempre tiveram um papel fundamental na sustentabilidade e expansão da agricultura norte-americana. Eles não apenas se estabeleceram e produziram nas áreas centrais do país, como também tiveram uma presença constante no sempre cambiante cenário da agricultura na região da Nova Inglaterra (nordeste dos EUA). De fato, essa região não é mais o que costumava ser há um século ou dois, quando uma grande parcela da população vivia nas áreas rurais.

Abóbora asiática (thon).



Hoje os agricultores representam apenas 1% da população, sua idade média situa-se entre 55 e 60 anos e eles precisam se esforçar para passar o negócio da família para as próximas gerações. O resultado é a redução no número de fazendas e sítios produtivos e cada vez menos terra sendo cultivada a cada ano.

Mesmo assim a agricultura hoje ainda é um grande negócio, viabilizado agora por novas estratégias que permitiram aos produtores especializarem suas empresas em atividades de produção, de comercialização e de processamento e agregação de valor. A renda líquida por hectare agrícola nessa região é a quarta mais alta de todo o país. Com mais de 125 mercados de produtores, dezenas de associações comunitárias, centenas de postos de venda de produtores e um mercado atacadista crescente, Massachusetts é um dos estados onde a comercialização direta é mais forte; e isso cria muitas e boas oportunidades para os pequenos produtores. Um empreendimento agrícola começa tipicamente como uma operação de tempo parcial que se baseia em nichos específicos, produtos especiais e comercialização direta – um modelo ideal para imigrantes em ambientes urbanos, pois lhes permite crescer aos poucos e construir empresas agrícolas sustentáveis.

O NESFP foi iniciado em 1998 como um programa de assistência técnica e treinamento para promover oportunidades econômicas e segurança alimentar para imigrantes capazes e dispostos que queiram produzir na região, mas que não têm os recursos e os conhecimentos necessários para começar. Percebeu-se que se eles tivessem condições para produzir alimentos de alta qualidade, com a assistência devida, muitos iriam adotar a agricultura como seu meio de vida – ou seja, eles investiriam a paixão e as habilidades que trouxeram de suas regiões de origem em suas novas operações comerciais, aqui.

O NESFP atualmente oferece um curso intensivo de 4 anos “Programa Inicial do Agricultor” (Beginning Farmer Program), projetado para preparar os novos agricultores até o ponto no qual eles podem operar independentemente. Para tornar esse processo eficiente em termos de custos, o projeto se apóia na assistência e participação de mais de 50 parceiros – provedores de serviços sociais, grupos comunitários, organizações de imigrantes, agências ligadas à agricultura e outros produtores.

Durante os cinco primeiros anos do projeto, os participantes eram principalmente cambojanos e laosianos, vivendo em pequenas cidades na periferia da Grande Boston – nas áreas de Lawrence, Lowell, Fitchburg e Worcester. Em sua maioria, eles falam mal o inglês e têm pouca educação formal, apresentando altos índices de analfabetismo.

Nos anos seguintes vieram também muitos africanos. Embora mais instruídos, poucos deles tinham recursos bastantes para iniciar uma operação agrícola comercial. Percebeu-se também que seria contraindicado encorajá-los a se dedicarem à agricultura quando muitos produtores bem estabelecidos e preparados já estavam desistindo da atividade.

Mas a equipe do projeto estava impressionada pela dedicação deles, por seu compromisso com o trabalho e o amor pela terra. Muitos tinham outras ocupações e praticavam a agricultura no meio de esquemas apertados de trabalho e de compromissos com a família. A qualidade e a variedade dos cultivos que eles produziam eram bem impressionantes – usualmente espécies nativas de regiões tropicais que conseguiam prosperar no clima mais ameno da região. Produtos como temperos em conserva (pickling spices), espinafre-d’água, melão amargo e abóboras asiáticas são populares em suas comunidades e fáceis de vender para restaurantes e mercearias especializados em alimentos orientais. Mas é aí que o romantismo envolvido na agricultura precisa ceder espaço para o realismo dos desafios da produção e da comercialização. Algumas das dificuldades descritas a seguir são comuns a muitos desses novos agricultores imigrantes.

Onde é a plantação?

Uma vez estabelecidos em comunidades urbanas, os imigrantes não querem se mudar para poder ter mais acesso a terra onde começar suas operações produtivas, nem isso faria sentido do ponto de vista risco-recompensa. Por sorte, existem áreas agriculturáveis em torno de Lowell, Fitchburg e Worcester, que pertencem a outros produtores, a patrimônios rurais e instituições. Mas os produtores precisam transportar-se para esses locais produtivos, gastando tempo e dinheiro, e precisando dispor de veículos capazes de transportar insumos, equipamentos e produtos.

Ter acesso ao terreno de outrem não é o mesmo que trabalhar em sua própria terra. As terras às quais eles têm mais acesso geralmente não incluem uma habitação viável, um celeiro, equipamento de irrigação ou outras facilidades como banheiro e água corrente. O projeto negociou arrendamentos com os proprietários e responsabilizou-se por disponibilizar a infraestrutura para uso compartilhado por vários produtores. Com o suporte de vários fundos e doações, foram comprados e instalados equipamentos de irrigação e armazenagem, e disponibilizados tratores e outros recursos necessários para o preparo das áreas de plantio, mediante pequenas taxas pagas pelos produtores. Porém esses preparos revelaram-se bem mais caros do que havia sido previsto, e certamente estariam além das possibilidades da maioria dos agricultores iniciantes. O preço das áreas agrícolas no leste de Massachusetts é proibitivo, por isso os agricultores dispostos a produzir independentemente precisam considerar a opção de se mudarem para outra parte do estado ou região onde o preço seja mais acessível. A alternativa para aqueles que querem permanecer aqui é arrendar uma área maior, se puderem reunir recursos suficientes para administrar uma operação mais produtiva e com mais escala.

Uma operação independente requer investimentos em infra-estrutura e muitas vezes precisa de mais mão-de-obra, complicando ainda mais a logística de acesso e tornando mais difícil conciliar a agricultura com outros compromissos profissionais.

Práticas de produção sustentável

Dispondo de um hectare ou metade disso, a maior parte dos imigrantes agricultores dependem de poucos e pequenos equipamentos – e de um bocado de trabalho físico. Os tratores do programa fornecem a aração e a gradeação iniciais, e às vezes o preparo dos canteiros, mas depois todo o trabalho é feito pelo produtor, à mão, como é feita a maior parte dos trabalhos de capina e colheita. No decorrer do tempo, esses produtores passam a adotar práticas como o “mulch” (cobertura morta) e o uso de moto-cultivadores (microtratores), mas muitas vezes sua estratégia de plantios intercalados ou apoiados em treliças e tutores limitam a viabilidade de usar máquinas em vários de seus cultivos.

Dois dos maiores desafios encontrados na produção estão relacionados com o manejo da água e das pragas.

A estufa permite prolongar a época de cultivo e colheita.



Esses agricultores produziam em países tropicais, onde é comum ocorrerem chuvas diariamente, e alguns cultivos, como o espinafre-d’água, exigem solo bem úmido. Entretanto não é raro vermos produtores regando seus cultivos diariamente, independentemente de o dia estar chuvoso ou não, ou fazer calor ou frio. Como resultado, o desenvolvimento superficial das raízes torna as plantas mais suscetíveis a problemas durante o período quente e seco do ano, e mais propensas a certas doenças e pestes.

Os imigrantes que já plantavam nos EUA antes de participarem do projeto também se mostraram mais inclinados a usar pesticidas sem qualquer treinamento técnico e profissional. Eles simplesmente compravam algum inseticida na loja de plantas e muitas vezes o aplicavam descuidadamente nos cultivos indevidos (que exigiriam outros produtos). Muitos produtores não tinham uma compreensão consistente sobre os riscos à saúde envolvidos e quais as medidas de segurança indicadas. A equipe do projeto adotou como sua prioridade máxima o uso apropriado de pesticidas e a promoção de estratégias alternativas de gerenciamento de pragas que reduzam o uso de agrotóxicos, mas mesmo assim ainda há quem recorra a práticas pouco seguras em suas plantações.

Quando os produtores não podem ler rótulos ou outras instruções, e não conseguem se comunicar efetivamente em inglês com os agentes extensionistas, torna-se mais difícil superar esses desafios. Muitas áreas de plantio agora estão sendo convertidas aos métodos orgânicos conforme esses se mostraram ser a melhor resposta para esse problema – e por que é a melhor forma para demonstrar na prática o nome e a missão do projeto.

Gerando uma renda digna

Embora haja uma demanda local pelas plantas cultivadas pelos produtores imigrantes e refugiados, os preços pagos por elas em suas próprias comunidades costumam ser muito baixos. Uma visita a uma mercearia asiática é uma benção para os clientes e um choque para os produtores.

Os fregueses operários não podem pagar os preços especiais que os clientes mais ricos estão dispostos a pagar. Os produtores foram encorajados a vender, então, para os mercados onde esses fregueses mais ricos fazem as suas compras, para buscando alcançar preços mais altos.

Entretanto muitos não resistiram ao trabalho e ao tempo que tal estratégia demanda. Alguns ainda têm, também, o problema da língua. A maioria preferiria ficar plantando no sítio enquanto que outras pessoas fariam as vendas.

Uma cooperativa de comercialização foi organizada para fazer exatamente isso, focando agora em uma associação comunitária e em clientes atacadistas – solução que não é nem fácil nem rápida, mas necessária para otimizar as oportunidades de comercialização.

A agricultura comercial é uma estratégia adequada para os imigrantes urbanizados?

No decorrer dos anos, percebeu-se que paixão, compromisso, trabalho duro e a habilidade para produzir colheitas de alta qualidade não eram o suficiente para a maioria dos imigrantes poder desenvolver operações agrícolas viáveis. Mesmo com considerável assistência técnica, é um desafio para eles desenvolver suas operações até o nível em que elas possam garantir, ao produtor, um padrão de vida digno ou pelo menos uma renda adicional significativa.

Além disso, seus filhos não parecem muito interessados em agricultura, reduzindo ainda mais a sustentabilidade dessas operações. Parece que a agricultura como meio de vida é a escolha adequada para alguns imigrantes, mas não para a maioria deles.

Mesmo assim, muitos imigrantes querem cultivar seus alimentos tradicionais, gostam de trabalhar ao ar livre e apreciam a agricultura como um meio para manter suas tradições de origem. Talvez uma abordagem mais prática para a maioria deles seja a horticultura comercial – algo entre a horticultura de subsistência e a agricultura comercial. Em Curran Park, na periferia de Providence, em Rhode Island, dezenas de imigrantes asiáticos cuidam de pequenos lotes (variando entre 500 e 1.500 m² de área).

O estado lhes oferece a terra para trabalhar, mas os demais insumos e recursos devem ser levantados pelos próprios produtores. Muitos estão trabalhando lá há anos. Terras como essas estão disponíveis a pequenas distâncias para comunidades de imigrantes mais ricos. Se lhes for fornecida uma infraestrutura básica, incluindo melhor acesso à água, os produtores parecem bastante capazes de cuidar de todo o resto.

Esta pode ser uma operação auto-sustentada que requer pequenos custos para ser mantida, e é um modelo do qual outras comunidades de imigrantes poderiam se beneficiar. Assim, mais terras podem ser mantidas em produção sem a necessidade de investimentos vultosos para treinar novos agricultores comerciais ao longo de um período de vários anos. E os produtores podem contribuir para a segurança alimentar onde ela é, quase sempre, mais necessária.

Mais informações: www.nesfp.org

O “Growing Home” (Casa Cultivante) e o surgimento da Agricultura Urbana em Chicago

Orrin Williams - chicago@sbcglobal.net

Coordenador de treinamentos profissionalizantes
do programa “Growing Home”

O programa “Growing Home”, em Chicago, Illinois, foi criado em 1992 por Les Brown, então Diretor de Políticas da “Coalizão dos Sem-Teto de Chicago”. O programa foi projetado para dar acesso ao mercado de trabalho por meio das experiências produtivas com agricultura urbana.

Embora o Growing Home (GH) tivesse sido fundado, originalmente, com foco na agricultura urbana, encontrou problemas para estabelecer sua presença dentro da cidade. Les Brown conseguiu acesso a dois terrenos do governo federal: uma área periurbana em Navy Pier e uma rural, no distrito de LaSalle, cerca de 120 km a sudoeste de Chicago. Os planos para a área de agricultura urbana foram prejudicados por questões políticas e ambientais, até que surgiu outra possibilidade na forma de uma parceria com a “Su Casa – Casa do Trabalhador Católico”, que começou como um abrigo para migrantes da América Central que buscavam asilo nos EUA fugindo de guerras civis em seus países de origem. O acordo com a Su Casa ofereceu uma oportunidade para desenvolver um local de agricultura urbana com cerca de 1.012 m², que passou a funcionar em conjunto com as instalações rurais. Essas duas áreas serviram como locais principais para o programa de treinamento profissionalizante e para uma empresa social criada pelo GH, que criava novos postos de trabalho na agricultura urbana e empregava moradores locais de baixa renda em programas de empregos temporários.

Atualmente, essa empresa social obtém a maior parte do que produz da área rural. A área rural permanecerá sendo um aspecto importante das operações do GH, embora a organização atualmente desenvolva também uma área de cerca de 5.000 m² em outro local, e tem planos para começar a trabalhar em mais uma área com praticamente o mesmo tamanho.

A empresa vende seus produtos orgânicos em um mercado de produtores (o “Green City Market”) e através de um programa (o “Community Supported Agriculture” - CSA) da organização, que envolve 80 membros. Além disso, o GH também fornece seus produtos para alguns restaurantes seus clientes. Os “chefs” culinários de Chicago estão muito interessados em agricultura orgânica, e comprometidos em usar alimentos produzidos mais localmente.

Apesar do sucesso e da evolução do GH nos últimos cinco anos, o objetivo de estabelecer operações agrícolas urbanas que se mantenham durante todo o ano (mesmo no inverno) ainda não foi atingido.



Integrante do projeto Growing Home no Green City Market. Foto: Harry Rhodes

A busca do re-desenvolvimento positivo em Englewood

Em 2005 a Growing Home foi procurada pela Teamwork Englewood (TE), uma organização da comunidade de Englewood, ao sul de Chicago, em busca de ajuda para desenvolver uma área de agricultura urbana.

Os planos para criar essa área de agricultura urbana eram compatíveis com a intenção do GH de expandir suas operações na cidade.

O “Plano de Qualidade de Vida em Englewood” (Englewood Quality of Life Plan - QLP), um documento que descrevia os objetivos de redesenvolvimento da comunidade, foi criado em uma série de reuniões e discussões realizadas com moradores, nas quais a comunidade identificou a agricultura urbana como um componente importante do QLP.

O GH foi trazido para o processo de criação de um distrito de agricultura urbana com o Centro de Transformação Urbana (Center for Urban Transformation - CUT), em um arranjo que também inclui agora o Centro de Aprendizado Orgânico de Angelic (Angelic Organics Learning Center) e a empresa de arquitetura Shed Studio. O desenvolvimento da agricultura urbana em Chicago tem sido fruto, portanto, do trabalho em conjunto de organizações comunitárias e entidades públicas municipais.

Construindo comunidades por meio de projetos de agricultura urbana

O processo de conseguir uma área adequada para a criação de um primeiro sítio agrícola urbano, como parte do distrito de agricultura urbana, está correndo otimamente, em parceria com um vereador eleito, várias agências municipais e outros parceiros no projeto. Embora o processo de adquirir a propriedade ainda não tenha se completado, no momento em que este artigo foi escrito, o GH já obteve permissão para começar a preparar o local para utilização.

Até agora, três abrigos já foram construídos na área de aproximadamente meio hectare (5.000m²), e tão logo um acordo sobre o re-desenvolvimento esteja garantido, e a propriedade transferida para o GH, uma estufa e um prédio com escritório e sala de aula serão levantados. Outras instalações destinadas ao processamento e à armazenagem (inclusive refrigerado) de produtos também serão construídas. Um pequeno balcão para vender produtos está sendo instalado no local, e deverá começar a funcionar no verão de 2007. Uma característica única, deste balcão de vendas, é que ele incluirá produtos dos agricultores de origem africana que vivem na comunidade de Pembroke, cerca de 120 km a sudeste de Chicago, no condado de Kankakee. Esse é um exemplo de uma parceria urbano-rural iniciada pelo GH.

A comunidade de Pembroke tem sido o lar de gerações de agricultores de origem africana há várias décadas. Esse arranjo é vital, já que a comunidade de Englewood é 98% descendente de africanos e a comercialização de produtos culturalmente apropriados é indispensável para o sucesso das vendas. O GH está comprometido a cultivar e vender produtos culturalmente adequados para os consumidores locais, bem como para o mercado de produtores, para associações comunitárias e restaurantes.

Para o futuro próximo, o GH tem planos de abrir pelo menos uma outra área de plantio, mais ou menos do mesmo tamanho, situada perto da área agora em implantação. A área que está sendo considerada pertence ao sistema de escolas públicas de Chicago, e o GH quer usá-la para aumentar sua capacidade e operar uma horta em conjunto com os estudantes municipais.

A comunidade de Englewood, como tantas outras onde predomina a população negra, ressen-te-se da falta de acesso a alimentos e à segurança alimentar. Outros projetos relacionados com a área de agricultura urbana e com o GH também estão sendo planejados. Os planos atualmente em desenvolvimento pelo Centro de Transformação Urbana (Center for Urban Transformation - CUT) incluem a criação de vários mercados de produtores ou pequenas mercearias, a criação de pelo menos um grande mercado de produtores e um mercado convencional.

Visita guiada à fazenda urbana do projeto Growing Home. Foto: René van Veenhuizen

Um outro projeto proposto inclui o desenvolvimento de uma cozinha comunitária para reunir os empreendedores locais interessados em começar ou ampliar negócios como serviços de entrega de refeições. A cozinha também inclui uma padaria que irá operar com vendas de produtos de panificação no atacado e no varejo. Essas empresas irão associar suas marcas à proposta de alimentação natural e orgânica.

O distrito de agricultura urbana irá incluir projetos comerciais de grande e de pequena escalas, criando uma mistura vibrante de empreendimentos que irá resolver os problemas de acesso a alimentos e de segurança alimentar nas comunidades mais carentes.

Talvez o aspecto mais importante dos programas sendo implementados pelo GH e seus parceiros não havia sido previsto: o GH e todos os seus parceiros no desenvolvimento do distrito de agricultura urbana estão bem posicionados para fornecer assistência técnica às comunidades que desejem replicar várias características dos projetos em andamento.

Para esse fim, manuais de instruções para o desenvolvimento de estufas, abrigos e paióis serão preparados em conjunto com pesquisadores e instituições acadêmicas.

O desenvolvimento da teoria e da prática de uma economia agrícola urbana irá ajudar a tornar a agricultura urbana um meio viável para produzir, distribuir e vender uma significativa porcentagem dos alimentos demandados pelas comunidades, agora e no futuro.

Ninguém conhece o potencial produtivo e o rendimento por área, nem o número de empregos que podem ser criados por meio do desenvolvimento de um sistema sofisticado de agricultura urbana que inclua, de modo justo, a diversidade de interesses de proprietários das áreas, das organizações sem fins lucrativos, das empresas socialmente responsáveis, e das instituições financeiras.

É sabido que a agricultura urbana cria postos de trabalho que geram renda suficiente para os produtores se manterem e criarem suas famílias.

Os benefícios para a saúde pública de um sistema agrícola urbano de grande escala e bem espalhado têm sido previstos por muitos de nós envolvidos com o desenvolvimento das novas gerações da agricultura urbana. Isso é importante por causa das perdas de empregos nos setores industrial e de transformação para outros concorrentes, de outros países, no âmbito da globalização.

Por fim, a importância de reduzir os problemas ambientais relacionados com o transporte de alimentos por longas distâncias não deve ser negligenciada, particularmente quando o problema do aquecimento global exige ser confrontado e resolvido.

Sumário

Embora o Growing Home tenha começado como um humilde programa de treinamento para promover a empregabilidade e o empreendedorismo social, hoje encontra-se, juntamente com seus parceiros, em posição de tornar-se um catalisador para uma revolução na agricultura por meio da criação de vários programas e projetos relacionados com os vários aspectos da agricultura urbana (múltiplas funções) e empresas relacionadas.

O potencial da agricultura urbana é grande, e a oportunidade de moldar as novas gerações de sistemas de agricultura urbana não pode ser desperdiçada.



Organizações como o Growing Home, o Center for Urban Transformation, o Angelic Organic Learning Center e outros, não apenas nos EUA mas em muitos outros lugares, devem reconhecer esse potencial e se transformar em entidades decisivas para o desenvolvimento das novas comunidades urbanas.

Chicago está na vanguarda dessa revolução agrícola. Organizações sem fins lucrativos e produtores urbanos individuais têm, juntos, iniciado uma rede para promover a agricultura urbana chamada Advocates for Urban Agriculture.

Essa rede trabalha de perto com a prefeitura da cidade de Chicago, e recebeu uma manifestação de apoio do Prefeito Daley e de vereadores locais, que se comprometeram em não deixar faltar apoio municipal para os seus esforços.

Como foi demonstrado em comunidades como Englewood, a agricultura urbana é uma prática que pode proporcionar áreas verdes, novas oportunidades de desenvolvimento econômico e comunitário e opções de re-desenvolvimento para comunidades urbanas em processo de decadência. Isso é especialmente verdadeiro em Chicago, uma cidade que tem cerca de 75.000 áreas vazias, muitas casas com telhados retos, e prédios comerciais abandonados ou sub-utilizados.

Muitos dos lotes vazios estão em comunidades ligadas a minorias mais carentes, e oferecem uma chance de desenvolvimento econômico inclusivo integrado com a agricultura urbana.

Embora seja estimulante pensar nas novas oportunidades trazidas por organizações e programas como o Growing Home, sua missão original não pode ser esquecida. O esforço por oferecer oportunidades que criem uma nova geração de pessoas preparadas para trabalhar, produzir e criar novos empreendimentos deve continuar por meio do planejamento de novos e melhores programas de treinamento.

O Growing Home e seus parceiros são a ponte para uma nova era de vida urbana e devem manter-se dedicados a ajudar as pessoas a alcançarem o mais alto nível de seu potencial humano.

A efetividade da agricultura urbana como estratégia de sobrevivência entre os produtores urbanos no Zimbábue

Chipo Hungwe - blessedhungwe@yahoo.com

Human Resource Management Department,

Midlands State University, Gweru

A Declaração de Nyanga, assinada pelas autoridades municipais em 2002, representou um ponto de mutação no Zimbábue, na medida em que o reconhecimento oficial da agricultura urbana anunciou uma mudança na atitude das prefeituras. A agricultura urbana tem um grande potencial para melhorar a segurança alimentar e a sobrevivência das famílias, mas, na medida em que as iniciativas municipais apenas a acomodam oficialmente sem fornecer o apoio apropriado, incluindo o remanejamento de recursos, a atividade continuará a enfrentar muitos desafios.

Mais do que servir como uma estratégia para a inclusão social e redução da pobreza, a favor dos grupos vulneráveis e em desvantagem, ela pode tornar-se justamente uma nova forma de exclusão desses mesmos grupos. Essa discussão está baseada em pesquisas realizadas em Gweru entre setembro de 2003 e novembro de 2004 por meio de entrevistas, questionários, observações, estudos de caso e histórias de vida.

Por que os moradores de Gweru praticam a agricultura urbana

As razões para o envolvimento com a agricultura urbana são influenciadas pela situação econômica de cada praticante. Os pobres dedicam-se à agricultura urbana para assegurar às suas famílias três refeições por dia com uma maior variedade de alimentos frescos, baratos e nutritivos. Aqueles que têm situação econômica um pouco melhor dedicam-se à atividade como um hobby ou por seu valor cultural. Os dados reunidos no estudo acima mencionado revelaram que a maioria (65%) dos agricultores de Gweru dedica-se à agricultura por que lhes garante a subsistência de suas famílias. Os restantes 35% ou cultivam para vender os produtos ou por motivos culturais. As razões para praticar a agricultura urbana também estão relacionadas com os tipos de cultivos e as áreas disponíveis. Por exemplo, flores são cultivadas para serem vendidas, e quando o milho é cultivado em áreas maiores do que 2,5 hectares, o excedente também é vendido.

A expansão da pobreza (quase 90% da população vive abaixo da linha de pobreza) estimulou o interesse pela agricultura. Esse fato reforça a impressão de que a agricultura urbana continuará a se expandir por causa do desemprego, dos baixos salários, da chegada de imigrantes, do aumento populacional, das mulheres desempregadas e da demanda crescente por alimentos mais abundantes e de boa qualidade (Mougeot, 1994). As dificuldades econômicas tornaram os alimentos produzidos a partir do milho inacessíveis para a maioria das famílias, que recorrem então ao plantio do cereal para garantir a “meali” e o “sadza”, e outros tipos de pães e mingaus que são a principal fonte de carboidratos para a maior parte da população do Zimbábue.

Para assegurar a segurança alimentar doméstica, e uma dieta balanceada, os produtores urbanos também cultivam vários tipos de nozes, frutas e amendoins, além de abóbora, feijão, páprica, sorgo, “rapoko”, melão, batata-doce, cebola e outras hortaliças.

Com a expansão da AIDS, mais e mais pessoas estão se voltando para a agricultura urbana como uma alternativa capaz de proporcionar uma melhoria em suas condições de vida. Os avós responsáveis pela criação dos netos encontram na agricultura urbana a estratégia mais acessível para assegurar sua sobrevivência.

O estudo revela que enquanto os homens têm uma diversidade de motivos para se dedicarem à agricultura – e muitos deles o fazem para aumentar a variedade dos alimentos consumidos – as mulheres cultivam principalmente para garantir a subsistência básica, em risco por causa das dificuldades econômicas. Para a maioria das mulheres, cultivar não é apenas uma fonte complementar de subsistência, mas a sua principal ocupação, enquanto que para a maioria dos homens ela não é sua principal fonte de renda.

Impacto positivo

A insegurança doméstica cresce com as quantias crescentes destinadas à compra de alimentos, consumindo considerável porcentagem do orçamento familiar; e quanto menos alternativas para comprar alimentos tiver uma família, mais grave será a sua insegurança (Mougeot, 1994). A alta taxa de inflação que caracterizou a economia do Zimbábue nos últimos dez anos significou que uma parcela crescente do orçamento doméstico passou a ser consumida na compra de comida, situação insuportável para muitas famílias.

A agricultura urbana tem, portanto, ajudado a aumentar a segurança alimentar em muitas moradias. Quase 10% dos pesquisados afirmaram que graças à agricultura urbana eles podiam garantir três refeições por dia a seus familiares, padrão impossível de manter antes por causa das limitações econômicas. Apenas os agricultores urbanos dedicados ao cultivo de flores e de forragem para animais não percebem maiores mudanças em suas dietas.

Outros moradores não conseguem produzir bastantes alimentos para melhorar as suas dietas por não disporem de área minimamente suficiente.

Estratégia efetiva de sobrevivência

Quase 70% dos entrevistados responderam que a agricultura urbana é importante para eles por que assim podem consumir com suas famílias o que produzem.

Eles também destacaram que seus cultivos lhes fornecem uma variedade de alimentos frescos e baratos. Quase a mesma porcentagem produz menos de 6 sacas (de 50kg) de milho por ano. Cerca de 18% deles produzem de 7 a 15 sacas, enquanto que o resto não informou sua produção.

Alguns deles criam galinhas e porcos para vender e cultivam plantas usadas na alimentação desses animais. O resultado é sempre a melhoria na segurança alimentar, com o dinheiro da venda sendo usado para comprar outros produtos ou poupado.

Pode-se dizer que a agricultura urbana tem sido efetiva ao assegurar a sobrevivência de muitas famílias, embora isso dependa dos recursos ao alcance dos diferentes praticantes.

Desafios enfrentados pelos agricultores urbanos

A agricultura urbana ainda não está incluída no Plano Diretor de Gweru. Porém a cidade tem ajudado identificando áreas que podem ser alocadas temporariamente para a agricultura. Com a ajuda de seus engenheiros, assessores, Secretarias de Habitação, de Bem Estar Social e do Departamento de Polícia, a prefeitura disponibiliza anualmente vários terrenos não utilizados, ou não urgentemente necessários para outros fins, para os moradores que os solicitaram previamente.

Essas áreas são entregues em usufruto que se extingue quando a municipalidade precisa delas para finalidades de moradia, implantação de indústrias etc. Cada terreno pode ser entregue a pessoas diferentes a cada época de plantio.

As áreas disponibilizadas, chamadas de “Zvimunda zvedollar”, têm normalmente 70x70 metros. O valor pago por ano varia de US\$ 150 a US\$ 280. Embora quase todas as pessoas possam pagar essa taxa, os mais pobres, muitas vezes também os mais velhos, têm menos chance de ter acesso à terra do que os pretendentes mais jovens e relativamente mais ricos (e portanto menos necessitados dela). Essa situação potencialmente injusta é agravada pela corrupção e pelo pagamento de propinas aos agentes governamentais.

O estudo mostrou que, para ser considerado apto a receber um pedaço de terra, o pretendente precisa mostrar pertencer ao partido ZANU, no poder, e freqüentar as reuniões locais. Mesmo nas raras ocasiões em que o governo se dispõe a distribuir sementes, os agricultores devem se registrar com o conselheiro local – que é sempre um membro fiel do partido no poder. Isso significa que pessoas com outras orientações políticas não conseguem obter terra para plantar, ou são obrigadas a entrar para o ZANU, e desenvolver a hipocrisia de fingir que apóiam o partido que detestam.

Outro problema enfrentado pelos agricultores em Gweru é o roubo. Metade dos entrevistados reclamou de roubo de produtos em seus terrenos. Eles disseram que não adianta informar os roubos à polícia, por que a polícia alega “não atuar em áreas agrícolas”. Oficialmente não existe lei que proteja os cultivos urbanos. Os agricultores por isso devem lidar com o problema diretamente, usando seus próprios métodos, alguns deles fatais. Em um incidente, relatado por um pesquisado, uma mulher foi morta por um agricultor depois de ser pega roubando milho. Setenta por cento dos entrevistados não fazem nada para evitar os roubos, enquanto que 4% relataram que usam “outros” métodos para reduzir as perdas. Esses métodos podem incluir o “juju” (magia tradicional) ou espantalhos para afugentar ladrões, pássaros, burros e porcos selvagens. Uma mulher contou que, para enganar os ladrões, ela colhe o milho do centro para a periferia do milharal, rapidamente, de modo que outras pessoas não percebem quando ela começa a colher o milho maduro.

Outro desafio enfrentado pelos agricultores é a inacessibilidade dos insumos agrícolas. Os pobres que têm a sorte de conseguir a terra muitas vezes não têm dinheiro para comprar sementes tratadas e recorrem a sementes recicladas e sem tratamento, reduzindo dramaticamente sua colheita. Esse fato combinado com a ausência de fertilizantes e de estrume significa que os produtores urbanos nunca conseguem os melhores resultados possíveis.

A agricultura urbana também se caracteriza pela competição pela terra, que determina quem consegue os terrenos mais perto de suas casas, os maiores e os melhores. Por causa da competição, os agricultores mais prejudicados são os que terão que fazer viagens mais longas até o local de plantio (até 8 km ou mesmo mais). Esses deslocamentos são tão duros que os mais velhos, supostamente os beneficiários prioritários, acabam desistindo de suas áreas. A maioria dos produtores que cultivam longe de suas casas é formada por pessoas mais velhas do que as que cultivam em seus próprios quintais. Essas pessoas mais velhas também costumam trabalhar sozinhas, tornando os trabalhos de limpar o terreno, arar, semear, capinar e colher ainda mais difíceis. Essa dificuldade pode ser às vezes aliviada pelo trabalho em grupo, mutirões e cooperativas.

Facilitando a agricultura urbana

A agricultura urbana é uma atividade viável que deve ser promovida por meio da proteção das áreas agrícolas e dos cultivos dos produtores urbanos. Atualmente a agricultura urbana está beneficiando pessoas relativamente mais ricas, enquanto que os mais pobres sofrem roubos e falta de recursos. Portanto é preciso formular políticas que aumentem, diretamente, as oportunidades para os mais pobres poderem cultivar alimentos.

As leis, normas e regulamentações relacionadas com a agricultura urbana precisam ser mais apoiadoras (por exemplo, oferecendo apoio na forma de máquinas, de sementes e de acordos fundiários que criem alguma segurança de permanência por prazo pré-determinado), mais do que restritivas e controladoras no mau sentido, como acontece atualmente.

Os estudo mostra que cada vez mais agricultores querem mais terra para desenvolver as suas atividades. Alguns deles (31 de um total de 146) também afirmaram que o governo poderia fornecer sementes, tratores e adubos a preços subsidiados para apoiar os produtores urbanos. Treze produtores afirmaram que gostariam de receber serviço de extensão agrícola que lhe orientasse no uso mais sustentável de suas terras, e outros sete produtores mencionaram o acesso à água (irrigação). É interessante notar o pequeno número de agricultores (oito) que mencionaram que querem acesso a terras do governo existentes na área rural.

Isso revela a relutância dos moradores urbanos em voltar a viver em áreas distantes e a trabalhar na agricultura em tempo integral. Também um pequeno número (5 agricultores) recomendou mais apoio na comercialização, que é dificultada pelos poucos excedentes produzidos e as pequenas quantidades disponíveis.

Bulamayo

Desde a introdução do projeto CFF/RUAF na cidade, em 2005, o Conselho Municipal de Bulawayo vem implementando uma série de atividades ligadas à agricultura urbana.

A cidade de Bulawayo tem desenvolvido diretrizes sobre agricultura urbana desde 2000, mas elas nunca haviam sido realmente implementadas.

Desde 2005, essas diretrizes têm sido usadas para alocar áreas para hortas e outros projetos de agricultura urbana na cidade. Também desde essa época o Conselho reviu suas políticas ligadas à agricultura urbana para enxugá-las e torná-las capazes de lidar com as necessidades reais e atuais dos produtores e das comunidades.

Entre as atividades que têm sido apoiadas, podemos citar:

- Um fórum multi-atorial de Agricultura Urbana foi criado para orientar o desenvolvimento da agenda municipal para essa atividade.
- Uma equipe de peritos foi criada para identificar os projetos-pilotos. Por exemplo, a Plantação de Gum foi identificada como o local piloto ideal para experimentar as práticas de reuso de águas servidas.
- Várias áreas apropriadas para plantio foram identificadas na periferia da cidade. As terras estão sendo divididas em áreas de 200 m² para serem usadas pelas pessoas interessadas. Outras áreas livres dentro da cidade também foram demarcadas e estão sendo usadas para fins agrícolas.
- Mais de 30 poços foram recuperados e a terra ao redor deles está sendo usada para agricultura urbana.
- Uma agenda estratégica da cidade para a agricultura urbana está sendo finalizada e irá guiar o desenvolvimento da atividade.
- Várias atividades de treinamento têm sido conduzidas para os produtores e outros atores interessados na atividade, visando facilitar a implementação de projetos de agricultura urbana.

Atualmente a municipalidade mantém 12 hortas distribuídas pelas áreas mais pobres da cidade.

Essas hortas foram divididas em parcelas entregues a pessoas mais velhas, a viúvas, e a outras pessoas em situação mais vulnerável na comunidade, de modo a poderem produzir alimentos, gerar alguma renda e se sentirem mais integrados à sociedade.

A prefeitura também fornece aos produtores, gratuitamente, águas servidas tratadas e serviços de extensão agrícola.

Conclusão

A agricultura urbana já está melhorando a segurança alimentar de famílias em todas as classes sociais. Ela tem, portanto, um grande potencial para sustentar meios de vida se os agricultores dispuserem de suficientes recursos e de um marco legal adequado (ver destaque sobre Bulawayo na página 42).

A agricultura urbana não é exclusivamente uma estratégia de emergência e temporária, mas deve ser uma medida permanente para garantir a segurança alimentar.

A compreensão desse fato irá promover um apoio mais sério e verdadeiro à agricultura urbana e à sua função no alívio da pobreza urbana.

Referências

- Gefu, J. O. 1992. Part time farming as an urban survival strategy: A Nigerian case study. In: Baker, J. & Pedersen, P.O. (eds.) *The Urban - Rural Interface in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet
- Mlozi, M.R.S. et al. 1992. Urban agriculture as a survival strategy in Tanzania. In: Baker, J. & Pedersen, P.O. (eds.) *The Urban - Rural Interface in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet
- Mougeot, L.J.A. 1994. Leading Urban Agriculture into the 21st Century: Renewed Institutional Interest. In: Egziabher et al. A.G. (ed.) *Cities Feeding People*, Chapter 6. Ottawa: IDRC (<http://web.idrc.ca/en/ev-42938-201-1-DO>)
- Nyanga Declaration on Urban and Peri-urban Agriculture in Zimbabwe 2002. Published by City farmer, Canada's office of urban agriculture (cityfarm@interchange.ubc.ca)
- Interviews with Senga (Gweru) councillor in 2004
- Interviews with Gweru municipal administrator
- Gweru Master Plan (1994)

Experiências de Agricultura Urbana na perspectiva da responsabilidade social

Departamento de Comunicação e Relações Públicas
da Associação Atocongo Lima, Peru

A Associação Atocongo é uma organização que surgiu do programa de responsabilidade social corporativa da empresa Cimentos Lima SA. Ela está comprometida a desenvolver programas e projetos de capacitação e desenvolvimento humano que ajudem a criar novas oportunidades para grupos urbanos marginalizados que buscam melhorar sua qualidade de vida. Uma estratégia usada pela associação para alcançar seus objetivos é a agricultura urbana.

A Associação é apoiada neste esforço pelo Programa de Pequenos Recursos do PNUD e pela ONG Global Environmental Facility (GEF). Dentro do marco dessa aliança, o programa “Iniciativas inovadoras e participativas para conservar o meio ambiente” está sendo implementado, gerenciando um Fundo de Recursos voltado exclusivamente para as organizações de base comunitária localizadas na região sul da área metropolitana de Lima. Até essa data, três chamadas para apresentação de projetos foram realizadas, e 19 deles foram selecionados, sendo que metade deles tem relação com a agricultura urbana, especificamente nos distritos de Vila Maria del Triunfo e Vila El Salvador. A Associação Atocongo e o Programa de Pequenos Recursos apóiam os projetos de duas maneiras: (1) fornecendo assessoramento e assistência com relação a aspectos técnicos e práticos do cultivo de alimentos, plantas medicinais e aromáticas, como requisitado pelo próprio projeto; e (2) apoiando nas tarefas administrativas e gerenciais do projeto.

Os atores envolvidos no projeto

Muitos desses projetos estão diretamente ligados à segurança alimentar e são conduzidos por organizações de mulheres, como os clubes de mães, as cozinhas e centros comunitários etc. reunindo mulheres que conhecem a pobreza de perto e não têm outro emprego que lhes permita manter suas famílias com dignidade. Na maioria dos casos, são as mulheres que assumem a liderança na busca de melhores condições de vida que irão tornar possível superar a exclusão social que atualmente enfrentam. Desse modo, muitas mulheres não apenas assumem um papel central em seus lares mas também agem como presidentes ou coordenadoras (escolhidas pelas demais participantes de suas organizações em assembléias gerais).

Impactos da responsabilidade social corporativa

Os projetos de agricultura urbana que surgiram do programa de responsabilidade social corporativa tiveram diversos impactos, tanto no nível das mulheres envolvidas como no das comunidades onde elas vivem.

A água é um recurso escasso nas hortas comunitárias de Lima. Foto: Hans Peter Reinders



A maior parte das organizações acredita que essa atividade é um meio para melhorar a sua capacidade para preparar e oferecer alimento aos moradores mais vulneráveis por meio das cozinhas comunitárias. Por outro lado, um espaço para diálogo e aprendizado se torna disponível, e novos compromissos coletivos são forjados para manter a atividade, que é depois replicada nas moradias e transformam as “bio-hortas” em um meio para gerar renda familiar, além de estimular as realizações das mulheres como micro-empendedoras.

Esse impacto multifacetado é evidenciado no testemunho de Honorata Huaman (53 anos), uma dona de casa e liderança local muito preocupada em melhorar a qualidade de vida de sua comunidade:

“conseguir um projeto como este foi uma grande realização para a comunidade. Ele levou a melhoramentos em várias áreas, especialmente em termos de nutrição. Estamos prosseguindo com o processo de aprendizado de modo que possamos vender os produtos que cultivamos e gerar renda que permitirá atender as nossas necessidades básicas, como pagar as contas de água e luz.”

Impactos nas mulheres

Por meio da participação nos projetos, as mulheres aumentaram as suas habilidades. Elas agora escrevem relatórios, exercem liderança positiva e usam a Internet como um meio para consultas e troca de informações, o que as capacita a aprenderem sobre soluções inovadoras que podem ser adaptadas para sua própria situação local. Elas fortaleceram sua capacidade de programar, organizar e facilitar seminários e oficinas, e assim conduzir os processos internos de suas organizações. Além disso, a maior parte dos projetos tem levado as mulheres a aprenderem a planejar, assumir compromissos e dirigir-se periodicamente aos demais participantes para informar sobre os progressos realizados, estabelecendo uma relação mais dinâmica caracterizada pela integração e solidariedade. Essas habilidades recentes lhes permitiram melhorar em muito o seu trabalho comunitário.

As mulheres agora reconhecem os problemas que às vezes surgem, e que o seu desempenho muitas vezes é criticado pelas parceiras, mas percebem que esses obstáculos têm servido para fortalecê-las, que estão constantemente recebendo o reconhecimento por seus esforços e por seu desejo de ajudar suas comunidades a progredirem. Suas famílias as apóiam, e sabem que a sua nova atitude significa que elas não estarão mais o tempo todo em casa, mas que, ao saírem de casa e até da comunidade, elas estarão abrindo novos espaços que lhes oferecerão, a todos, valiosas experiências. A participação progressivamente crescente dos homens (geralmente os maridos) é um sinal claro do maior apoio prestado pelas famílias, com eles ajudando em tarefas mais pesadas como capinar e preparar o solo, e se envolvendo em outras atividades propostas pelos projetos.

Impactos em suas organizações e comunidades

O desenvolvimento das capacidades das mulheres refletiu-se claramente em suas organizações. Por meio da aplicação dessas habilidades recentemente adquiridas, as mulheres conseguiram despertar mais responsabilidade e compromisso de parte das demais integrantes de suas organizações, que agora participam mais ativamente nas várias atividades que são implementadas. Além disso, suas organizações também se fortaleceram na medida em que assumem novas responsabilidades, por meio da criação de comissões para compra de insumos e venda de produtos etc., com atenção especial para as bio-hortas e as atividades de treinamento, entre outras. A capacidade para tomada de decisões também foi aprimorada, juntamente com as habilidades para conduzir negociações, fortalecendo o funcionamento interno democrático de suas organizações.

O funcionamento melhorado das organizações não se limita aos avanços internos, mas também se reflete nos resultados que elas alcançam ao construir alianças externamente. Os membros das organizações estão sendo apresentados a outras instituições e outros profissionais, e, como uma organização, eles buscam ativamente contatos com outras pessoas com as mesmas preocupações e interesses, por meio de atividades voltadas para o público como campanhas de conscientização, concursos de desenhos etc.

Algumas alianças já viabilizaram, por exemplo, a participação das organizações e seus membros em mercados locais de produtores, onde eles agora podem vender os seus produtos.

Também os membros dessas organizações atualmente vêem o conhecimento como uma ferramenta que os torna mais fortes, e que pode ser transmitida a suas comunidades. Por exemplo, o conhecimento prático é trocado por meio de estágios e sistematização das experiências. Deste modo, qualquer pessoa pode aprender com as experiências das outras. Os impactos alcançados não se limitam à esfera social das comunidades, mas se estenderam a seu meio ambiente na medida em que as organizações estão ajudando a reduzir a poluição por meio da agricultura orgânica; costumes e práticas tradicionais locais estão sendo reavaliados; espécies nativas em perigo de extinção estão sendo cultivadas; e o solo está sendo preservado pela aplicação de adubos orgânicos.

Conclusão

A história da Associação Atocongo mostra que a responsabilidade social corporativa pode ser um veículo importante e bem-sucedido para edificação comunitária por meio da agricultura urbana, e que empoderar grupos sociais em desvantagem, como as mulheres, pode iniciar processos sociais, econômicos e ambientais bastante significativos para as comunidades.

Cultivando sob linhas de alta tensão

Luis Pérez Egaña

Uma boa idéia, um grande desafio

A Rede Energética do Peru (REP), uma companhia de propriedade do Grupo ISA Colômbia, opera e fornece manutenção para a rede nacional de transmissão de energia, por meio de uma concessão garantida pelo governo peruano. A REP, como parte de seu programa de relações públicas, mantém comunicação constante com os membros da comunidade que são influenciados diretamente por suas atividades. Três anos atrás, como resultado deste diálogo, surgiu a idéia de converter os campos arenosos de Vila Maria del Triunfo (localizada na periferia sul de Lima) em hortas de agricultura urbana. Para isso, a REP reuniu três instituições: a prefeitura de Vila Maria del Triunfo, a ONG IPES e os moradores locais, que juntos com a companhia alcançaram sinergias significativas. Hoje, Vila Maria del Triunfo tem três hortas comerciais que geram renda para os seus beneficiários diretos.

Transformar este projeto ambicioso em realidade não foi uma tarefa fácil. A geografia de Vila Maria del Triunfo é irregular, com montanhas arenosas, muitas rochas e um clima com pouca chuva. Em um terreno como esse, implementar o projeto foi um grande desafio, pois de certo modo significava cultivar no deserto.

Esforços unidos

A equipe do Departamento de Parques e Jardins da prefeitura de Vila Maria del Triunfo encarregou-se de identificar as pessoas interessadas nas comunidades, de modo a treiná-las em questões diretamente relacionadas com a agricultura urbana. Com 95% dos participantes sendo mulheres, elas realmente se destacaram, ainda mais por assumirem a responsabilidade pelo projeto desde o início. Os engenheiros do IPES cuidaram de selecionar os locais de plantio, que precisavam ser preparados para a atividade, já que eram quase sempre aterros ou cortes, ou terras pobres nunca antes cultivadas. Usando a mão de obra doada pela população e tratores fornecidos pela prefeitura, o terreno foi nivelado ou terraceado quando necessário.

Em uma das hortas (chamada de Machu Picchu por causa de sua forma), as rochas transportadas para a área para servir como arrimo para os terraços precisaram ser cortadas com picaretas e marretas pelos próprios moradores.

No início do projeto, a prefeitura facilitou o suprimento de água, e durante sua implementação o IPES forneceu assistência profissional. A REP ficou encarregada de monitorar o projeto, além de oferecer o apoio necessário para enfrentar as dificuldades que aparecessem.

Atualmente a prefeitura organiza mercados de produtores onde os agricultores podem vender os seus produtos, ganhando assim cerca de 20% a mais por mês. Em termos econômicos, o projeto dá aos beneficiários maior autonomia com respeito a seus gastos domésticos, e em termos de nutrição as hortas fornecem hortaliças para as cozinhas comunitárias instaladas na área, garantindo nutrientes e enriquecendo as dietas de centenas de beneficiários indiretos.

As hortas Julian Cadavid, Machu Picchu e Indo-America são o resultado de esforços em conjunto entre os setores público e privado, a sociedade civil e a comunidade, que tornaram possível cultivar alimentos sob as linhas de alta tensão elétrica.

Olhando para o futuro

Atualmente uma área de treinamento está sendo implantada em um sítio de 4.000 m², graças aos esforços financeiros da REP e da Fundação RUAF. Luis Perez Egaña, um especialista em responsabilidade social que trabalha para a REP vê o futuro com grande entusiasmo e esperança, dizendo que “a visão de futuro deste projeto é que, quando terminar o prazo de vigência da concessão, toda a terra sob as linhas de alta tensão serão verdes, com pessoas trabalhando e gerando renda nela.”

Legislação, políticas e a prática da agricultura urbana em Nakuru, Quênia: um adendo

Dick Foeken - dfoeken@ascleiden.nl

African Studies Centre, Leiden, Holanda

A Revista de Agricultura Urbana no. 16 (outubro de 2006) trouxe um artigo de minha autoria intitulado “Legislação, políticas e a prática da agricultura urbana em Nakuru, Quênia: excesso de contradições”. Pouco depois recebi uma resposta do Conselho Municipal de Nakuru afirmando, por um lado, que o artigo continha “alguns bons materiais que podem ser considerados por nós, formuladores da política de agricultura urbana”, mas, por outro lado, que ele continha “algumas incompreensões sobre alguns fatos que precisam ser corrigidos”. Essa última parte referia-se a umas poucas coisas que escrevi sobre as normas de Nakuru que tratam, de um modo ou de outro, da agricultura urbana. De modo geral, a reação em si já é um sinal positivo de que os formuladores de políticas estão tomando contato sobre o que é publicado na Revista de Agricultura Urbana. É uma prova evidente de que a Revista está preenchendo seu principal objetivo, de servir como uma plataforma para permitir discussões.

Embora a reação do Conselho Municipal mostre na verdade que a legislação local pode ser confusa para os cidadãos (inclusive muitos agricultores urbanos), naturalmente eu lamento que algumas das minhas afirmações com relação a essas normas não estejam totalmente corretas (não mais). Isso ocorreu primeiramente por que eu precisei usar as minutas provisórias das Normas de Gestão Ambiental 2006 e das Normas de Agricultura Urbana 2006, e, em segundo lugar, por que o período entre encaminhar o artigo para a Revista e a data efetiva de sua publicação foi bem longo.



Com um empréstimo da ECLOF, o dono dessa loja pôde expandir seu açougue. Foto: Dick Foeken

Para corrigir as inconsistências com as Normas efetivamente promulgadas, as seguintes correções devem ser feitas em meu artigo:

- As Normas de Saúde Pública, de 1994, foram recentemente revistas e não foram substituídas pelas Normas de Gestão Ambiental de 2006. Na verdade, os dois conjuntos de normas contêm instruções complementares e ambos continuam em vigor.
- As Normas de Gestão Ambiental de 2006 abordam o “Embelezamento e Reverdecimento” na Parte XV (Normas 165 a 176) e nenhuma dessas normas proíbe qualquer forma de agricultura urbana. Na verdade, tudo que é exigido pela Norma 172(i) é uma permissão municipal como uma medida reguladora. O Conselho tem a capacidade adequada para processar a emissão de tais permissões.
- Além disso, a Norma 177(i) apenas exige, de qualquer criador de animais, que obtenha, do Conselho, uma permissão, e não proíbe toda e qualquer criação de animais.

- A Norma de Agricultura Urbana 33, proposta, controla a altura máxima das plantas apenas nas áreas residenciais, e não em todas as áreas abertas etc.
- Como acontece com outros documentos legais, as Normas ora propostas para a agricultura urbana irão revogar outras disposições municipais anteriores que tratem de agricultura urbana.

Essas correções na verdade fortalecem a conclusão geral de meu texto publicado na edição 16 da Revista de Agricultura Urbana, que foi formulada nos seguintes termos: “Nakuru está na frente de muitas cidades e centros urbanos na África sub-sahariana, onde a agricultura não é aceita (ainda) como um tipo de uso do solo urbano, e onde o ‘laissez-faire’ ainda é a regra dominante.”

Agricultura urbana e periurbana na cidade de Curitiba: Da preocupação Urbanística e a qualidade de vida para a segurança alimentar e o direito ao alimento saudável

Daniel Rubens Cenci - danielr@unju.edu.br

O seu surgimento: um pouco de história

O tema da agricultura urbana na cidade de Curitiba, não é um tema novo, entretanto, a denominação “agricultura urbana” é relativamente recente. Trata-se de um tema amplamente reconhecido e nas suas origens, intrinsecamente ligado ao tema do urbanismo. Curitiba é uma cidade referência mundial em planejamento e gestão urbana, pelo seu reconhecido trabalho de organização do espaço urbano.

A maioria dos estudos sobre Curitiba revela um esforço continuado das administrações municipais, independentemente dos grupos políticos que se sucederam em nível local, buscando implementar um desenvolvimento integrado e organizar o crescimento urbano, que se acelerou de maneira extremamente acentuada nas três últimas décadas do século XX.

Esse esforço de planejamento, uma característica marcante da cidade iniciada com seu primeiro plano de urbanismo, nos anos 1940 – reconhecido como Plano Agache – aplicado até 1958 –, lhe dá um desenho urbano coerente e um equilíbrio na dinâmica de funcionamento. A partir da década de 1960, os prefeitos locais passam a se preocupar com o planejamento global e integrado da cidade, tentando imprimir em seu traçado uma visão de futuro.

Os anos 1970, entretanto, vieram com uma explosão de crescimento urbano e demográfico, que começou a romper os limites espaciais, desequilibrando o ambiente e a paisagem da cidade, refletindo-se na qualidade de vida da população. O Plano de Urbanismo de 1965, transformado em Plano Diretor em 1966, começou a ser aplicado em 1971, em pleno processo de densificação urbana.

Com ele, estimula-se a expansão de zonas residenciais e comerciais e criam-se ruas de pedestres com equipamentos urbanos atraentes e estacionamentos pagos, para desestimular o uso de carros.

O que se observa é que a conjugação de uma tradição de planejamento urbano, sem quebras de continuidade decorrentes de mudanças políticas, e o fazer técnico baseado em estudos científicos na gestão urbana, permitem a criação da imagem de cidade-modelo para Curitiba, da qual seus habitantes se orgulham e fazem questão de preservar.

Todavia, por um lado louvada como modelo de planejamento urbano, Curitiba exhibe no seu entorno, problemas semelhantes às grandes cidades do Brasil e do mundo.

Seguindo a tradição da cidade de zelar pelo planejamento, a capital do Paraná, exhibe entre as políticas públicas, aspectos peculiares, de uma cidade que planeja as ações que desenvolve. Não é diferente ao debruçar-se sobre os caminhos percorridos pelas políticas de produção, comercialização, distribuição e consumo de hortigranjeiros, em ações interligadas, articulando o que modernamente vem sendo tratado como Agricultura Urbana e Periurbana – AUP.

Inicialmente as políticas de produção e utilização de espaços urbanos vazios, próprios ou particulares, destinam-se a promover o abastecimento de alimentos, associado à educação alimentar, visando melhoria do padrão nutricional da população de Curitiba, especialmente aquela em risco social. É neste sentido que surgem inicialmente como ações pontuais e hoje com boa articulação, várias políticas municipais.

Como se articula a AUP em Curitiba

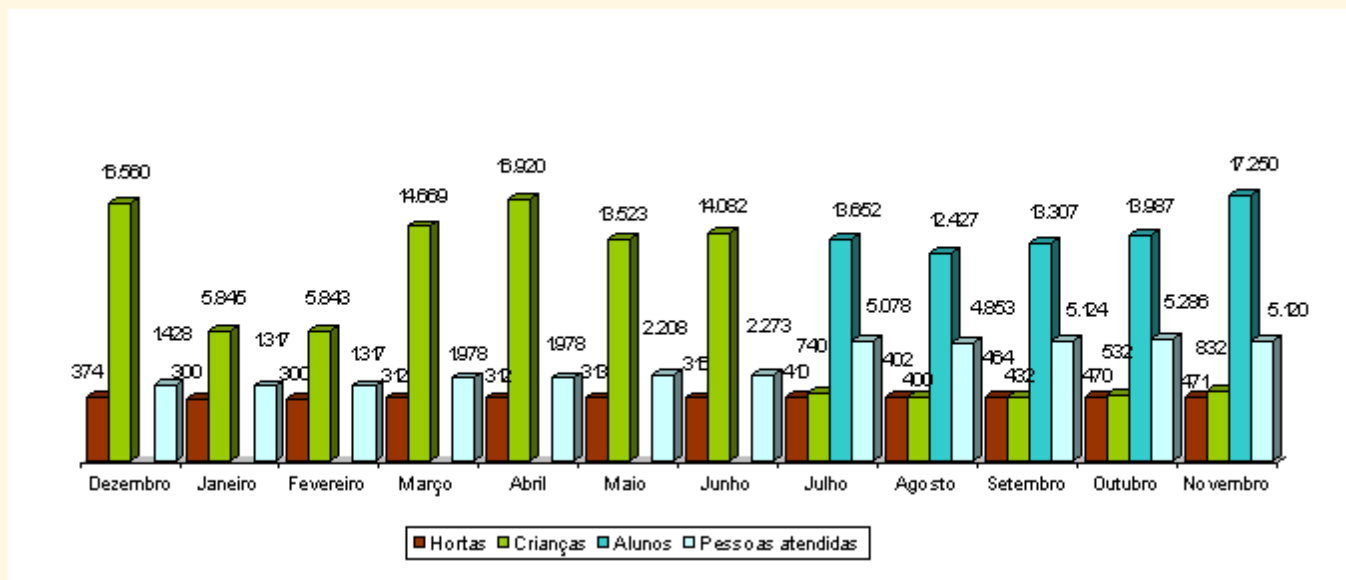
Por respeito a forma original do funcionamento da AUP em Curitiba nos dias de hoje, faremos a seguir um breve relato dos principais programas existentes, tentando transmitir ao nosso leitor as características precípuas e a dinâmica de funcionamento, bem como o sucesso das ações nos distintos campos de atuação, que representam na sua articulação, a totalidade da iniciativa.

Os programas Nosso Quintal e Lavoura, criados em 1989 são estruturados a partir de 1992. O Programa Nosso Quintal incentiva a agricultura urbana para autoconsumo, por meio da produção de hortaliças em quintais ou espaços de terrenos ociosos em residências, sob linha de alta tensão, escolas, creches, associações de moradores e entidades sociais do município, com objetivo de assegurar suplemento alimentar a crianças e familiares. O Programa aplica a agricultura convencional, porém sem o uso de agrotóxicos, e com técnicas que visam aumentar a produtividade nos pequenos espaços disponíveis.

A diversidade de público beneficiário é muito ampla. Em escolas e creches torna-se um instrumento didático; em asilos, grupos de terceira idade, instituições de tratamento de dependentes e hospitais, atua como ferramenta de terapia; junto a casas de formação religiosa, associações de moradores, exércitos e quartéis, reforça a para produção de alimentos; junto a instituições de acompanhamento de menores e outros, abre caminho para o ensino profissionalizante.

Técnicos agrícolas e agrônomos da SMAB acompanham as iniciativas, oferecendo treinamentos teóricos e práticos junto às instituições, além de visitas periódicas de acompanhamento para orientações técnicas, fornecimento de insumos (calcário, sementes, adubos minerais, mudas de hortaliças) e orientações de preservação do meio ambiente. O atendimento acontece por período que varia de 6 a 12 meses. Conforme se pode observar nos números, este programa fortalece o objetivo de autoconsumo a que se propõem.

Gráfico 1 - Dados quantitativos do Programa Nosso Quintal (dezembro/2003 a novembro/2004)



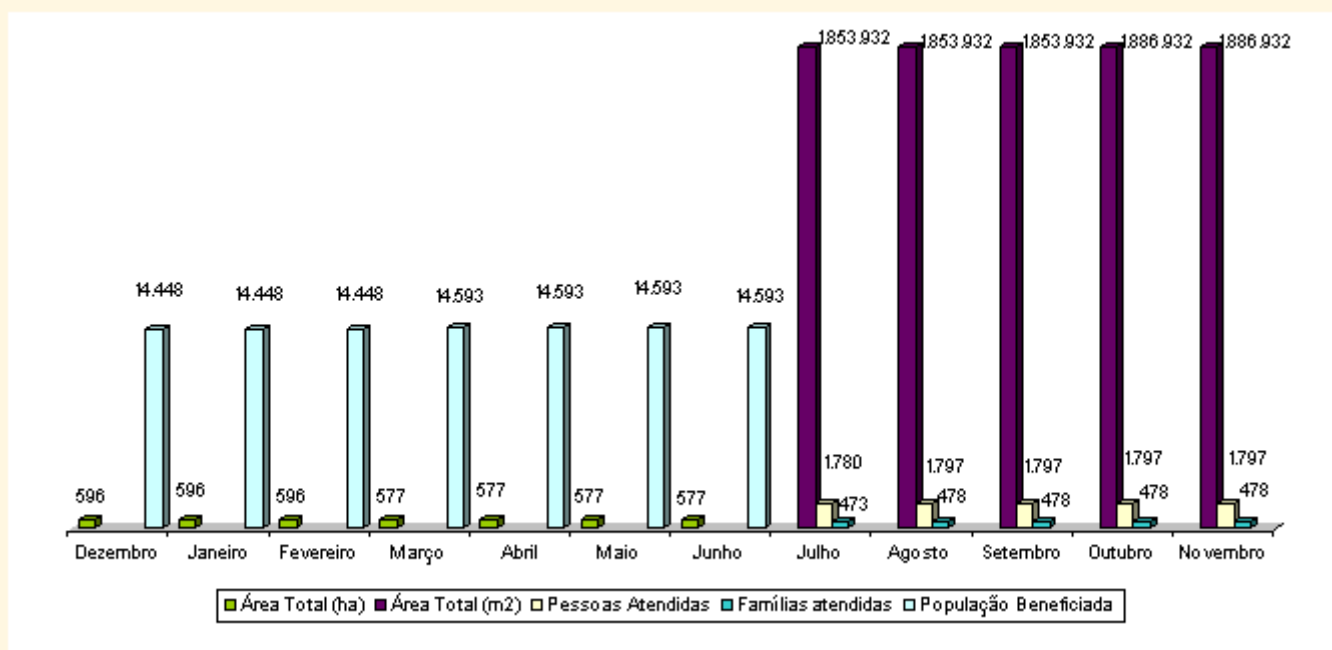
Praticamente complementando ações do programa nosso quintal, existe o programa Lavoura. Criado com a SMAB em 1986, nasceu com o objetivo de incentivar o cultivo em áreas ociosas e vazios urbanos em Curitiba, por comunidades organizadas, normalmente cultivando-as comunitariamente. A produção envolvia principalmente culturas anuais e hortaliças, tais como feijão, arroz, batata, milho, mandioca, abóbora, entre outros.

Na época de sua implantação, Curitiba ainda dispunha de muitas áreas (pertencentes a empresas, a particulares, a organismos governamentais e sob linha de alta tensão), o que permitiu que o programa logo ganhasse espaço e visibilidade, inclusive entre pequenos agricultores locais. Desta forma, a produção – além de ser consumida pelas famílias atendidas, passou a ser comercializada.

Aos poucos o Lavoura passou a sofrer ampla demanda por públicos com características específicas: entidades sociais com pequenos espaços para cultivo; famílias que queriam cultivar em quintais; escolas, com intenção na produção da merenda e atividades didáticas. Atualmente, apesar de Curitiba dispor de menos áreas para cultivo, a demanda por adesão ao programa é muito alta e seus objetivos permanecem os mesmos. O público também continua sendo constituído por famílias cultivando áreas comuns organizados em associações de moradores, pequenos agricultores do município, entidades sociais diversas com áreas superiores a 1.000 m², cedidas sob contrato de comodato, administrado pela Prefeitura Municipal, através da SEAB – Secretarias de Abastecimento.

A metodologia de atuação do programa passou recentemente - julho de 2004 - por reformulação, adotando-se àquela utilizada no programa Nosso Quintal, de forma a minimizar o grau de assistencialismo até então vigente.

Gráfico 02 - Dados quantitativos do Programa Lavoura (dezembro/2003 a novembro/2004)



Além de agrônomos, a estrutura do Lavoura contempla um conjunto de equipamentos, como dois tratores, diversos implementos agrícolas e dois micro-tratores, disponibilizados para preparo de solo. Calcário, adubos, sementes e mudas de hortaliças são insumos ofertados aos participantes dos programas.

Pelo preparo de solo, os agricultores reembolsam o fundo municipal pela “hora máquina” gasta com os equipamentos, na forma de produtos colhidos, que são repassados ao Programa Câmbio Verde. Iniciado em 1989, com a troca de lixo orgânico por vales-transporte, este programa se constitui em ações que envolvem dimensões educativas voltadas para a preservação do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e de combate à fome e à pobreza. Em junho de 1991, durante uma super-safra de repolho na Região Metropolitana de Curitiba, percebeu-se que a campanha educativa pela coleta seletiva do lixo, poderia incluir troca por alimentos com a inclusão do lixo reciclável na permuta.

O Programa consiste em política local de combate à fome, que abrange questões como o desperdício, a geração de renda, a preservação ecológica e o incentivo à organização de produtores. A compra institucional deriva da negociação com Associações de Produtores que organizam pequenos e médios produtores da Região Metropolitana. A Federação de Produtores do Paraná – FEPAR, recebe da SMAB o recurso para a compra dos alimentos, que por sua vez é reembolsado com recursos da SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Consequência direta da ação do Programa é a colocação no mercado dos excedentes de safra da Região Metropolitana de Curitiba, ao mesmo tempo em que auxilia na melhoria da qualidade da alimentação da população de baixa renda, além de contribuir para a limpeza da cidade e a preservação do meio ambiente.

A operacionalização do programa hoje acontece em duas modalidades:

- Modalidade Troca do Lixo Reciclável: consiste na troca do lixo reciclável por hortigranjeiros. Cada quatro quilos de lixo valem dois quilos de frutas e verduras. Em épocas especiais, a troca é realizada por material escolar, ovos de Páscoa, brinquedos e outros.
- Modalidade Compra do Lixo Orgânico: consiste na troca do lixo orgânico por sacolas de frutas e verduras, acrescidas de arroz e ovos. É organizado pelas associações de moradores que controlam a arrecadação do lixo em sacos próprios de 60 litros, depositados em caçambas, com recolhimento semanal. Cada 5 sacos de lixo (de 40 a 50 quilos, aproximadamente) é trocado por 10 quilos de alimentos.

A Associação de moradores cadastra os moradores interessados, controla a entrega do lixo e distribui os alimentos. A Associação de Moradores recebe em sua conta depósito em dinheiro equivalente a 10% do total de sacolas de lixo – tendo-se por base o cálculo de R\$ 0,53 por sacola, como contribuição para as despesas administrativas da entidade. A SMMA é responsável pela coordenação e acompanhamento desta modalidade, ficando a encargo da SMAB a aquisição dos alimentos.

Gráfico 03 - Quantitativos do Câmbio Verde Compra do Lixo (novembro/2003 a outubro/2004)

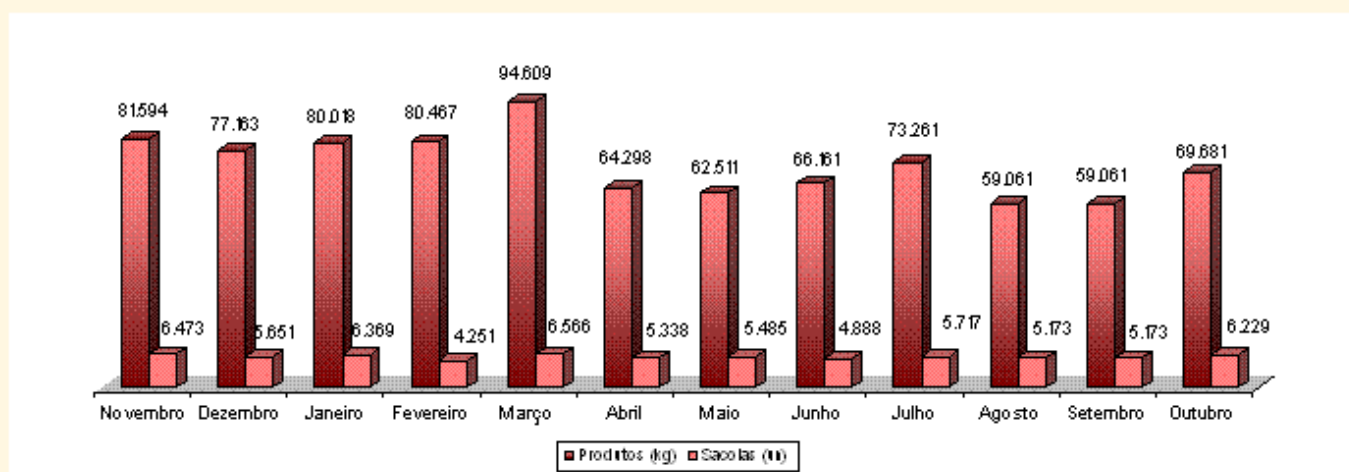
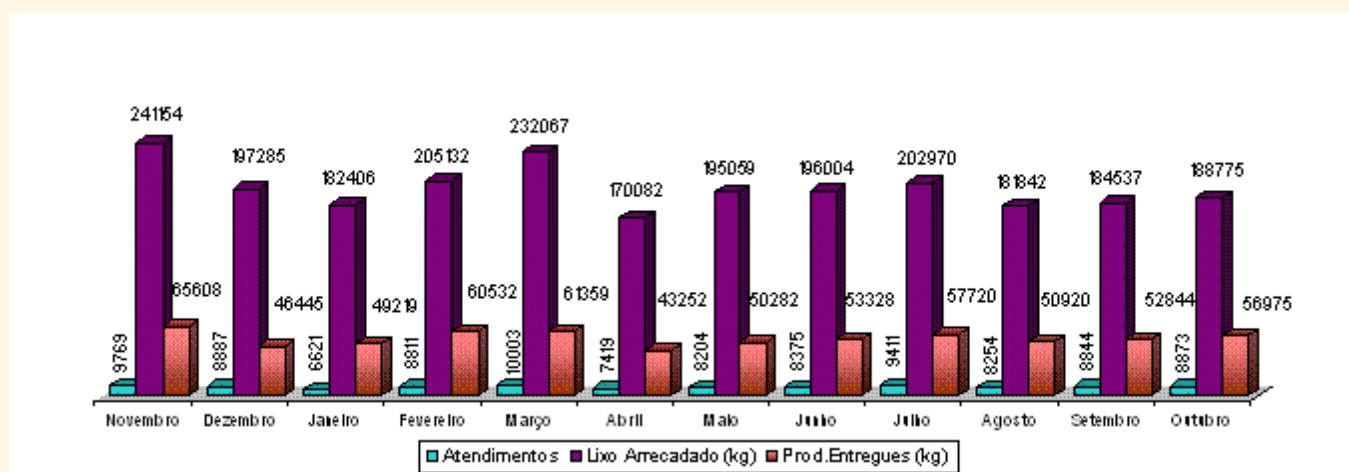


Gráfico 04 - Dados quantitativos do Câmbio Verde Troca do Lixo (novembro/2003 a outubro/2004)



Outro programa que se desenvolve de forma articulada é a produção de ervas medicinais. Criado em 1993 com o nome “Farmácia Caseira”, tem por objetivo promover junto à população o resgate do cultivo e do uso correto de plantas medicinais, bem como o aprimoramento dos conhecimentos para identificação das diversas espécies.

Passou a chamar-se Verde Saúde após oficialização de parceria entre SMAB, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Fundação de Ação Social. Em um primeiro momento a SMAB tinha também a responsabilidade técnica pela produção de fitoterápicos em escala na Fazenda Solidariedade (FAS), repassada posteriormente à EMATER.

O principal objetivo, desde então, passou a ser a atuação comunitária, visando o resgate do uso e cultivo das plantas medicinais junto à população e a melhoria dos conhecimentos da mesma em relação ao tema.

Técnicos da Secretaria Municipal do Abastecimento atuavam por meio de palestras e oficinas voltadas para um público-alvo de associações de moradores, organizações não governamentais, clubes de mães, escolas e outras entidades, onde foram distribuídas cartilhas explicativas e mudas para cultivo. O programa dedicou-se à produção caseira ou comunitária de plantas medicinais, desde o reconhecimento das espécies até o preparo final.

Atualmente algumas das atividades do Verde Saúde são desenvolvidas pelos Programas Lavoura e Nosso Quintal.

O Coopnutri (Programa de Cooperação Nutricional) consiste no aproveitamento de excedentes hortifrutigranjeiros da CEASA-PR doados pelos atacadistas, considerados fora dos padrões de comercialização, mas perfeitamente adequados ao consumo humano.

O programa dispõe de um box localizado e cedido pela CEASA-PR, onde os produtos arrecadados passam por seleção, a fim selecionar os alimentos aproveitáveis. Posteriormente, são repassados às entidades beneficentes cadastradas, tais como creches, asilos, penitenciárias, hospitais, abrigos e outros.

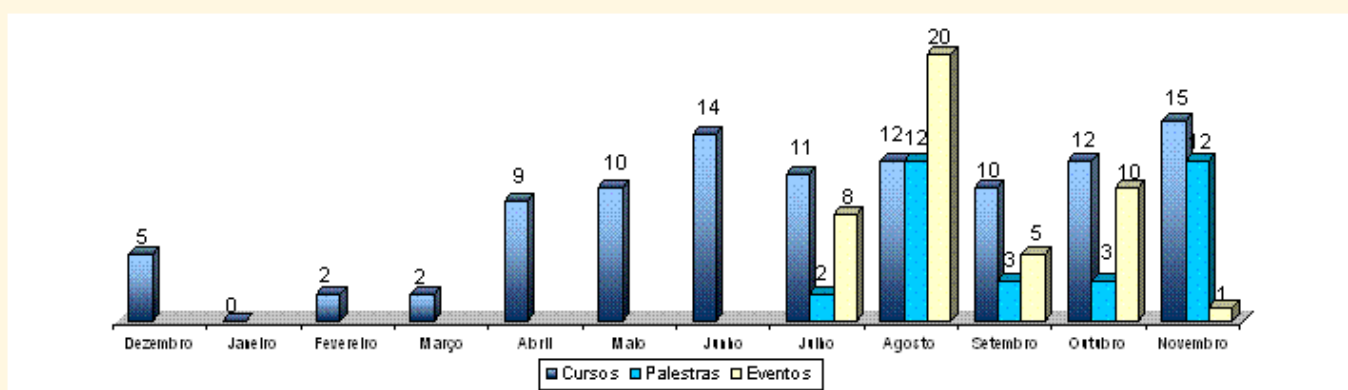
A SEAB articula suas ações com outros programas que visam garantir alimento com qualidade seja na produção ou distribuição, assim mantém a Central de Produção de Alimentos.

Criado em 1989, o Programa Nutrição é uma das ações de Educação Alimentar da SMAB que visa à melhoria do padrão alimentar e nutricional da população. Ministra cursos e palestras, no intuito de promover práticas de alimentação saudável por meio do estímulo ao consumo adequado de frutas e hortaliças. É dirigido principalmente a famílias de baixa renda.

O Programa incentiva o aproveitamento integral de frutas e verduras. Com isso, reduz o desperdício, contribuindo para economia no orçamento familiar, além de propiciar uma alimentação mais nutritiva.

Além dos cursos, o Programa tem forte atuação em palestras e eventos da Secretaria e de outros órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Gráfico 05 - Dados quantitativos do Programa Nutrição (dezembro/2003 a novembro/2004)



A Central de Produção de Alimentos iniciou suas atividades em 1989, centralizando as atenções na “Vaca Mecânica”, produzindo leite de soja, sem alteração de sabor. Em 1993 os equipamentos encontravam-se defasados e a CPA deixou de produzir para somente confeccionar kits de lanches. A partir de 1995, o programa ganhou novos equipamentos e retomou os trabalhos baseados no processamento e transformação da soja. Hoje, caracteriza-se como um centro de referência em pesquisa aplicada e tecnologia de processamento e uso da soja na alimentação humana.

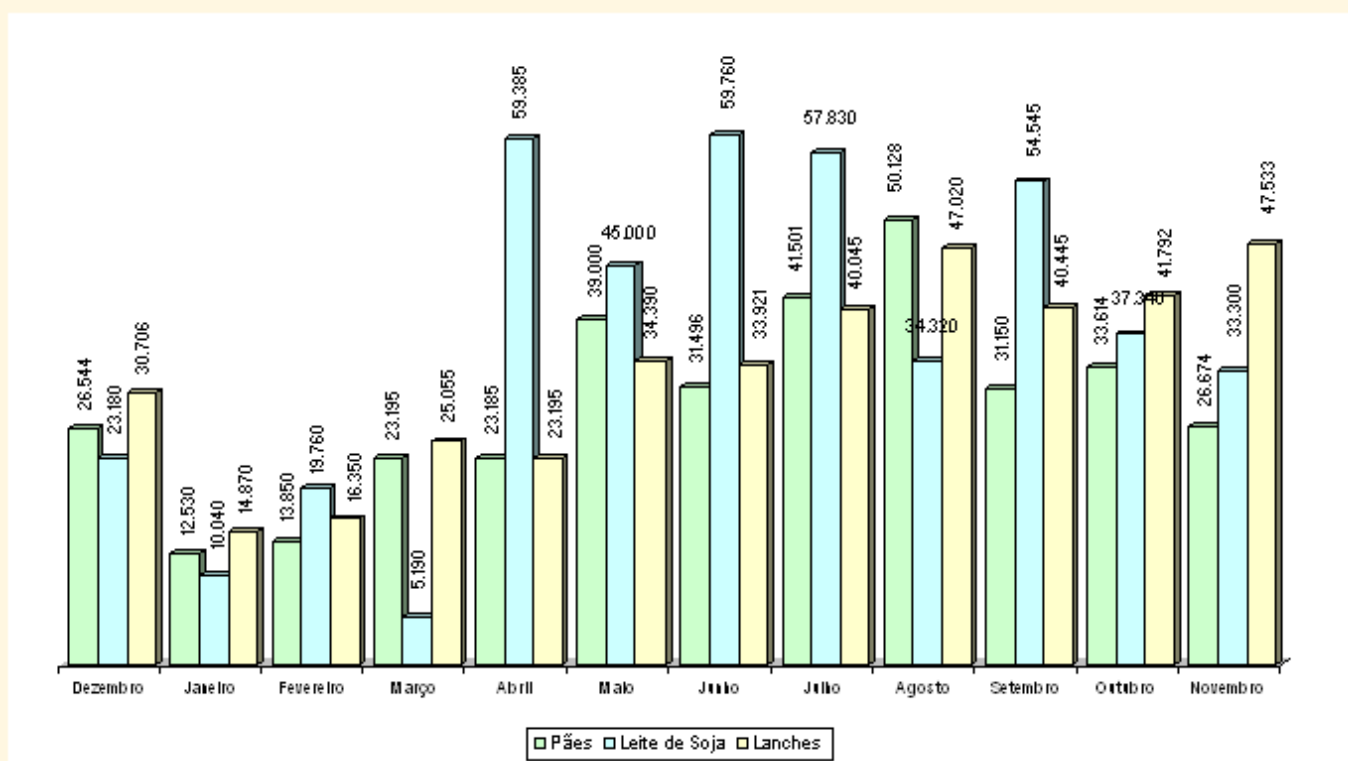
Tem por objetivos propiciar melhoria no nível nutricional da população de baixa renda; levar novos hábitos alimentares à população, participar de ações integradas com outros órgãos municipais e desenvolver novos produtos alimentares.

Atualmente são produzidos com a soja: leite, pão, sorvetes, Sojita doce e salgada, patê, bolos, salgados, biscoitos, granola, farinha integral e outros.

O pão de forma de 500g (Pão Nosso) é comercializado a R\$ 1,00/unidade nas lojas do Armazém da Família e Mercadão Popular.

O leite abastece ainda o Programa Câmbio Verde e a SMEL; para a Fundação de Ação Social é produzido o pão utilizado na confecção de lanches (sanduíches) e embalagem de suco, fornecidos aos seus programas de contra-turno; para eventos fabricam-se o biscoito de soja com chocolate, soja salgada, granola, patê, pé-de-moleque, leite e sorvete de soja.

Gráfico 06 - Dados quantitativos da Central de Produção de Alimentos (dezembro/2003 a novembro/2004)



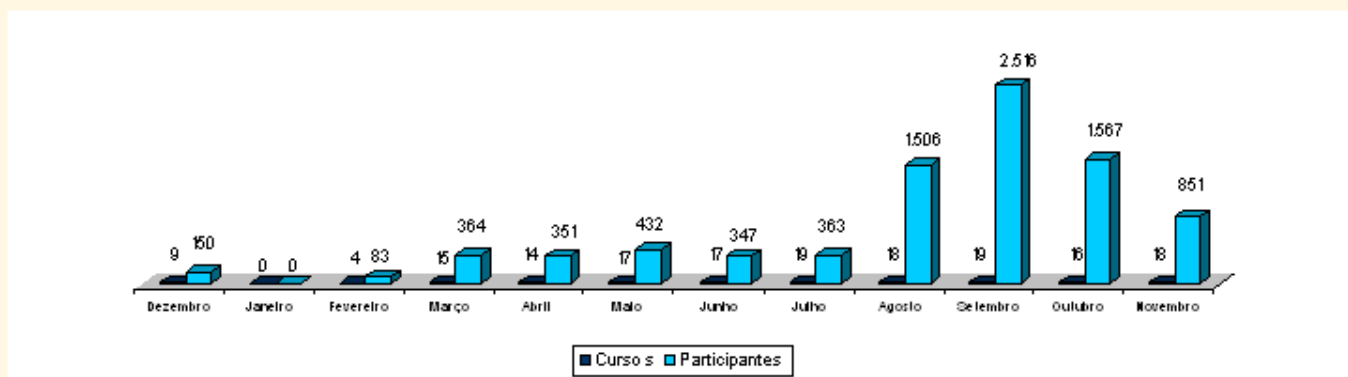
O Programa Nutrisoja surgiu em 1997, a princípio como forma de estender à população as experiências da CPA com pesquisa e desenvolvimento de receitas com soja. Tem por objetivo promover o consumo da soja como alternativa alimentar nutritiva (rica em proteína vegetal) e de baixo custo, através de cursos teórico-práticos, paralelamente à valorização do grão como alimento funcional.

O trabalho da CPA e Nutrisoja hoje é referência mundial. Em 2001, o Programa foi certificado pela Fundação Banco do Brasil como uma das quinze melhores tecnologias sociais desenvolvidas no país.

Os cursos oferecidos (com duração de 6 horas, divididos em dois períodos) capacitam os participantes a utilizar a soja em seus pratos diários, sem alterar o hábito alimentar das famílias. Acontecem nas Ruas da Cidadania ou deslocados para espaços junto às comunidades e entidades sociais solicitantes.

Assim como acontece com o Programa Nutrição, as Gerências Regionais da SMAB atuam para garantir o sucesso dos cursos do Nutrisoja, cadastrando e orientando as pessoas, e vistoriando as cozinhas utilizadas.

Gráfico 07 - Dados quantitativos do Programa Nutrisoja (dezembro/2003 a novembro/2004)



Para concluir, necessário afirmar que há uma riqueza inesgotável de aspectos que merecem ser estudados na experiência de AUP de Curitiba, pois ao mesmo tempo que, se renova permanentemente em diferentes ações esta política se consolida ano após ano pelo número de pessoas que atuam e pelo número de beneficiários que alcança. Além desses indicadores, é necessário destacar a clareza dos programas que atentam sempre para a qualidade alimentar, o que se expressa especialmente no estímulo em relação aos produtos orgânicos, onde a associação dos feirantes está prestes a abrir um mercado próprio para tal atividade que funcionará 24 horas por dia.

Também é neste campo que está em vias de iniciar as atividades o Restaurante Popular que tem no seu escopo, garantir alimento sadio e de baixo custo às pessoas mais necessitadas. O presente texto não se propõe ser um relato exaustivo de tudo o que ocorre na AUP de Curitiba, mas referir os principais programas desenvolvidos nesta área na cidade.

Em números a SEAB registrou em 2006, atendimento à 1078 (mil e setenta e oito) hortas, 5.968 (cinco mil novecentos e sessenta e oito) pessoas membros de associações, 18.312 (dezoito mil, trezentos e doze) alunos, em áreas de mais de 72 (setenta e dois) hectares plantados em hortas comunitárias e de entidades e mais de 120 (cento e vinte) pequenas propriedades particulares de economia familiar.

Aspectos sociais que fortalecem a AUP

Para concluir o presente artigo é necessário trazer alguns destaques referentes aos principais aspectos que se pode observar ao conhecer “in loco” a experiência de Agricultura Urbana e Periurbana de Curitiba, conforme enumeramos a seguir.

1. Há uma política de ocupação e uso do solo, caracterizada como qualidade de planejamento territorial, que alcança os espaços, por algum motivo, ainda não explorados pelo setor imobiliário;
2. existe uma vontade política de articular a AUP como política pública, que se expressa nos investimentos de quadros técnicos e implementos, bem como de insumos aportados pela gestão municipal;
3. um conjunto de normatizações que articulam os diferentes programas e ações de ocupação territorial, favorecido pela característica de Curitiba, onde todo o território é caracterizado como urbano;

4. articulação interinstitucional, abrangendo um expressivo número de atores, desde a Administração Municipal e demais entes públicos estaduais e federais, como CONAB, FEPAR, empresas, Universidades, Observatório de Políticas Públicas, Igrejas, movimentos sociais, APAES, Escolas, ONGs e, de forma central, as associações de moradores, onde acontece a efetiva articulação da política de agricultura urbana;
5. a AUP de Curitiba articula-se com outras políticas municipais, especialmente na área ambiental e urbanística, mas também saúde e educação;
6. a AUP de Curitiba se fortalece a medida que atua em vários níveis, como produção, autoconsumo, comercialização, transporte, transformação, serviços e trocas;
7. normativas que permitem utilizar áreas de diferentes propriedades, públicas ou particulares, em atividades agrícolas;
8. há uma forte presença da gestão municipal.
9. carece de uma melhor articulação com os programas de segurança alimentar desenvolvidos pelos governos estadual e federal;
10. ainda são muito tímidas as linhas de financiamento para a AUP.

A cidade que, em março de 2007, completa 314 anos, tinha no começo do século XX 30 mil habitantes, e agora, no início do século XXI, tem uma população aproximada de 2,6 milhões.

O Armazém da Família é um centro de comercialização de alimentos em geral, com produtos subsidiados pela Prefeitura, sendo atualmente onze unidades distribuídas nos bairros mais carentes. Os produtos custam em média 35% mais barato que o mercado. O acesso é restrito às famílias com renda até valor determinado e devidamente cadastradas pela SEAB.

A FAS fornece todos os ingredientes dos sanduíches (salame, queijo, mortadela, presunto, farinha de trigo, fermento etc) e suco. A CPA confecciona os pães – acrescentando a soja, prepara os sanduíches, dilui e embala o suco.

Qualquer tipo de mobilização com a comunidade, demandadas pela SMAB, por outros órgãos da PMC, por entidades ou empresas.

Ruas da Cidadania – centros regionais onde são oferecidos todos os serviços públicos da Prefeitura, sendo o primeiro lugar de referência para os moradores da área para assuntos de saúde, educação, solicitação de serviços municipais e vários outros.

Publicações e DVD de interesse para a agricultura urbana

The community planning handbook: How people can shape their cities, towns & villages in any part of the world.

Manual de planejamento comunitário: Como as pessoas podem moldar suas cidades, vilas e aldeias em qualquer parte do mundo.

Wates, N. 2000. Londres: Earthscan.

Número crescente de residentes está se envolvendo com profissionais na definição do ambiente local, e agora existe uma variedade de métodos disponíveis, desde oficinas de design a mapas eletrônicos. Este manual é um bom ponto de partida para todos os envolvidos - planejadores e autoridades locais, arquitetos e outros profissionais, trabalhadores da comunidade, estudantes e residentes locais. Apresenta um estilo acessível de como fazer, informações sobre as melhores práticas e métodos eficazes de alcance e relevância internacional. Dicas, listas de verificação e exemplos de documentos ajudam os leitores a começar rapidamente, aprender com a experiência de outras pessoas e selecionar a abordagem mais adequada à sua situação. O glossário, a bibliografia e os detalhes de contato fornecem acesso rápido a mais informações e suporte.

More urban less poor: An introduction to urban development and management.

Mais urbano, menos pobres: Uma introdução ao desenvolvimento e gestão das cidades.

Tannerfeldt, G. & P. Ljung. 2006. Londres: Earthscan.

“Mais urbano - menos pobres” traz ordem ao complexo e importante campo do desenvolvimento urbano nos países em desenvolvimento e em transição. Escrito em um estilo acessível, o livro examina como as cidades crescem, seu desenvolvimento econômico, a pobreza urbana, a habitação e os problemas ambientais. Também examina como enfrentar esses desafios por meio da governança e gestão do crescimento urbano, do financiamento e da prestação de serviços e da descoberta de um papel para a cooperação para o desenvolvimento. Esta é uma leitura essencial para os profissionais de desenvolvimento, pesquisadores, estudantes e outros que trabalham em qualquer faceta da gestão urbana em nosso mundo em rápida urbanização.

Social learning towards a sustainable world.

Aprendizado social em direção a um mundo sustentável.

Wals, A.E.J. (ed.). 2007. Wageningen: Wageningen Academic Publishers.

Este volume abrangente - contendo 27 capítulos e contribuições de seis continentes - apresenta e discute princípios, perspectivas e práticas-chave da aprendizagem social no contexto da sustentabilidade. A aprendizagem social é explorada a partir de uma variedade de campos desafiados pela sustentabilidade, incluindo: aprendizagem organizacional, gestão ambiental e responsabilidade social corporativa; governança de múltiplas partes interessadas; educação, aprendizagem e psicologia educacional; uso múltiplo da terra e desenvolvimento rural integrado; e consumismo e educação crítica do consumidor. Uma seção inteira do livro é dedicada a vários estudos de caso de pessoas, organizações e comunidades, usando formas de aprendizado social para avançar em direção à sustentabilidade.

A Study of Community Gardens as Catalysts for Positive Social Change

Um estudo dos jardins comunitários como catalisadores de mudanças sociais positivas

Wang, D. 2006.

Esta tese examina como as hortas comunitárias podem atuar como catalisadores de mudanças sociais positivas, realizando um estudo de caso informal de uma horta comunitária em Hyde Park e explorando a literatura que diz respeito aos aspectos sociais, políticos e ecológicos e outras dimensões das hortas

comunitárias. A principal conclusão é que a horta em Hyde Park satisfaz com sucesso as necessidades da comunidade, catalisando minimamente as mudanças sociais, conforme definido para os propósitos desta tese. As circunstâncias específicas de uma comunidade foram reconhecidas como altamente influentes na criação das condições necessárias para apoiar essa mudança social.

Community Gardens: A celebration of the people, recipes and plants.

Hortas comunitárias: uma celebração das pessoas, receitas e plantas.

Woodward, P. & P. Vardy. 2005. Flemington, Austrália: Hyland House Publishing.

Esta publicação explora a riqueza e a diversidade das hortas comunitárias australianas nas cidades e apresenta as pessoas que nelas atuam como guias para as plantas comestíveis fascinantes e nutritivas, mas não convencionais, suas histórias, relatando os eventos que trouxeram de mais de 20 países diferentes para a Austrália; o que suas hortas significam para eles; o que eles cultivam em suas pátrias e o que existe na Austrália; receitas simples e caseiras que usam os legumes e ervas colhidos nesses jardins. Contém dicas para uma horticultura bem-sucedida, como o uso de agulhas de pinheiro para morangos e esterco de frango para aquecer o solo no inverno.

Defiant Gardens: Making gardens in wartime.

Hortas desafiadoras: criando hortas em tempos de guerra.

San Antonio, Texas: 2006. Trinity University Press.

Ilustrado com 95 fotografias e ilustrações surpreendentes de arquivo – algumas das Guerras do Golfo – este livro examina hortas de guerra no século 20 – um período das guerras mais mortais da história da humanidade – incluindo hortas plantadas dentro e atrás das trincheiras da 1ª. Guerra Mundial; hortas plantadas em Varsóvia e noutros guetos sob os nazistas durante a 2ª. Guerra Mundial; hortas nos campos de concentração de ambas as guerras mundiais; e hortas criadas por nipoamericanos mantidos em campos de internação nos EUA durante a 2ª. Guerra Mundial. O livro fornece uma análise instigante sobre os motivos que levam as pessoas a implantarem hortas e trabalharem nelas.

A Comparative Study of the Perceptions of Urban and Rural Farmer Field School Participants in Peru.

Um estudo comparativo das percepções de participantes de escolas de campo de agricultores urbanos e rurais no Peru.

Warnaars, M. & W. Pradel. 2007.

Este trabalho utiliza a Qmethodology como uma ferramenta para pesquisar a subjetividade, a fim de estudar as percepções dos produtores rurais e urbanos. O objetivo é determinar se as percepções dos participantes da Farmer Field School (FFS) das áreas urbanas diferem de suas contrapartes rurais, particularmente em referência à gestão do tempo. Embora o estudo confirme que os ambientes sociais, econômicos e geográficos em que esses dois grupos vivem influenciam de fato seu cotidiano e suas diferentes percepções, ele também afirma que não existe uma dicotomia clara dos produtores urbanos e rurais, mas fala das percepções de estilo 'urbano' e 'rural'.

<http://www.cipotato.org/urbanharvest/documents/pdf/ffs.wp4.pdf>

City Bountiful: A century of community gardening in America.

Cidade Abundante: Um século de horticultura comunitária na América.

Lawson, L. J. 2005. Berkeley: University of California Press.

Desde a década de 1890, fornecer lugares para as pessoas cultivarem hortas tem sido uma estratégia inventiva para melhorar as condições urbanas americanas. Havia hortas em terrenos baldios e em escolas, hortas da era da Grande Depressão, “Hortas da Vitória” e comunitárias – cada uma representando um impulso consistente para promover a horticultura em épocas de mudanças sociais e econômicas. Nesta história crítica da horticultura comunitária na América – a revisão mais abrangente

sobre o esverdeamento das comunidades urbanas até o momento – este livro documenta a evolução dos programas de horticultura urbana nos Estados Unidos. Ele se concentra nos valores associados à horticultura, no fluxo e refluxo de campanhas durante os períodos de crise social e econômica, nas estratégias organizacionais dessas campanhas, principalmente voluntárias e na sustentabilidade dos programas atuais.

A Patch of Eden: America's Inner-City Gardens.

Um pedaço do Éden: os jardins urbanos da América.

Hynes, H.P. 1996. White River Junction, VT: Chealsea Green Publishing Company.

As cidades da América do Norte são frequentemente retratadas como pântanos de dependência de drogas, crimes brutais e corrupção oficial. No entanto, em todas as áreas metropolitanas do país, os moradores da cidade plantam flores, hortaliças, árvores e ervas - com resultados surpreendentes. Essas hortas comunitárias podem ser modestas em escala, mas suas contribuições para o rejuvenescimento das cidades americanas não devem ser negligenciadas. Os hortelões desses "pedacinhos do Éden" incluem crianças e idosos, imigrantes e "pessoas de baixa e sem renda". Este livro celebra as realizações dos horticultores das cidades, relatando em detalhes as histórias de hortas comunitárias no Harlem, São Francisco, Filadélfia e Chicago.

Facilitator's Guide to Participatory Decision Making

Guia do Facilitador para a Tomada de Decisão Participativa

Kaner, S., L. Lind, C. Toldi, S. Fisk e D. Berger, 2007.

2ª Edição. San Francisco, CA: Jossey-Bass / A Wiley Imprint.

Este guia é um manual de treinamento abrangente e um livro-fonte para facilitadores, gerentes e líderes que desejam incentivar a participação total, promover o entendimento mútuo e ajudar os grupos a construir acordos inclusivos e sustentáveis, apresentando mais de 200 ferramentas valiosas, no contexto de um modelo lúcido e realista da dinâmica da tomada de decisões em grupo. O guia ajudará todos os facilitadores a melhorar seu julgamento e diagnóstico, e aumentará seu repertório de métodos e habilidades para apoiar grupos a tomar decisões mais sólidas e efetivas.

The Diggable City: Exploring the potential for urban agriculture

A Cidade Cultivável: Explorando o potencial da agricultura urbana

DVD, 24 min. Balmer, K., A. Rhoads & P. Rosenbloom. 2006.

Diggable City – um projeto de oficinas para formar mestres em Planejamento Urbano e Regional preparado para a cidade de Portland, Oregon – criou um inventário de áreas específicas de propriedade pública onde haja oportunidades para implantar hortas comunitárias e outras formas de agricultura urbana. O DVD serve para educar um público mais amplo sobre as tendências atuais com relação à produção local de alimentos. Abordando vários projetos agrícolas urbanos e incluindo inúmeras entrevistas aprofundadas, o documentário descreve como as comunidades locais estão atualmente envolvidas com esse uso produtivo da terra.

Sítios *web* de interesse para a agricultura urbana

<http://www.linkinglearners.net/>

O *Linking Local Learners* apoia grupos de alunos locais em todo o mundo a partilhar os seus conhecimentos e desafios em uma troca virtual de conhecimentos.

<http://www.fao.org/docrep/009/a0218e/a0218e00.htm>

Este manual on-line da FAO, intitulado "Montando uma horta escolar", é destinado a professores, pais e comunidades. Ele se baseia em experiências e melhores práticas de administração de hortas escolares em todo o mundo.

<http://puvep.xu.edu.ph/index.php>

O Projeto Periurbano de Vegetais (PUVeP) é uma unidade de pesquisa e extensão da Faculdade de Agricultura da Universidade Xavier (XUCA), na cidade de Cagayan de Oro, nas Filipinas, e fornece pesquisas, treinamento e educação relacionados à gestão de recursos naturais urbanos e produção de alimentos na cidade.

<http://www.communitygarden.org/>

A Associação Americana de Jardinagem Comunitária (ACGA) é uma organização binacional sem fins lucrativos, composta por profissionais, voluntários e apoiadores do ecossistema comunitário em comunidades urbanas e rurais.

<http://www.foodsecurity.org/index.html>

A Coalizão Comunitária de Segurança Alimentar (CFSC) é uma organização norte-americana sem fins lucrativos dedicada à construção de sistemas alimentares fortes e sustentáveis, locais e regionais, que garantam acesso com preços acessíveis a alimentos nutritivos e culturalmente apropriados para todas as pessoas o tempo todo.

<http://www.foodsecurity.org/list.html>

O COMFOOD é administrado pela Coalizão Comunitária de Segurança Alimentar e funciona como um elo principal entre indivíduos e organizações que lidam com a segurança alimentar comunitária nos EUA, Canadá e em todo o mundo.

<http://www.new-ag.info/07/02/focuson.php>

O "novo agricultor on-line" fornece uma atualização sobre as últimas notícias e desenvolvimentos na agricultura tropical para uma audiência global. A edição mais recente (fevereiro de 2007) enfoca a horticultura na cidade.

Para mais sites relevantes, visite www.ruaf.org.